

plano diretor municipal
Ovar

**Relatório de Avaliação do Grau de
Execução do PDM em vigor**

setembro 2013
município de Ovar
lugar do plano, gestão do território e cultura





ÍNDICE

A. INTRODUÇÃO	3
B. EXECUÇÃO DO PLANO	7
B.1. NÍVEIS DE EXECUÇÃO DO PLANO	8
B.1.1. OCUPAÇÃO DO SOLO	8
ÁREA CARACTERÍSTICA DE ESMORIZ/CORTEGAÇA	10
ÁREA CARACTERÍSTICA DE ARADA/MACEDA	17
ÁREA CARACTERÍSTICA DE OVAR	24
ÁREA CARACTERÍSTICA DE S. JOÃO/VÁLEGA/S. VICENTE	32
ÁREA CARACTERÍSTICA DA FAIXA LITORAL	41
ÁREA CARACTERÍSTICA DA ZONA LAGUNAR	53
B.1.2. RESERVAS DISPONÍVEIS DE SOLO URBANO	55
ESMORIZ/CORTEGAÇA	58
MACEDA/ARADA	60
OVAR	61
S. JOÃO/VÁLEGA/S. VICENTE	65
PRAIAS DO FURADOURO, ESMORIZ, CORTEGAÇA E RESTANTES AGLOMERADOS DO LITORAL	69
B.2. NÍVEIS DE INFRAESTRUTURAÇÃO	73
B.2.1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA	73
B.2.2. SANEAMENTO BÁSICO	76
B.2.3. RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS	78
B.3. EQUIPAMENTOS	80
B.4. PATRIMÓNIO	83
B.5. ACESSIBILIDADES	84
B.6. AMBIENTE	87



1. INTRODUÇÃO

O Plano Diretor Municipal (PDM) de Ovar encontra-se em vigor desde a data da sua publicação em Diário da República, ocorrida a 10 de julho de 1995, através da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 66/95.

Posteriormente o PDM foi sujeito a duas alterações. A primeira alteração, publicada em Diário da República a 17 de maio de 2000, por intermédio da RCM n.º 29/2000, incidiu unicamente sobre o quadro regulamentar, no que diz respeito à correção de algumas remissões para as notas escritas e o abandono do indicador habitações/ha para o espaço urbano e para o espaço praia e sobre as notas escritas e explicativas. A segunda alteração, publicada em Diário da República a 24 de abril de 2004, através da Declaração n.º 96/2004 (2.ª série), que consistiu apenas na correção técnica da redação de uma nota escrita.

Decorridos cerca de 6 anos da sua vigência, o Município deliberou, proceder à sua revisão antes de findo o lapso temporal de 10 anos, na sequência da decisão em reunião de Câmara realizada a 18 de janeiro de 2001.

A tramitação desse processo ocorreu já conforme a nova legislação na matéria, possibilitada com a publicação da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo¹ e consequente regulamentação, através do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial², que relativamente à dinâmica de alteração, revisão e suspensão dos instrumentos de gestão territorial³ refere:

- A alteração dos instrumentos de gestão territorial pode decorrer:
 - Da evolução das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que lhes estão subjacentes e que fundamentam as opções definidas no plano, desde que revista caráter parcial, designadamente se restrinja a uma parte delimitada da respetiva área de intervenção;
 - Da ratificação ou da aprovação de planos municipais ou da aprovação de planos especiais de ordenamento do território que com eles não se compatibilizem ou conformem;
 - Da entrada em vigor de leis ou regulamentos que colidam com as respetivas disposições ou que estabeleçam servidões administrativas ou restrições de utilidade pública que afetem as mesmas.

¹ Lei n.º 48/98 de 11 de agosto.

² Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 53/2000, de 7 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 310/2003 de 10 de dezembro, pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, pela Lei n.º 56/2007, de 31 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de fevereiro.

³ Artigo 93.º do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro.



- A revisão dos instrumentos de gestão territorial implica a reconsideração e a reapreciação global, com carácter estrutural ou essencial, das opções estratégicas do plano, dos princípios e objetivos do modelo territorial definido ou dos regimes de salvaguarda e valorização dos recursos e valores territoriais.
- A suspensão dos instrumentos de gestão territorial pode decorrer da verificação de circunstâncias excepcionais que se repercutam no ordenamento do território pondo em causa a prossecução de interesses públicos relevantes.

Refere ainda, mais adiante, que a revisão dos planos especiais e dos planos municipais de ordenamento do território pode decorrer⁴:

- Da necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que determinaram a respetiva elaboração, tendo em conta os relatórios de avaliação da execução dos mesmos;
- De situações de suspensão do plano e da necessidade da sua adequação à prossecução dos interesses públicos que a determinaram.

No caso específico de Ovar, e do seu Plano Diretor Municipal, a necessidade de revisão deste instrumento de gestão territorial decorre da evolução das perspetivas de desenvolvimento económico e social e da necessidade de adequação a essa evolução, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais; da necessidade de atualização das disposições vinculativas dos particulares; e do estabelecimento de servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Ao longo do presente documento pretende estabelecer-se um quadro referencial de avaliação evolutiva no período de vigência de plano atualmente em vigor, e simultaneamente estabelecer um estado situacional preparando pontes para o processo de revisão do plano, que se encontra a decorrer, concretizando e identificando os dados e elementos que permitem sustentar o que se afirma no parágrafo anterior, da necessidade de revisão do plano, da confirmação da alteração das perspetivas de desenvolvimento e das condições genéricas nas suas variadas valências.

A decisão de elaboração da revisão do PDM de Ovar foi publicitada em Diário da República, através do Aviso n.º 9816/2001⁵.

⁴ Artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro.

⁵ Aviso n.º 9816/2001 (2.ª série) – AP (Apêndice N.º 138, DR Série II, N.º 299 de 28 de dezembro de 2001)



Em reunião de Câmara, a 18 de janeiro de 2001, foram apresentados os seguintes fundamentos que conduziram à sua revisão:

- *A evolução entretanto verificada, apoiada num esforço de planificação ao nível do Plano de Pormenor, levam à necessidade de reequacionar a organização dos aglomerados, nas suas inter-relações e na sua articulação com os espaços naturais envolvente;*
- *Alterações como a redefinição do traçado do IC1 e a localização definitiva das passagens desniveladas relativamente ao caminho de ferro, interferem diretamente na estruturação de uma rede de acessibilidades que se encontra inadequada;*
- *Deficiências detetadas na representação da Reserva Ecológica Nacional levam à necessidade de revisão da Carta da REN, com a conseqüente alteração de Classes de Espaço de Ordenamento;*
- *O facto de o PDM ter sido elaborado com base numa cartografia extremamente desatualizada levou à omissão de construções ou mesmo de pequenos aglomerados (que ficaram, em alguns casos, incluídos em Espaço Florestal), situações essas que carecem de retificação, pois inviabilizam eventuais intervenções nas construções existentes;*
- *Reformular a regulamentação para algumas Classes de Espaço (nomeadamente o Espaço Agrícola Complementar e o Espaço Urbano Potencial), bem como algumas disposições do Regulamento que carecem de revisão ou clarificação.*

Saliente-se que a oportunidade da decisão de elaboração da revisão do PDM ocorreu sensivelmente a meio do período de vigência de 10 anos. Desta forma, a justificação temporal decorrente da legislação aplicável não representou o motivo de fundo que legitimou a oportunidade de se equacionar a revisão do atual PDM. No atual momento, e passados cerca de 18 anos desde a publicação do PDM em vigor, o processo de revisão do PDM torna-se premente.

Tendo em consideração os fundamentos a partir dos quais decorre a oportunidade de se proceder à revisão do PDM e não esquecendo a oportunidade que o momento de revisão constitui para a discussão do município e das estratégias, dos modelos e das formas que este quer implementar, preservar ou transformar, pretende-se com a revisão conferir ao PDM uma maior operacionalidade, capaz de resolver os conflitos de ordenamento, enquadrar as dinâmicas dos agentes em presença e de contribuir para a harmonia e sustentabilidade da ocupação do solo.

Nesse contexto, os objetivos programáticos da revisão assentam nas seguintes linhas de trabalho:

- Identificação e definição dos elementos estruturantes do território;
- Agilização dos mecanismos de operacionalização do Plano, adequando-os melhor a uma gestão urbana que se pretende de resposta rápida e eficaz;



- Integração do conteúdo do PDM em Sistemas de Informação Geográfica, permitindo a introdução de mecanismos de monitorização do Plano.

Pela constatação de uma série de fatores exógenos ao quadro de referência local que têm vindo a alterar significativamente as perspetivas de desenvolvimento concelhio e, conseqüentemente, os objetivos e estratégias do ordenamento do território municipal conduzem a uma redefinição das opções urbanísticas fundamentais, revendo conceitos e reformulando as estratégias urbanísticas delineadas no PDM em vigor.

Assim, os objetivos de desenvolvimento para o município, que deverão ser traduzidos no conteúdo da revisão do PDM, passam pela:

- Redefinição da estrutura e zonamento do PDM
 - reavaliação dos mecanismos de regulação da ocupação do solo;
 - revisão do modelo de ordenamento urbano, de forma a permitir um zonamento mais sensível e adequado às diferentes realidades, necessidades e vocações presentes no território;
 - Integração de novas opções de âmbito regional, articuladas com as políticas municipais, e de reforço do potencial endógeno do Concelho.
- Completar e articular as redes de equipamentos e infraestruturas
 - articulação e compatibilização das cartas correspondentes às principais redes de equipamentos e infraestruturas do território.
 - promover a reestruturação e definição de uma hierarquia da rede viária municipal de modo a contribuir para a coesão do crescimento urbano fragmentado e descontínuo e a promover a sua articulação com o nível regional e nacional;
- Definir mecanismos de proteção ambiental e de salvaguarda do património cultural
 - Definição de uma rede ecológica municipal.
 - Património cultural
- Atualizar e corrigir normativas do Plano
 - Integração das alterações ocorridas no tecido urbano;
 - Adaptação do PDM à nova legislação urbanística;
 - Introdução de ajustes e correções dos elementos desenhados do PDM;
 - Eliminação de erros, omissões e incompatibilidades detetadas ao longo dos anos de gestão do PDM em vigor;
- Integração em Sistemas de Informação Geográfica.



2. EXECUÇÃO DO PLANO

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial estabelece ⁶ que as Câmaras Municipais elaboram de dois em dois anos um relatório sobre o estado do ordenamento do território, que devem submeter à apreciação da Assembleia Municipal.

Tal relatório sobre o estado do ordenamento do território incide sobre o *balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão.*

Este procedimento, apesar da referência legal, não faz ainda parte da cultura de planeamento e ordenamento dos agentes e atores neste domínio, donde os municípios de forma generalizada não respondem ainda positivamente a esta solicitação, não sendo o Município de Ovar exceção a esta prática.

Entendendo esta realidade, o Governo veio clarificar a obrigação de a alteração ou revisão do PDM assentar em avaliação que fundamente a necessidade do processo modificativo ⁷, isto é, *deve ser acompanhada por um relatório fundamentado de avaliação da execução do plano diretor municipal e de caracterização da evolução das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que determinaram a respetiva elaboração, o qual incide sobre os aspetos seguintes:*

- a) *Níveis de execução do plano, nomeadamente em termos de ocupação do solo, compromissos urbanísticos, reservas disponíveis de solo urbano, níveis de infraestruturção, equipamentos, acessibilidades, condicionantes e outros critérios de avaliação relevantes para o município;*
- b) *Evolução dos principais indicadores de caracterização do concelho, nomeadamente evolução demográfica e condições de desenvolvimento económico, social e cultural, bem como outras atividades consideradas relevantes para o município;*
- c) *Avaliação da qualidade ambiental do concelho, devendo ser objeto de caracterização sumária, entre outros aspetos, a eficácia dos sistemas de abastecimento de água, de saneamento básico e de recolha e tratamento de resíduos e os dados existentes relativos a outros indicadores ambientais;*

⁶ Artigo 146.º do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro.

⁷ Artigo 9.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de abril.

d) Definição de novos objetivos de desenvolvimento para o município e dos critérios de sustentabilidade a adotar.

O presente documento pretende responder aos três primeiros pontos atrás enunciados. A resposta ao quarto ponto cabe ao processo de revisão do Plano Diretor Municipal no âmbito da definição da estratégia municipal de desenvolvimento.

2.1. NÍVEIS DE EXECUÇÃO DO PLANO

2.1.1. Ocupação Do Solo

No Relatório do Plano – Elementos Complementares, que integra o PDM em vigor, é feita uma análise da estrutura de ordenamento do território considerando o suporte físico, as estruturas de povoamento, as estruturas produtivas e a população. Esta análise permitiu identificar características homogêneas em diferentes territórios do concelho que determinaram a delimitação de “áreas características”. Cada uma destas “áreas características” apresentava potencialidades e debilidades comuns que poderiam ser objeto de medidas e soluções de ordenamento idênticas.

O PDM identificava as seguintes áreas características:

- ÁREA CARACTERÍSTICA DE ESMORIZ/CORTEGAÇA
- ÁREA CARACTERÍSTICAS DE ARADA/MACEDA
- ÁREA CARACTERÍSTICA DE OVAR
- ÁREA CARACTERÍSTICA DE S. JOÃO/VÁLEGA/S. VICENTE
- ÁREA CARACTERÍSTICA DA FAIXA LITORAL
- ÁREA CARACTERÍSTICA DA ZONA LAGUNAR

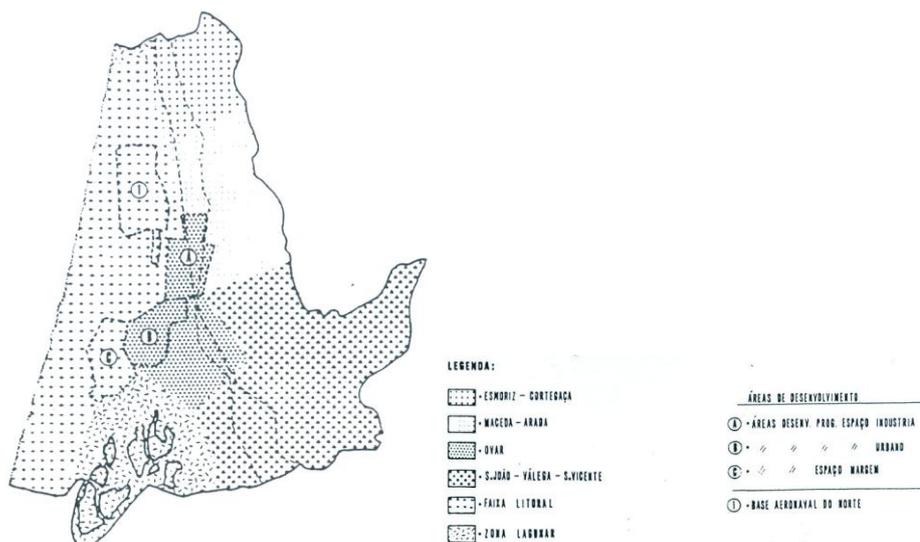


FIGURA 1. ÁREAS CARACTERÍSTICAS
fonte: Relatório do PDM de Ovar

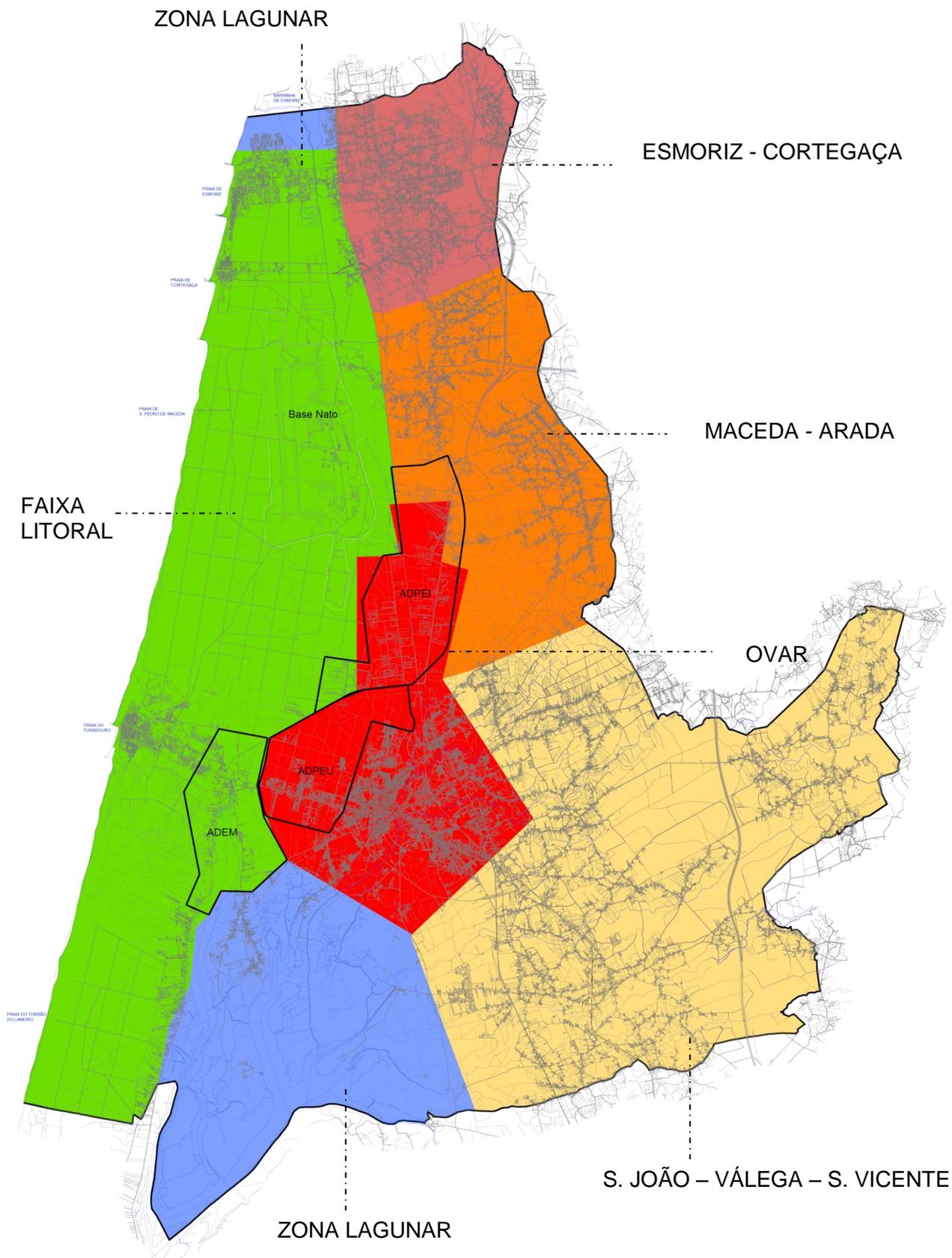


FIGURA 2. ÁREAS CARACTERÍSTICAS



Desta análise foram extraídos elementos que informaram e serviram de base à formulação das propostas de ordenamento contidas no PDM.

O conteúdo deste relatório e o da estrutura de povoamento que integra os estudos de caracterização do PDM em vigor, revelaram-se de grande utilidade para a determinação dos níveis de ocupação do solo permitindo estabelecer a comparação entre o estado do território por volta de 1995 e o estado atual. Se, por um lado, a análise das Áreas Características forneceu elementos relativos à caracterização do povoamento, das dinâmicas territoriais, da estrutura produtiva e do suporte físico de áreas alargadas do território concelhio, o relatório sobre povoamento, para além da análise das formas e tipos de povoamento, continha elementos gráficos que ilustravam as freguesias do concelho.

Utilizando esses elementos faz-se em seguida uma síntese dos aspetos mais relevantes de cada uma dessas áreas de acordo com o PDM em vigor, descrevendo as suas principais características, as tendências de desenvolvimento detetadas e as propostas de ordenamento contidas no PDM em vigor, concluindo-se com uma análise e descrição do seu estado atual.

2.1.1.1.ÁREA CARACTERÍSTICA DE ESMORIZ/CORTEGAÇA

↳CARACTERIZAÇÃO NO PDM EM VIGOR

Os aglomerados de Esmoriz e Cortegaça são contíguos e contínuos em termos territoriais verificando-se que, do ponto de vista do povoamento a ocupação urbana foi sendo feita com a ocupação marginal das vias que, gradualmente, foram adquirindo caráter urbano e criando núcleos urbanos mais consolidados. A EN 109 funcionava como elemento estruturante e polarizador de funções comerciais e de serviços. Uma parte significativa das frentes urbanas encontrava-se já ocupada. Existiam fortes relações com o interior (concelho de Santa Maria da Feira) e com o litoral, em particular com os aglomerados das praias. Mostrava-se necessário promover alguma hierarquização dos aglomerados sendo referido o caso de Esmoriz como tendo maior grau de desordenamento urbanístico. Ao nível da localização industrial, com forte peso nesta área, verificava-se uma tendência de disseminação pelo território que se entendia necessitar de regulamentação.

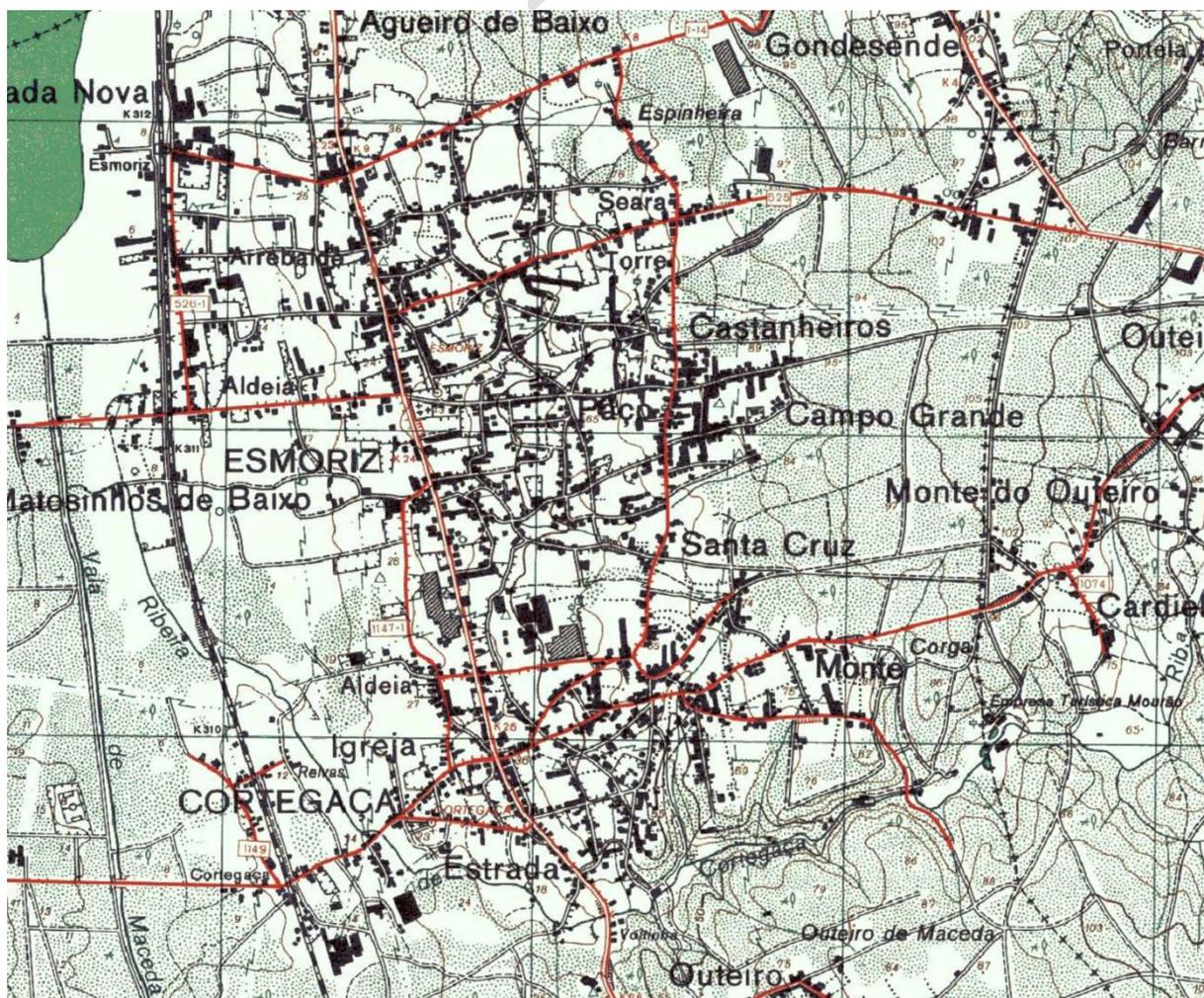


FIGURA 3. EXTRATO DA CARTA MILITAR (1992) : ESMORIZ - CORTEGAÇA

A estrutura produtiva desta área assentava principalmente no setor secundário verificando-se uma forte presença de indústrias nos ramos da tanoaria, cordoaria, com raízes nas atividades artesanais locais, e os têxteis. O emprego na indústria era responsável pela capacidade de atração de população ativa dos concelhos vizinhos. O setor primário encontrava-se em declínio existindo apenas alguma agricultura e pesca como complemento da atividade principal. O setor dos serviços era ainda deficitário e a área apresentava uma dependência das cidades de Ovar e Espinho.

Do ponto de vista do suporte físico salientava-se a existência de uma maciço florestal contínuo que percorria os dois aglomerados nos sentido norte/sul e os separava das respetiva praias.

Esmoriz/Cortegaça era uma área onde se previa a manutenção da tendência de fracionamento dos quarteirões rurais e se detetava o alargamento do centro para nascente e para poente e a progressiva transformação da EN 109 numa avenida urbana. O aumento da atividade industrial verificado levou ao aparecimento de pequenos focos industriais a nascente de Esmoriz e a sul de Cortegaça.



Da análise demográfica efetuada ressaltava a existência de uma dinâmica acentuada no conjunto destes aglomerados que faria prever uma elevada pressão urbanística.

Ao nível do ordenamento do território o PDM propunha a elaboração dos seguintes estudos urbanísticos:

- Plano de urbanização dos aglomerados de Esmoriz e Cortegaça;
- Três estudos urbanísticos de pormenor na freguesia de Esmoriz para a criação de espaços urbanos centrais (categoria A, na estrutura de ordenamento do PDM) nas zonas da estação de caminhos de ferro, da escola C+S e no centro da cidade;
- Estudo urbanístico de pormenor para a criação de uma zona industrial junto ao limite norte/nascente do concelho;
- Estudo urbanístico de pormenor para a recuperação da zona industrial localizada no Lugar de Castanheiros (a poente do IC1) e plano de pormenor para ampliação da zona industrial a nascente do IC1;
- Estudo de alinhamentos e cérceas para a EN 109 com vista à sua consolidação como via geradora de funções urbanas qualificadas transformando-a em “alameda” com ocupação urbana marginal, com as densidades previstas para os espaços urbanos das categorias A e B do PDM;
- Estudo urbanístico de pormenor da zona central de Cortegaça para a sua qualificação e transformação num espaço urbano com as características de Espaço Urbano A do PDM;
- Plano de Pormenor do Rodelo-Boavista – este plano encontrava-se em fase de conclusão;
- Estudo urbanístico de pormenor para a recuperação da zona industrial a sul de Cortegaça;
- Estudo urbanístico de pormenor para a transformação de áreas centrais de Cortegaça ocupadas por indústrias de grande dimensão (Lusotufto e Sicor) em espaços urbanos de categoria B do PDM;
- Estudo de pormenor para a recuperação do Espaço Natural Turístico do Engenho (Mourão).

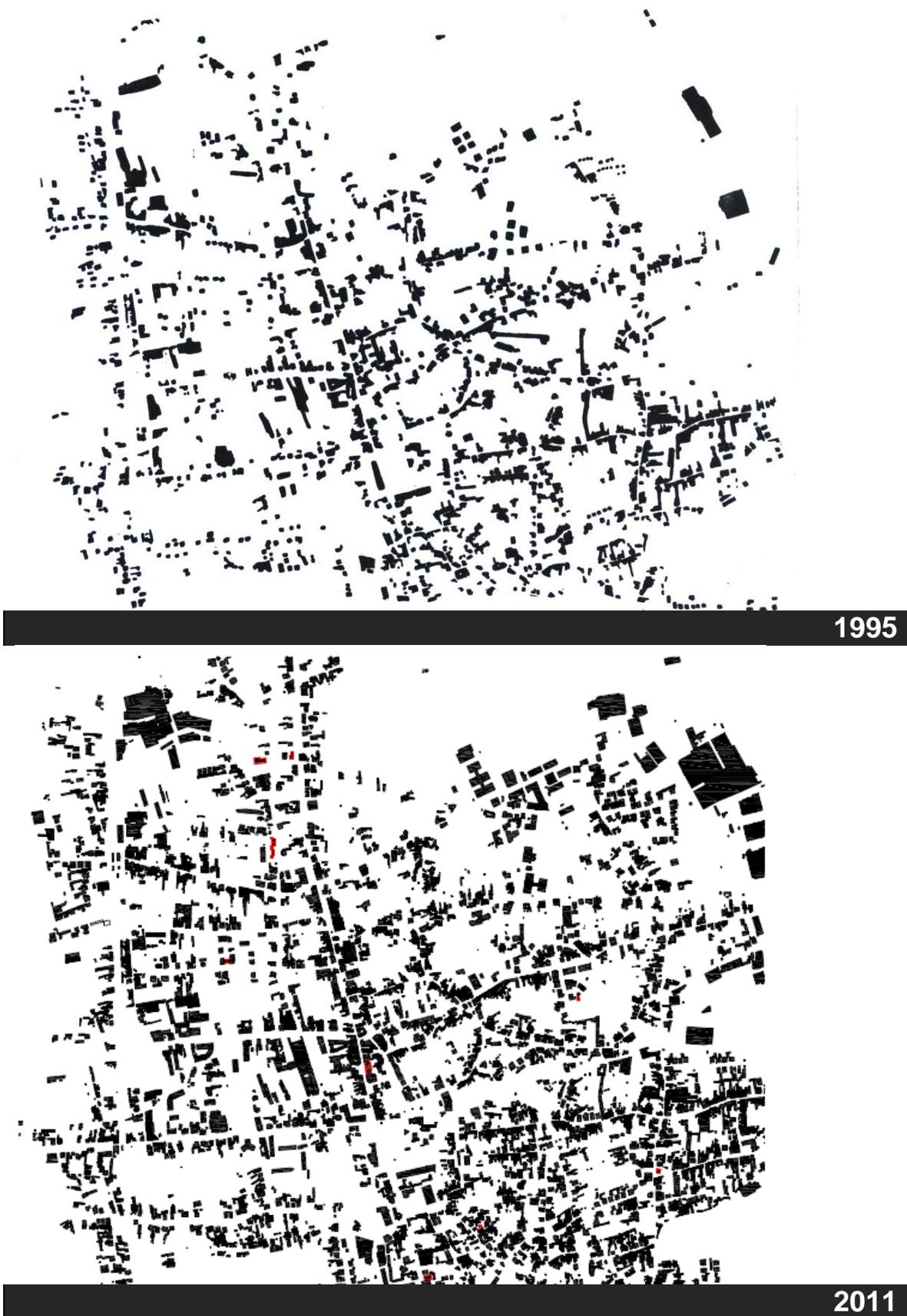


FIGURA 4. POVOAMENTOS EM ESMORIZ
(IMAGEM DE 1995 DO RELATÓRIO ESTRUTURAS URBANAS DO PDM DE OVAR; IMAGEM 2011 – ESTADO ATUAL)

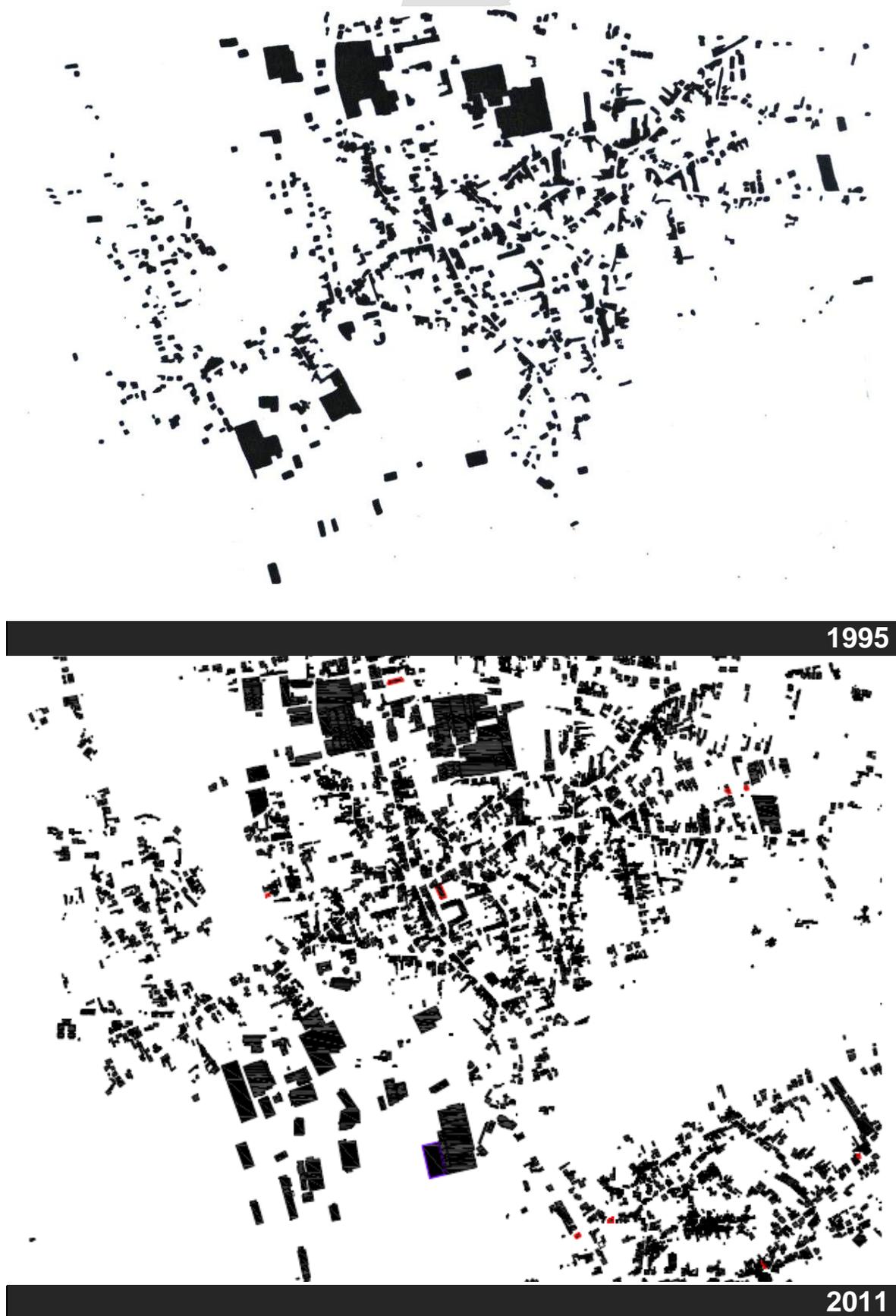


FIGURA 5. POVOAMENTOS EM CORTEGAÇA
(IMAGEM DE 1995 DO RELATÓRIO ESTRUTURAS URBANAS DO PDM DE OVAR; IMAGEM 2011 – ESTADO ATUAL)

ESTADO ATUAL

Esta área característica, inicialmente formada por dois aglomerados distintos, transformou-se numa unidade urbana contínua cujas fronteiras se encontram totalmente esbatidas. As frentes das vias encontram-se praticamente preenchidas por construções e os grandes quarteirões rurais foram sendo sucessivamente fracionados dando lugar a quarteirões de dimensões mais reduzidas e mais densos. Esta redução da dimensão dos quarteirões foi sendo feita através da introdução de novas vias e da divisão da propriedade. Apesar desta densificação e da progressiva ocupação da frente urbana mantém-se, em muitos casos, a exploração hortícola dos espaços vazios no interior dos quarteirões.

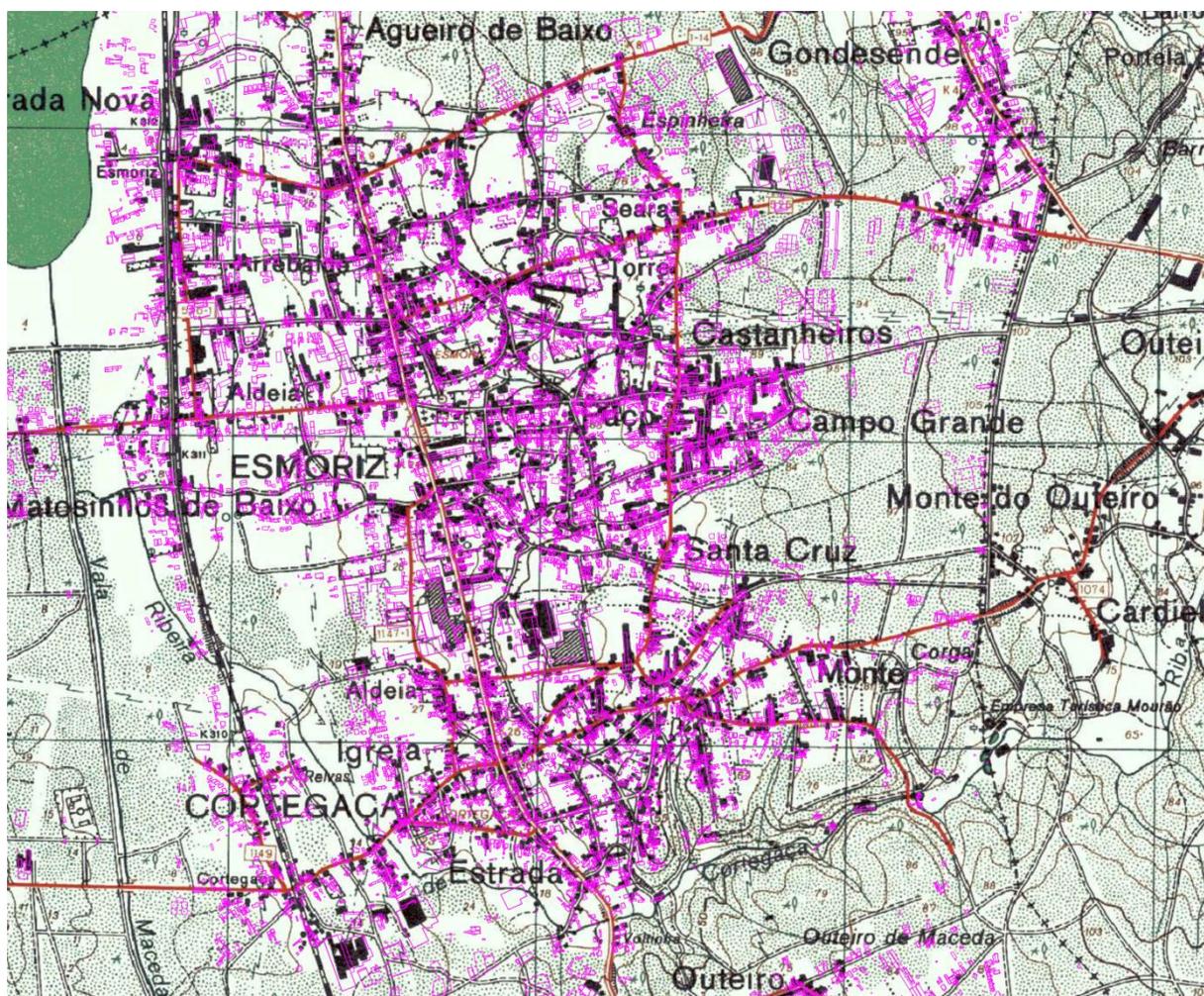


FIGURA 6. EXTRATO DA CARTA MILITAR (1992) COM SOBREPOSIÇÃO DO EDIFICADO ATUAL : ESMORIZ - CORTEGAÇA

A EN 109 manteve o seu carácter estruturante e assistiu-se à intensificação da ocupação das suas margens. Algumas centralidades foram reforçadas ou criadas com a densificação e a introdução de funções diferenciadas em algumas zonas. São os casos do centro de Esmoriz e Avenida Draveil, zona envolvente ao edifício do cinema, do núcleo escolar de Esmoriz, da zona junto aos bombeiros e Avenida dos Correios, em Esmoriz e quarteirões envolventes da EN 109 em Cortegaça. A barreira ao

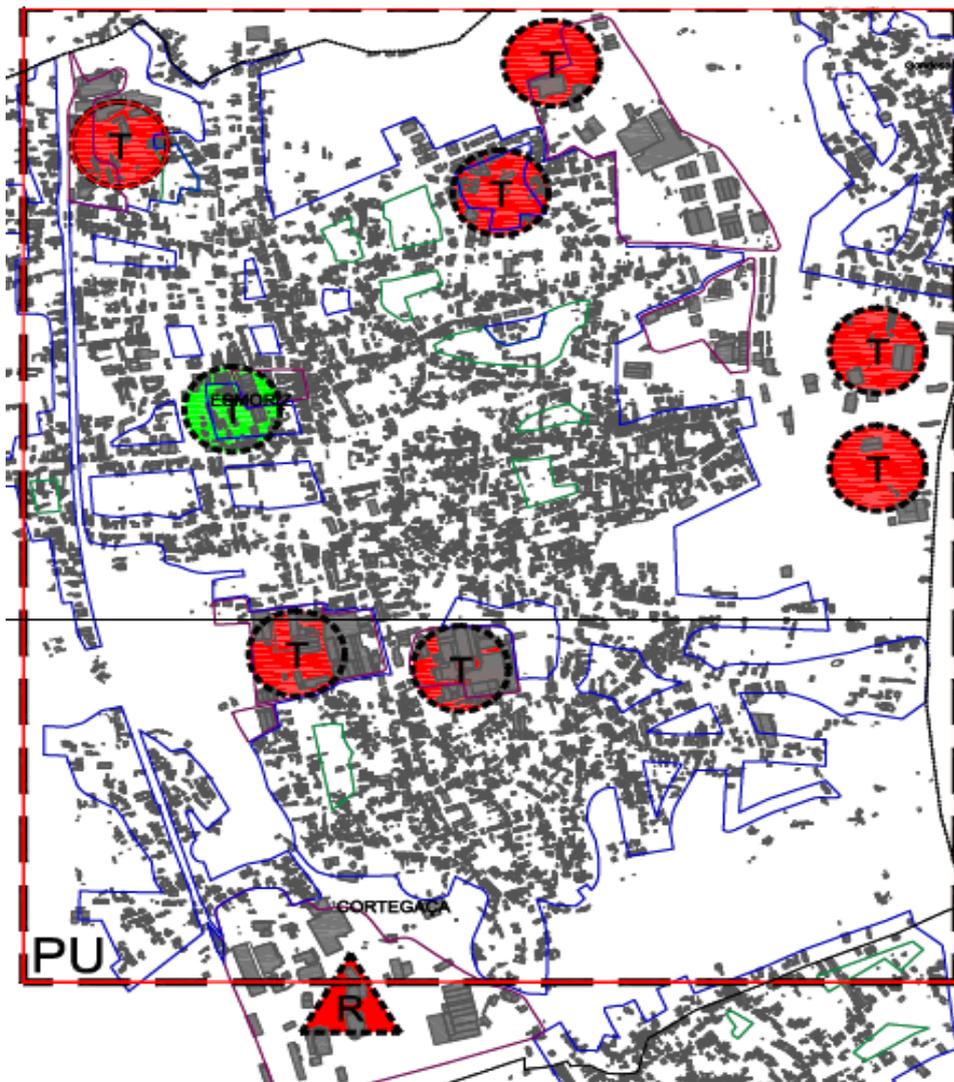


crescimento urbano anteriormente estabelecida pela linha de caminho de ferro foi transposta com a construção de diversas passagens desniveladas. Assistiu-se à densificação das zonas a poente do caminho de ferro sendo perceptível, inclusivamente, uma aproximação entre os aglomerados de Esmoriz e Cortegaça e as respetivas praias.

Também no que se refere à ocupação industrial se verifica um acentuado crescimento das zonas já existentes em 1995. São os casos das áreas industriais a norte/nascente e a norte/poente de Esmoriz bem como no centro e a sul/poente de Cortegaça.

Relativamente aos estudos urbanísticos preconizados pelo PDM a situação atual é a seguinte:

- Plano de urbanização dos aglomerados de Esmoriz e Cortegaça – Não elaborado;
- Plano de Transformação Espaço Indústria Transformadora a Norte da Estrada Nova - Esmoriz – O Plano de Pormenor da Torre/Agueiro de Cima foi iniciado mas sua elaboração foi suspensa;
- Plano de Transformação Espaço Urbano A junto à Estação – Esmoriz – não elaborado;
- Plano de Transformação Espaço Urbano A junto às Escolas (Preparatória/Secundária) – Esmoriz – não elaborado; foi, no entanto, aprovada uma operação de loteamento que promoveu e disciplinou a ocupação deste território;
- Plano de Transformação Espaço Urbano A no quarteirão a sul da Avenida dos Correios – Esmoriz – foi elaborado e encontram-se em vigor o Plano de Pormenor da Avenida Draveil e o Plano de Pormenor a Sul da Avenida dos Correios;
- Plano de Transformação Espaço Indústria Transformadora a Nascente da A29 – os planos de pormenor da Torre/Agueiro de Cima e Torre/Campo Grande foram iniciados e posteriormente suspensos;
- Plano de Pormenor do Centro de Esmoriz – este plano foi iniciado mas face a dificuldades decorrentes com a impossibilidade de estabelecimento de unidades de execução compatíveis com as pré-existências e a extensão da área de intervenção a Câmara deliberou encerrar o processo.
- Planos de Transformação Espaço Urbano A na envolvente da SICOR e LUSOSTUFO – não elaborados – o PDM previa a possibilidade de realocação destas duas grandes unidades industriais existentes e que se inserem numa área predominantemente residencial. Esta possibilidade não veio a verificar-se devido a alteração das estratégias empresariais;
- Plano de Transformação Espaço Urbano A no Centro de Cortegaça – não elaborado;
- Plano de Transformação Espaço Natural Lúdico no Buçaquinho – Foi elaborado o PP da Zona Lúdico-Desportiva de Cortegaça que se encontra em vigor;
- Plano de Recuperação Espaço Natural Turístico do Mourão – não elaborado;
- Plano de Recuperação Espaço Indústria Transformadora em Cortegaça – não elaborado;

FIGURA 7. SITUAÇÃO ATUAL DOS ESTUDOS URBANÍSTICOS PRECONIZADOS PARA ESMORIZ - CORTEGACA

2.1.1.2.ÁREA CARACTERÍSTICA DE ARADA/MACEDA

↘CARACTERIZAÇÃO NO PDM EM VIGOR

Estes aglomerados foram crescendo com a ocupação marginal dos caminhos rurais e sobre os solos agrícolas que os envolviam havendo, à data, muitas frentes urbanas disponíveis. Era considerado um meio misto urbano/rural onde se sentia a necessidade de promover a clarificação e hierarquização das estruturas dos aglomerados, a qualificação dos respetivos centros, a localização de equipamentos e serviços e a criação de zonas de expansão integradas na estrutura dos aglomerados.



dimensões consideráveis de terrenos agrícolas e florestais.

Relativamente às tendências de desenvolvimento detetadas referia-se que em Arada a proximidade à EN 109 e à Zona Industrial a Norte de Ovar originou a urbanização de alguns caminhos florestais e a deslocação do centro da freguesia um pouco mais para poente. A construção de um campo de jogos e do edifício da Junta de Freguesia nas proximidades do Largo de S. Martinho onde se localizam a Igreja, o cemitério, o mercado e alguns estabelecimentos comerciais sugeriam a possibilidade de urbanização do espaço entre estes dois conjuntos.

Em Maceda não era detetada grande dinâmica ao nível da expansão urbana. No entanto a construção sobre terrenos agrícolas a poente da EN 109 criou novas frentes que seria necessário colmatar. Ainda ao longo da EN 109 surgiram indícios de reforço do carácter urbano que, de acordo com o PDM, era necessário dotar de espaços de vivência coletiva.

Ao nível do ordenamento do território o PDM propunha a elaboração dos seguintes estudos urbanísticos:

- Estudo urbanístico de pormenor para a criação da zona industrial a norte de Maceda promovendo a ampliação da Zona Industrial de Cortegaça Sul;
- Estudo urbanístico de pormenor do Lugar da Estrada para a criação de Espaço Urbano Categoria B;
- Estudo urbanístico de pormenor do Lugar de Carvalheira para a criação de Espaço Urbano Categoria B;
- Estudo urbanístico de pormenor para a consolidação do espaço urbano central, categoria B, da freguesia de Arada, Lugar da Preguiça;
- Estudo urbanístico de pormenor para a consolidação do espaço urbano central, categoria B, da freguesia de Arada, Lugar da Pedreira.

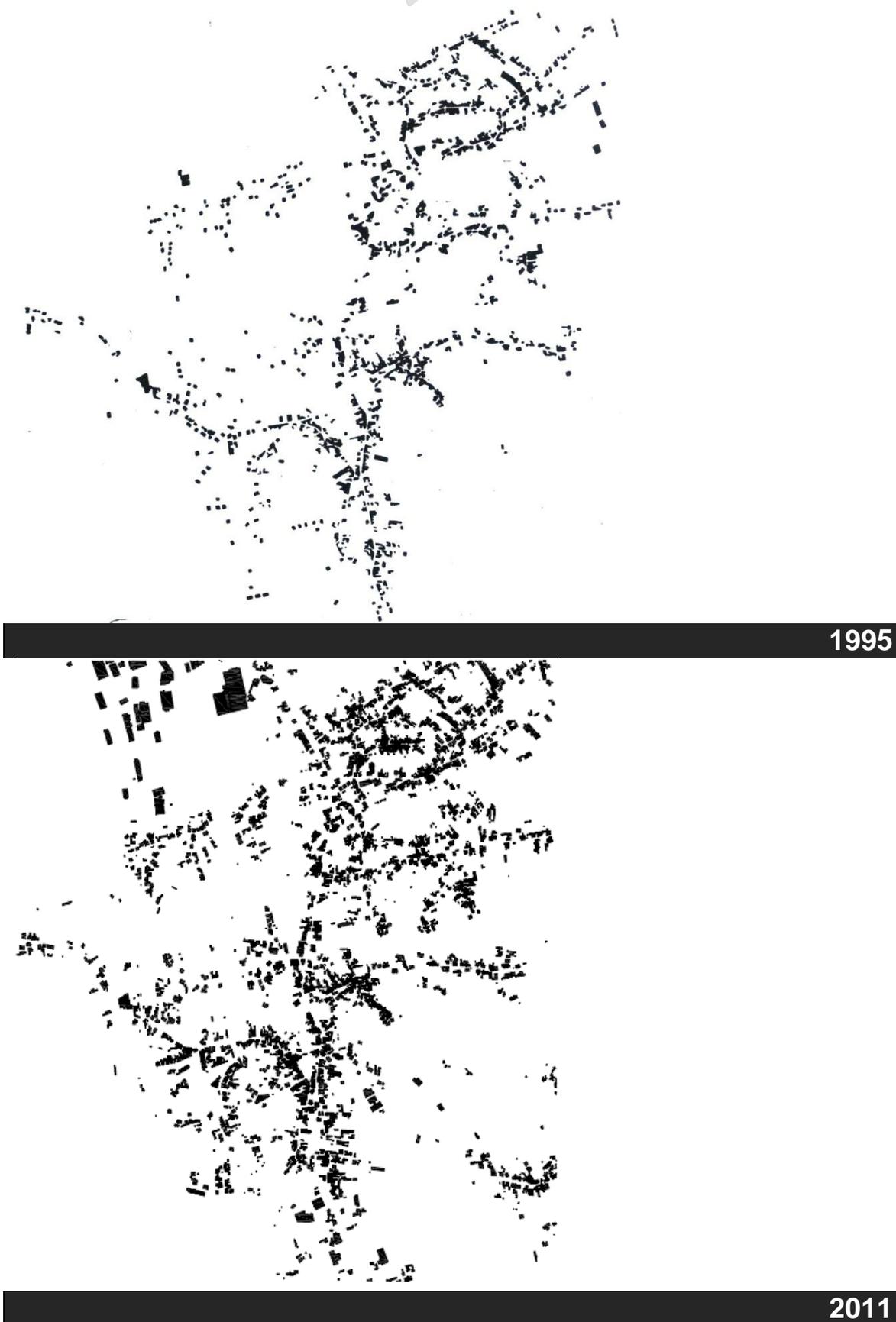


FIGURA 9. POVOAMENTOS EM MACEDA
(IMAGEM DE 1995 DO RELATÓRIO ESTRUTURAS URBANAS DO PDM DE OVAR; IMAGEM 2011 – ESTADO ATUAL)



1995



2011

FIGURA 10. POVOAMENTOS EM ARADA
(IMAGEM DE 1995 DO RELATÓRIO ESTRUTURAS URBANAS DO PDM DE OVAR; IMAGEM 2011 – ESTADO ATUAL)

ESTADO ATUAL

Esta área é atravessada pela A29 que, pelas suas características, constitui uma barreira física e estabelece agora um limite claro, no sentido norte/sul, entre os aglomerados de Maceda e Arada. O limite nascente da área corresponde com o limite do concelho e é apenas administrativo pois não tem qualquer expressão territorial verificando-se uma ocupação contínua para o concelho de Santa Maria da Feira.

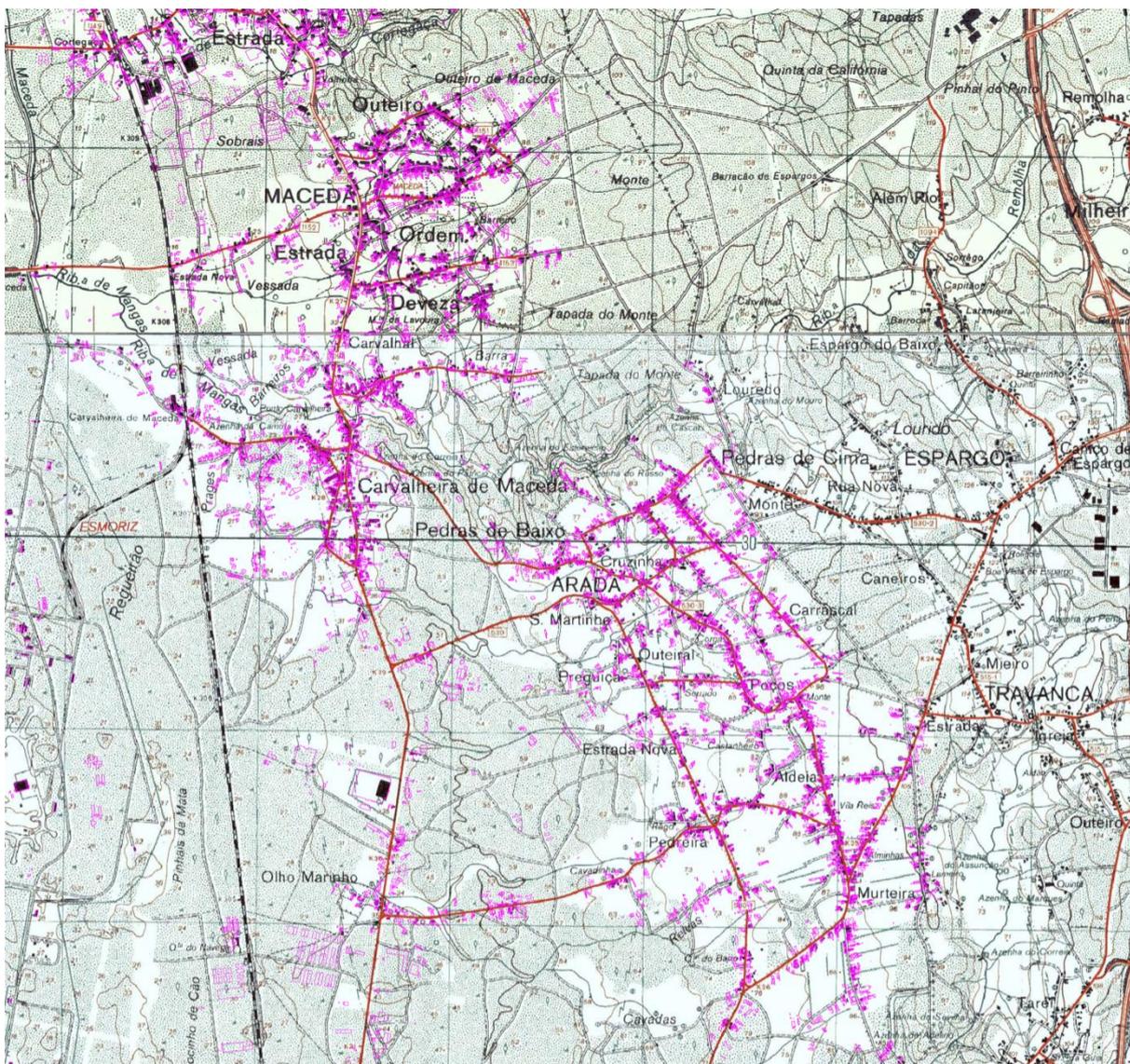


FIGURA 11. EXTRATO DA CARTA MILITAR (1992) COM SOBREPOSIÇÃO DO EDIFICADO ATUAL: MACEDA - ARADA

A ocupação urbana ao longo das vias mantém-se como padrão dominante sendo perceptível, na leitura das duas plantas, a manutenção da estrutura de povoamento. Verifica-se que, entre 1995 e 2011, as frentes urbanas foram preenchidas com construções e houve uma redução da dimensão dos grandes quarteirões rurais que foram, gradualmente, atravessados por vias que abriram novas frentes de construção. Continua, no entanto, a ser visível a presença destes grandes quarteirões e a

exploração hortícola dos espaços livres no seu interior.

Os perímetros urbanos delimitados no PDM em vigor encontram-se preenchidos havendo, no entanto, alguns espaços livres no seu interior, sobretudo em Maceda. Em Arada, provavelmente fruto da proximidade e ligação com Santa Maria

Relativamente aos estudos urbanísticos preconizados pelo PDM a situação atual é a seguinte:

- Plano de urbanização da Envolvente do Restabelecimento 25 em Maceda – não elaborado;
- Plano de Transformação Espaço Urbano B na envolvente da Junta de Freguesia de Maceda – O Plano de Pormenor da Centralidade foi iniciado e suspenso;
- Plano de Transformação Espaço Urbano B na envolvente da Escola C+S de Maceda – não elaborado;
- Plano de Transformação Espaço Indústria Transformadora a Norte da Estrada Nova em Maceda – não elaborado;
- Plano de Transformação Espaço Urbano B a Sul da Igreja e Plano de Transformação Espaço Urbano B na Envolvente da Sr.^a do Desterro, em Arada – estes planos bem como outros três cuja elaboração foi iniciada foram abandonados por dificuldades na adaptação do trabalho já desenvolvido a alterações legislativas ocorridas. Entendeu a Câmara que as propostas estruturantes destes planos deveriam ser vertidas para o PDM sendo a sua execução efetuada através de projetos isolados.
- Plano de Recuperação Espaço Florestal na área da lixeira – obra executada

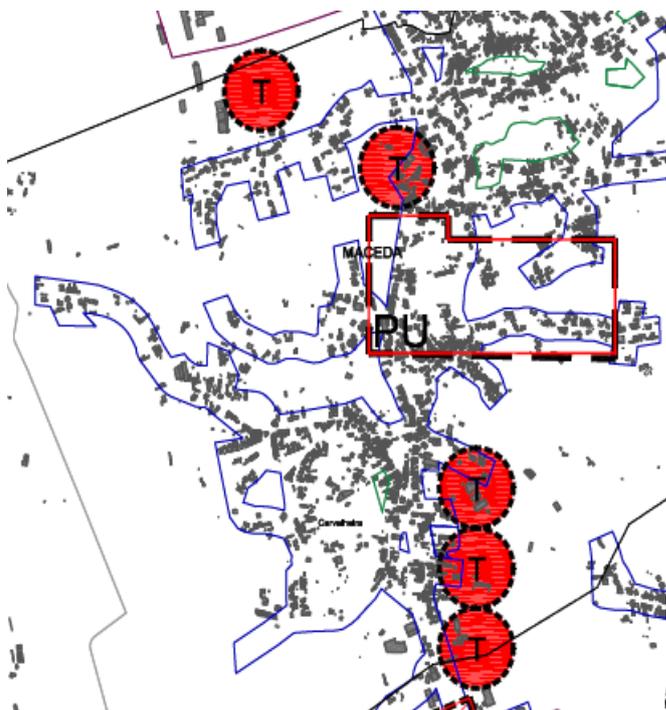


FIGURA 12. SITUAÇÃO ATUAL DOS ESTUDOS URBANÍSTICOS PRECONIZADOS PARA MACEDA

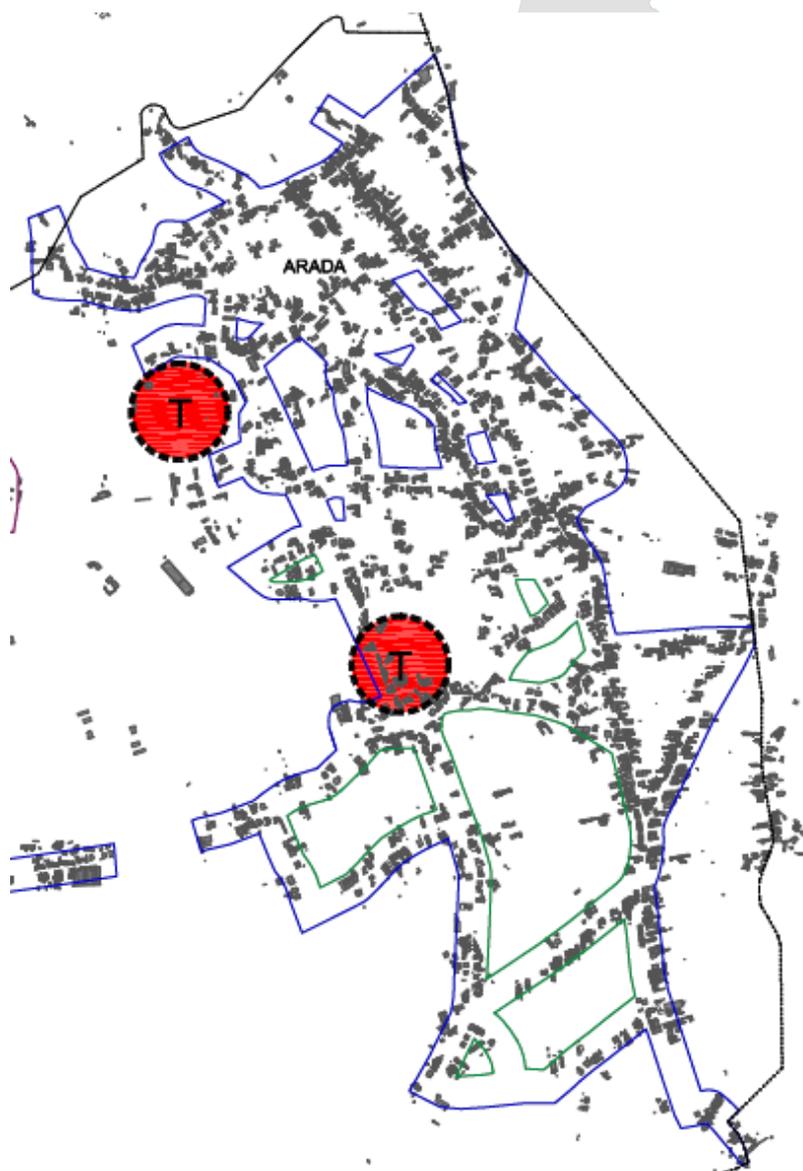


FIGURA 13. SITUAÇÃO ATUAL DOS ESTUDOS URBANÍSTICOS PRECONIZADOS PARA ARADA

2.1.1.3.ÁREA CARACTERÍSTICA DE OVAR

↘CARACTERIZAÇÃO NO PDM EM VIGOR

Esta área corresponde à cidade de Ovar, zona de expansão a poente, zona industrial a norte de Ovar e o centro de S. João que, até 1985, estava integrado na freguesia de Ovar.

Do ponto de vista do povoamento a cidade de Ovar tem uma estrutura rádio-concêntrica bem definida pelos eixos viários principais que a atravessam e asseguravam as ligações interior/litoral e norte/sul e pela presença do Rio Cáster e da Ribeira da Graça. Existia um casco antigo estruturado e hierarquizado que exigia regulamentação com vista à preservação das características tipomorfológicas.

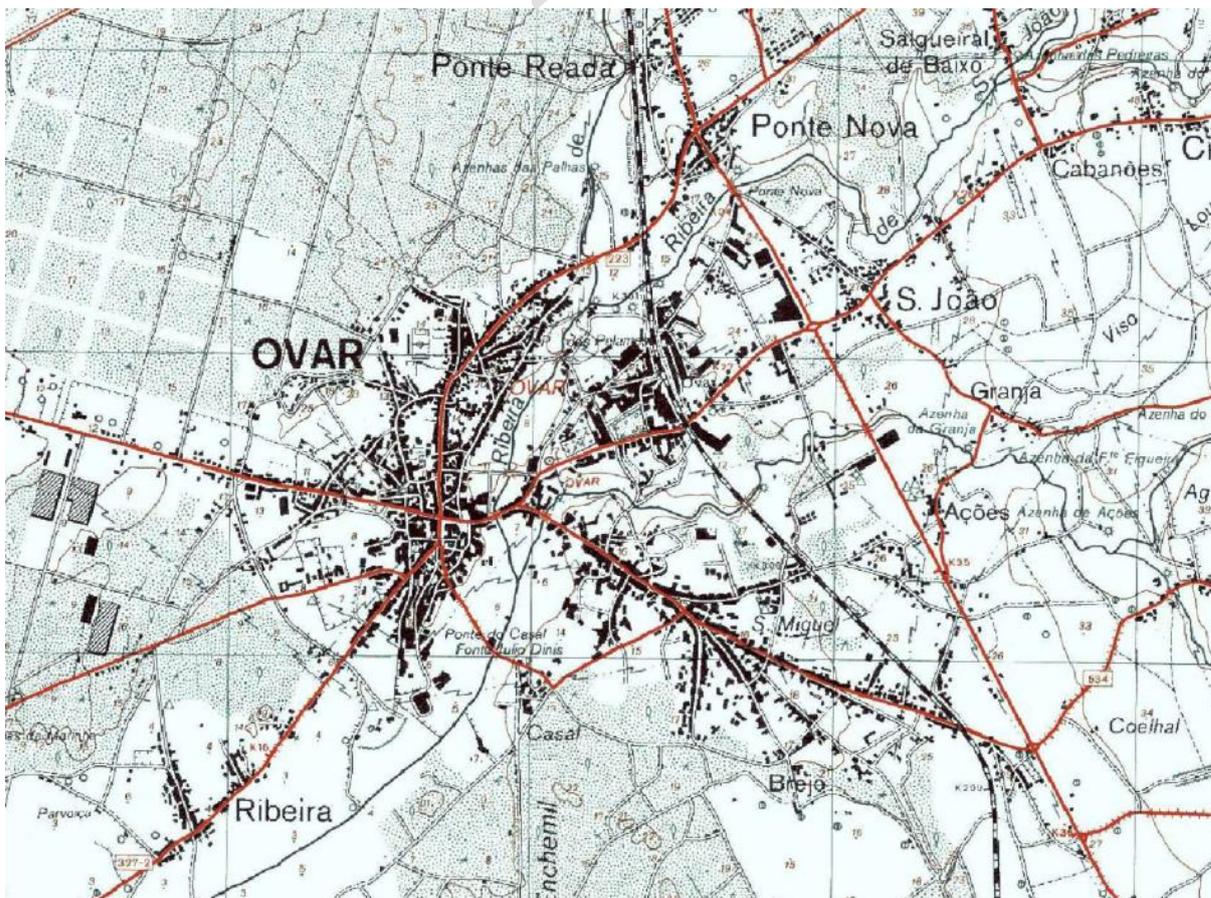


FIGURA 14. EXTRATO DA CARTA MILITAR (1992): OVAR

A ponte de Ovar verificava-se a existência de várias operações de loteamento pouco integradas entre si e desligadas da cidade que eram responsáveis pelo crescimento do aglomerado para aquela zona. Também o centro de S. João e as zonas ribeirinhas junto à Ria se encontravam pouco articuladas com o centro da cidade. A cidade não apresentava uma relação forte nem tirava partido do espaço natural constituído pela Ria.

A norte, junto à EN 109 e via-férrea, existia uma aglomeração construções industriais e de armazenagem, de dimensões consideráveis, que necessitava de ordenamento, programação de equipamentos de apoio e infraestruturas.

A estrutura produtiva desta Área-característica era marcada pela concentração de equipamentos e serviços e pela existência de um número significativo de fábricas. O setor secundário era o que maior peso apresentava na estrutura do emprego. O setor terciário, com maior expressão do que nas restantes áreas do concelho, mantinha ainda uma elevada dependência relativamente a Aveiro e Porto. Era apontada a necessidade de desenvolver este setor, com a criação de serviços de apoio e comércio ocasional, com vista a reduzir essa dependência.



Do ponto de vista do suporte físico ressaltava a proximidade com a Ria de Aveiro, a existência de dois cursos de água que atravessam a área - Rio Cáster e Ribeira da Graça, a existência de maciços florestais a poente que funcionavam como barreira para os ventos e areias de noroeste e controlavam a expansão urbana para poente.

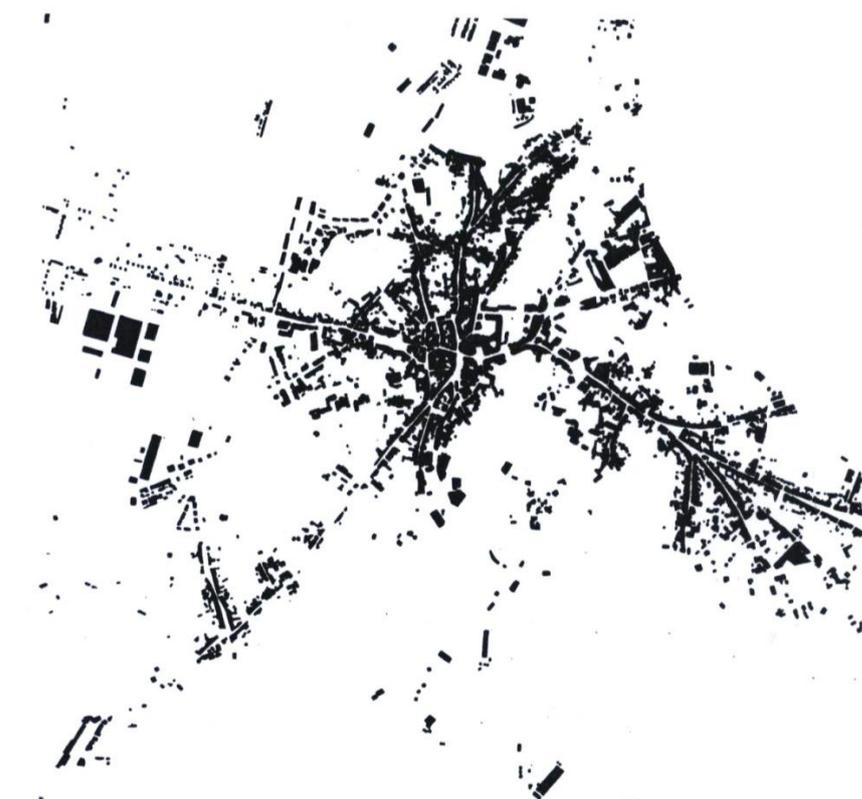
O tecido social e a identidade cultural eram marcados pela existência de algumas atividades coletivas com tradição e expressão na área. Destacavam-se o Carnaval, os Reis e as Procissões Quaresmais. Parte da população desta área mantinha as suas raízes culturais ligadas às atividades agrícolas e piscatórias com grande expressão no passado.

Relativamente às tendências de desenvolvimento no que se refere a Ovar, considerou-se que a saturação do núcleo central deu origem a expansões urbanas no sentido norte/poente com a ocupação de terrenos ainda em parte florestados. Estas expansões surgiram de forma pouco integrada e contribuíram para a descaracterização da estrutura urbana inicial.

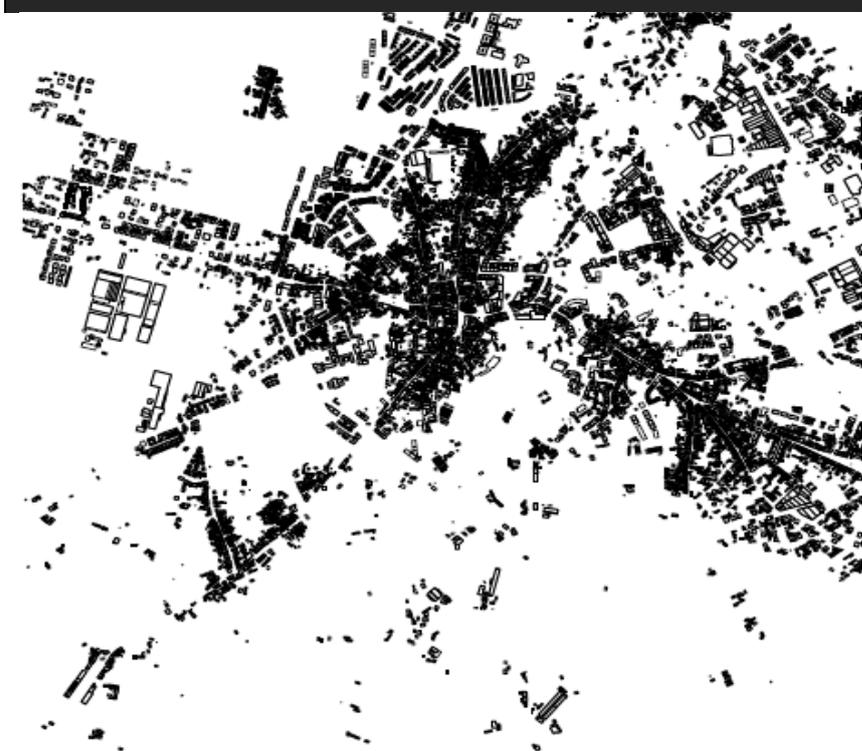
Também da análise demográfica efetuada ressaltava a existência de uma dinâmica acentuada em Ovar que faria prever uma elevada pressão urbanística.

Ao nível do ordenamento do território o PDM propunha a elaboração dos seguintes estudos urbanísticos:

- Plano de Urbanização de Ovar/S. João;
- Área de Desenvolvimento Programado de Espaço Urbano – ADPEU – com a elaboração de um plano de estrutura e posterior elaboração de estudo urbanísticos de pormenor;
- Área de Desenvolvimento Programado de Espaço Indústria – ADPEI – com a elaboração de um plano de estrutura e posterior elaboração de estudo urbanísticos de pormenor;
- Estudo urbanístico de pormenor para a consolidação de Espaços Urbanos Categoria B no Lugar de Ponte Nova;
- Estudo urbanístico de pormenor para criação de Espaço Natural Lúdico-Turístico no Lugar do Cais da Ribeira;
- Estudo urbanístico de pormenor para a consolidação de um Espaço Natural Turístico no Areíño;
- Estudo urbanístico de pormenor para consolidação do Espaço Urbano Categoria C no Torrão do Lameiro;
- Estudo urbanístico de pormenor para a criação de Espaço Natural Lúdico na Praia do Torrão do Lameiro.



1995



2011

FIGURA 15. POVOAMENTOS EM OVAR
(IMAGEM DE 1995 DO RELATÓRIO ESTRUTURAS URBANAS DO PDM DE OVAR; IMAGEM 2011 - ESTADO ATUAL)



↘ ESTADO ATUAL

Ovar registou um crescimento assinalável no período de tempo considerado nesta análise. Tal é claramente visível na comparação das plantas de 1995 e 2011. Na zona a norte de Ovar, onde se localizam alguns equipamentos coletivos de grande dimensão (escolas, piscina municipal, etc.), deteta-se um crescimento assinalável impulsionado, sobretudo, pela instalação nesta zona de duas cooperativas de habitação. Esta zona encontra-se, atualmente, praticamente consolidada e corresponde à área do Plano de Pormenor da Área Envolvente do Núcleo Escolar a Norte de Ovar.

Também no eixo urbano estruturado pela Avenida da Régua se verificou um crescimento relevante com a colmatação de algumas operações de loteamento iniciadas já em 1995 e o aparecimento de outras durante o período de tempo que decorreu até à atualidade. Apesar da malha urbana ser constituída por quarteirões regulares de grande dimensão (resultante da estrutura fundiária presente) que seria propícia, à partida, a uma articulação entre os espaços, as diversas operações que têm vindo a ocorrer carecem de ligação entre si. A Câmara elaborou, no âmbito das propostas do PDM, um plano de estrutura para a ADP-EU que continha as orientações gerais para o ordenamento deste território. Este plano não tem eficácia legal e deveria ser seguido pela elaboração de planos de pormenor que detalhassem as estratégias nele contido. O desenvolvimento de planos de pormenor para esta área revestiu-se de dificuldades decorrentes da existência de condicionantes de ordem superior que, apesar da urbanização estar prevista no PDM em vigor, não foram ultrapassadas. Até ao momento presente, apenas o PP da Zona Desportiva a Norte de Ovar foi aprovado.

Nas zonas a nascente do vale definido pelo Rio Cáster a ocupação urbana também se intensificou sendo visível o preenchimento dos espaços livres entre as vias que constituem a estrutura radial da cidade. Esta estrutura, apesar de continuar presente, é agora menos legível. Nestas zonas o crescimento urbano foi feito através das construções isolada mas, sobretudo, através de operações de loteamento de dimensão relevante que preencheram os espaços urbanos disponíveis.

Junto à EN 109, atualmente integrado na freguesia de S. João, assistiu-se à densificação das áreas disponíveis com a construção de alguns edifícios multifamiliares e à instalação de áreas comerciais de maiores dimensões. O centro de S. João recebeu alguns equipamentos que reforçaram a sua centralidade.

A zona industrial a norte de Ovar consolidou-se tendo a sua ocupação sido disciplinada através de operações de loteamento, de iniciativa municipal e privada. Apesar de existirem ainda lotes vagos, esta zona encontra-se bastante ocupada e comprometida. Para aqui o PDM previa a programação de uma área de desenvolvimento espaço indústria – ADP-EI, não que não chegou a ser concretizada fazendo-se sentir a necessidade de dotar a área com equipamentos e serviços de apoio às atividades indústrias e de armazenagem que predominam.

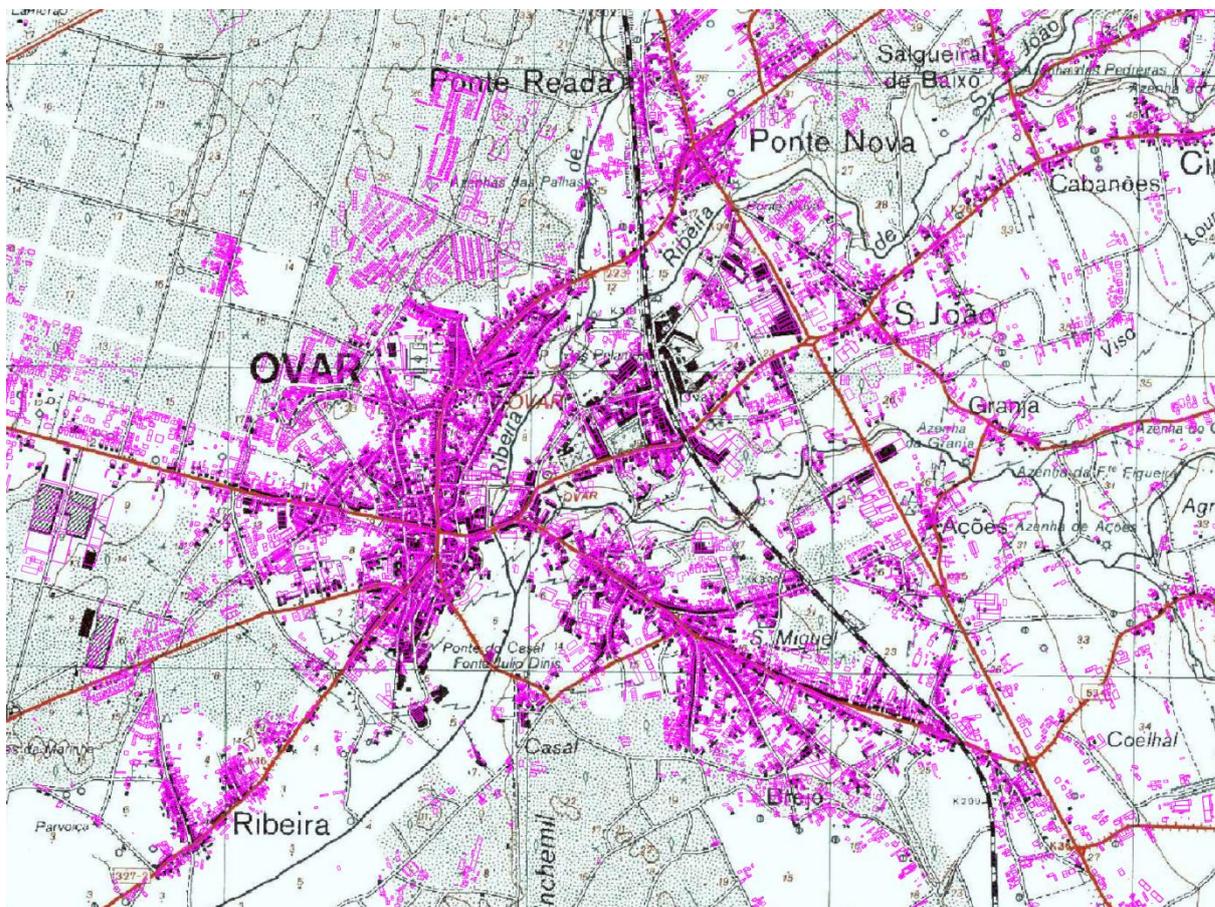


FIGURA 16. EXTRATO DA CARTA MILITAR COM SOBREPOSIÇÃO DO EDIFICADO ATUAL: OVAR

De um modo geral, os perímetros urbanos estabelecidos no PDM em vigor encontram-se preenchidos.

Relativamente aos estudos urbanísticos preconizados pelo PDM a situação atual é a seguinte:

- Plano de Urbanização de Ovar/S. João – não elaborado;
- Área de Desenvolvimento Programado de Espaço Urbano – ADP-EU – foi elaborado um plano de estrutura e aprovado pela Câmara Municipal. Na sequência deste plano de estrutura foi elaborado o PP do Núcleo Desportivo a Norte de Ovar que se encontra em vigor. O PP da Estrumada está em elaboração. Os PP da Estada da Marinha e PP da Cova do Frade incidiam sobre as áreas entre a Av. Da Régua e a Estrada da Marinha e integravam algumas unidades industriais existentes no meio urbano. Encontravam-se, parcialmente, abrangido pela ADP-EU. A sua elaboração foi abandonada por dificuldades de compatibilização com a legislação que foram surgindo ao longo do processo de elaboração.
- Área de Desenvolvimento Programado de Espaço Indústria – ADP-EI – não elaborado;



- Plano de Transformação Espaço Urbano B na Ponte Nova – elaborado. Por dificuldades surgidas na adaptação às alterações legislativas entretanto ocorridas entendeu a Câmara que as propostas estruturantes deste estudo sejam vertidas para o PDM e a sua execução efetuada através de projetos avulsos;
- Plano de Transformação Espaço Urbano B na Ponte Reada – Plano publicado;
- Plano de Transformação Espaço Natural Lúdico no Cais da Ribeira - Estudos iniciados pelo Gabinete Técnico Local (GTL) não tendo havido seguimento do plano;
- Plano de Recuperação do Lugar da Tijosa – não elaborado.
- Para além dos planos expressamente previsto no PDM foram ainda elaborados os seguintes planos ou estudos:
 - Plano de Pormenor da Envolvente Poente à Estação de caminho de ferro – plano iniciado que aguarda definição por parte da CP relativamente ao tratamento da área sujeita à sua jurisdição;
 - Plano de Pormenor da Envolvente Nascente à Estação de caminho de ferro – plano iniciado que aguarda definição por parte da CP relativamente ao tratamento da área sujeita à sua jurisdição;
 - Plano de Requalificação do Núcleo Urbano Central – trabalho iniciado pelo GTL;

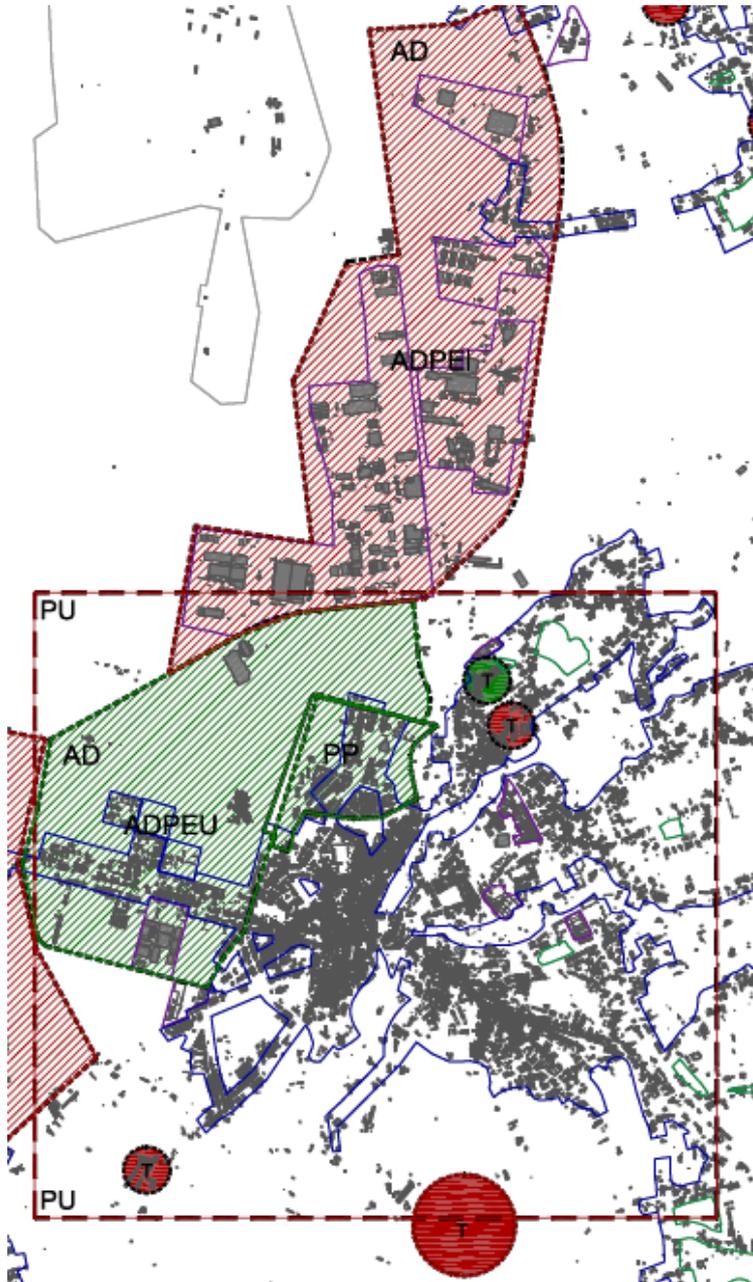


FIGURA 17. SITUAÇÃO ATUAL DOS ESTUDOS URBANÍSTICOS PRECONIZADOS PARA OVAR



2.1.1.4.ÁREA CARACTERÍSTICA DE S. JOÃO/VÁLEGA/S. VICENTE

↘CARACTERIZAÇÃO NO PDM EM VIGOR

Esta Área-característica integra as freguesias de Válega, S. Vicente e a parte nascente da freguesia de S. João.

Do ponto de vista da estrutura do povoamento verificava-se a ocupação ao longo das vias e caminhos rurais, junto a terrenos com boa aptidão agrícola. Existiam pequenos polos já definidos correspondendo a áreas centrais das freguesias. Estes polos careciam de intervenção, em particular em S. Vicente de Pereira, com vista a conferir-lhes características mais urbanas. As áreas urbanas localizadas no limite nascente do concelho estabeleciam continuidade, com o mesmo tipo de ocupação para os concelhos vizinhos de Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis.

Nesta área a agricultura e a pecuária ainda tinham um peso significativo na estrutura produtiva. Assista-se, no entanto, à deslocação da população ativa para a indústria transformadora, mantendo a atividade agrícola como complemento do rendimento da família. A indústria assumia, por isso, maior importância na estrutura produtiva local verificando-se a existência de algumas fábricas sobretudo na freguesia de S. Vicente Pereira. O comércio e serviços tinham pouca expressão nesta área havendo uma elevada dependência relativamente a Ovar.

Do ponto de vista do suporte físico existiam grandes manchas de solos com boa aptidão agrícola bem como manchas florestais significativas, em particular nos limites nascente e poente. Verificava-se a existência de uma área de ocorrência de caulinos em S. Vicente de Pereira (Couto Mineiro da Vista Alegre).

Em Válega salientava-se a tendência para a densificação das frentes já constituídas e existências de alguns acontecimentos urbanos que poderiam vir a influenciar o seu desenvolvimento. Era o caso do Lugar do Sargaçal que foi objeto de um loteamento de iniciativa municipal com vista a reabilitar uma área degradada e que foi motor para a criação de outros loteamentos de iniciativa privada e para a fixação de algumas unidades industriais. Também a construção de uma escola de ensino básico e secundário a norte do centro de Válega, separada deste por pinhais e campos agrícolas, considerava-se poder vir a potenciar um prolongamento do aglomerado. Por fim a existência de edifícios destinados a habitação multifamiliar e comércio junto à EN 109 seria, eventualmente, a génese de um novo polo de expansão.

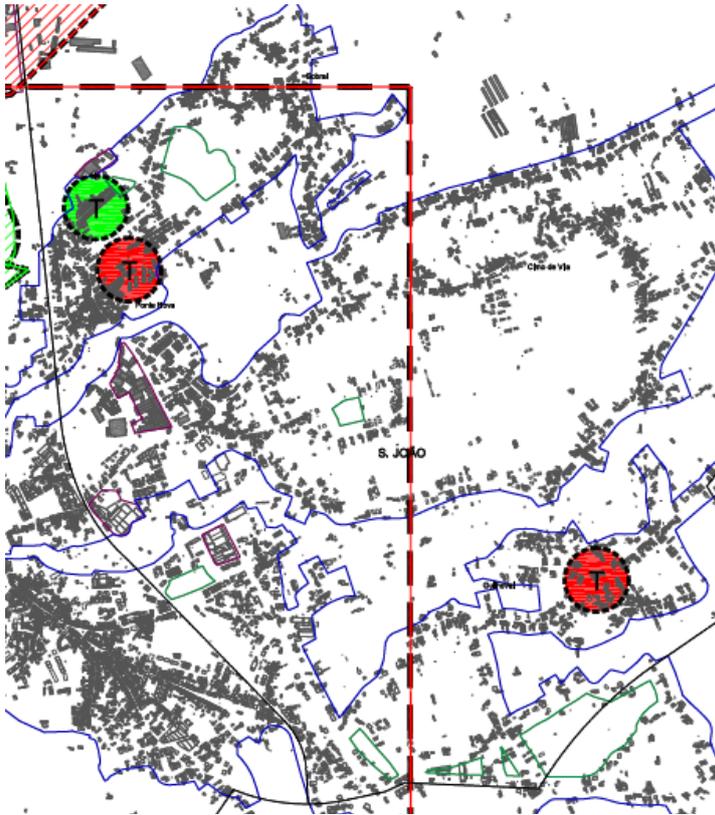


FIGURA 19. SITUAÇÃO ATUAL DOS ESTUDOS URBANÍSTICOS PRECONIZADOS PARA S. JOÃO

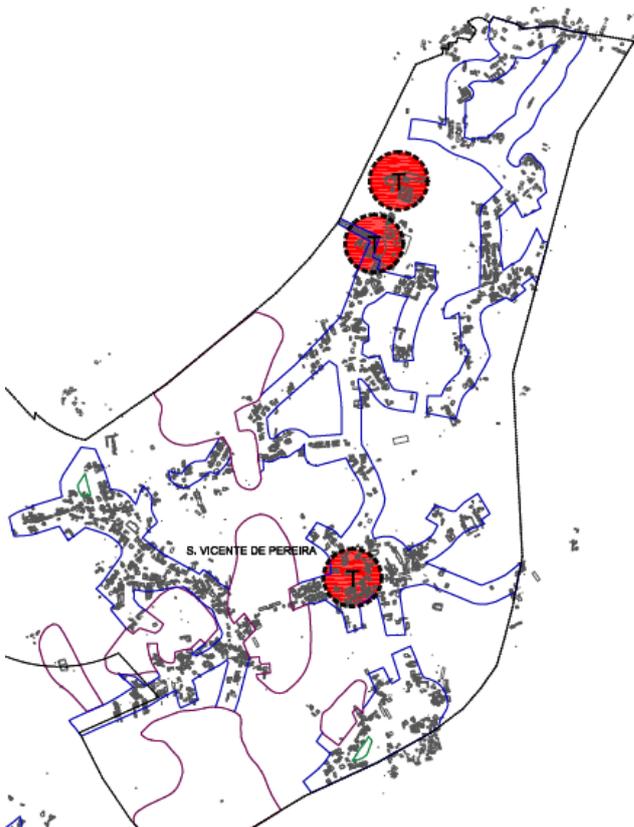


FIGURA 20. SITUAÇÃO ATUAL DOS ESTUDOS URBANÍSTICOS PRECONIZADOS PARA S. VICENTE

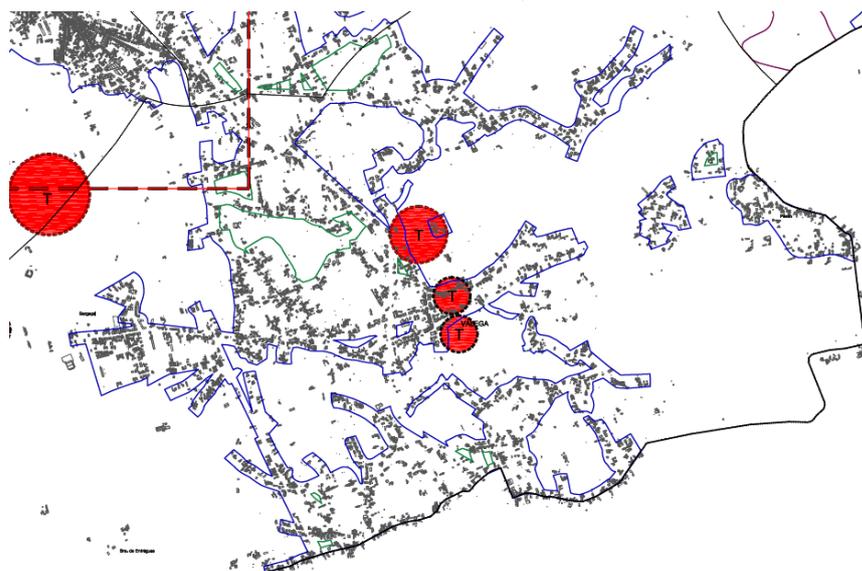


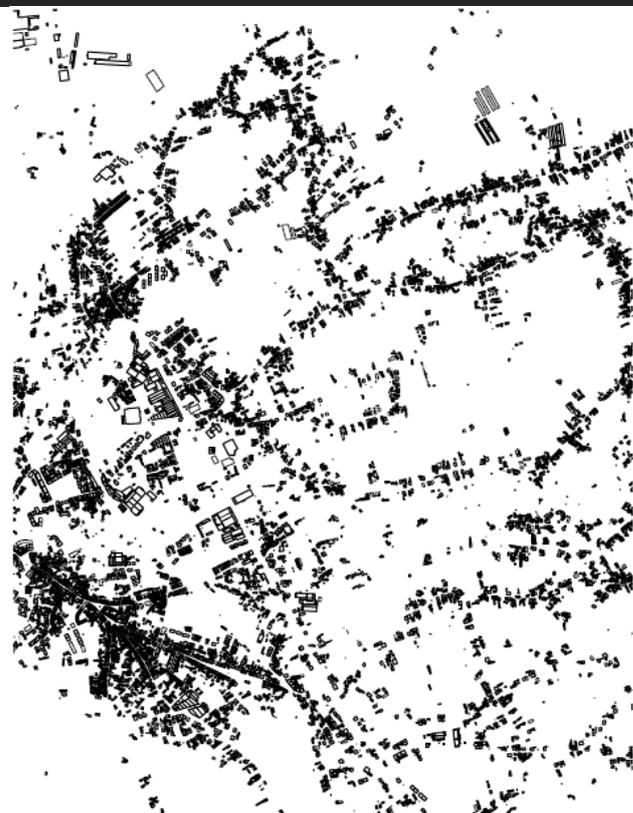
FIGURA 21. SITUAÇÃO ATUAL DOS ESTUDOS URBANÍSTICOS PRECONIZADOS PARA VÁLEGA

Ao nível do ordenamento do território o PDM propunha a elaboração dos seguintes estudos urbanísticos:

- Estudo urbanístico de pormenor para consolidação de Espaço Urbano Categoria C no Lugar de Guilhovai;
- Estudo urbanístico de pormenor para consolidação do centro da freguesia de Válega como Espaço Urbano Categoria B;
- Estudo urbanístico de pormenor para a criação de uma zona industrial junto à Estrada dos Marinhões e Via Circular Sul à cidade de Ovar;
- Estudo urbanístico de pormenor para a criação de Espaço Urbano Categoria C no Lugar de Herdade na freguesia de S. Vicente Pereira;
- Estudo urbanístico de pormenor para a criação de uma zona industrial no Lugar de Herdade (a norte do estudo anterior) na freguesia de S. Vicente Pereira;
- Estudo urbanístico de pormenor para consolidação do centro da freguesia de S. Vicente Pereira, Lugar do Outeiro como Espaço Urbano Categoria B.

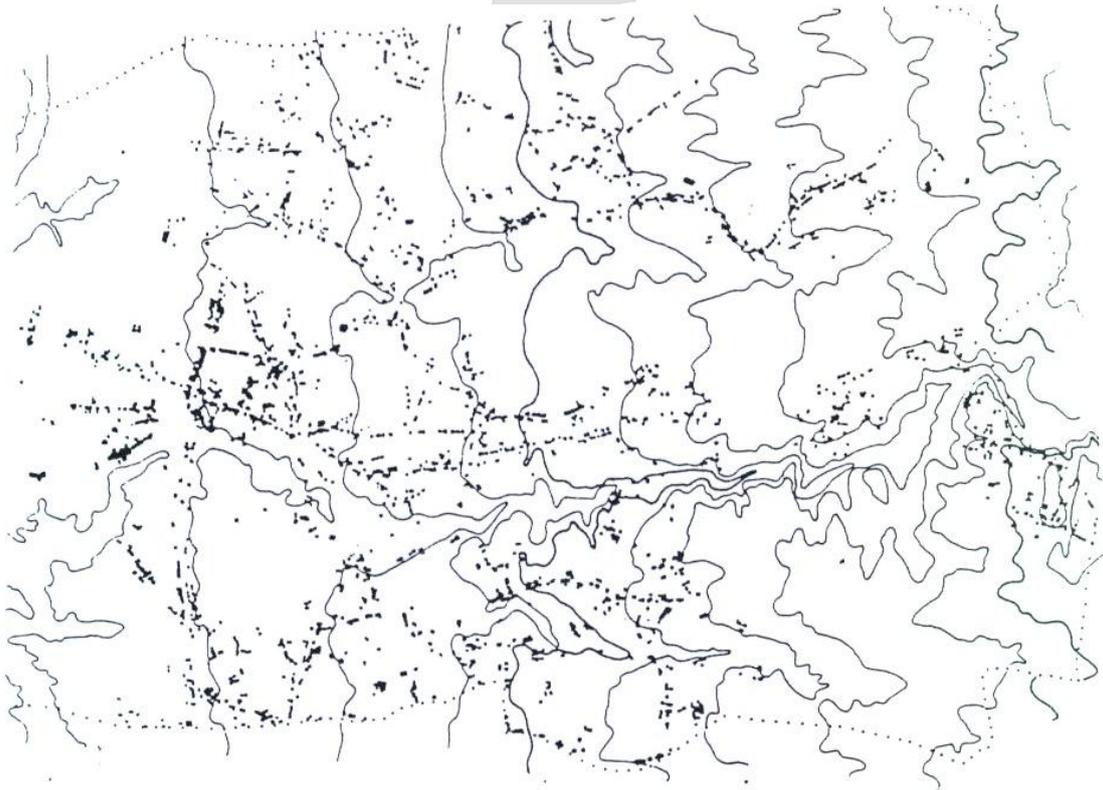


1995

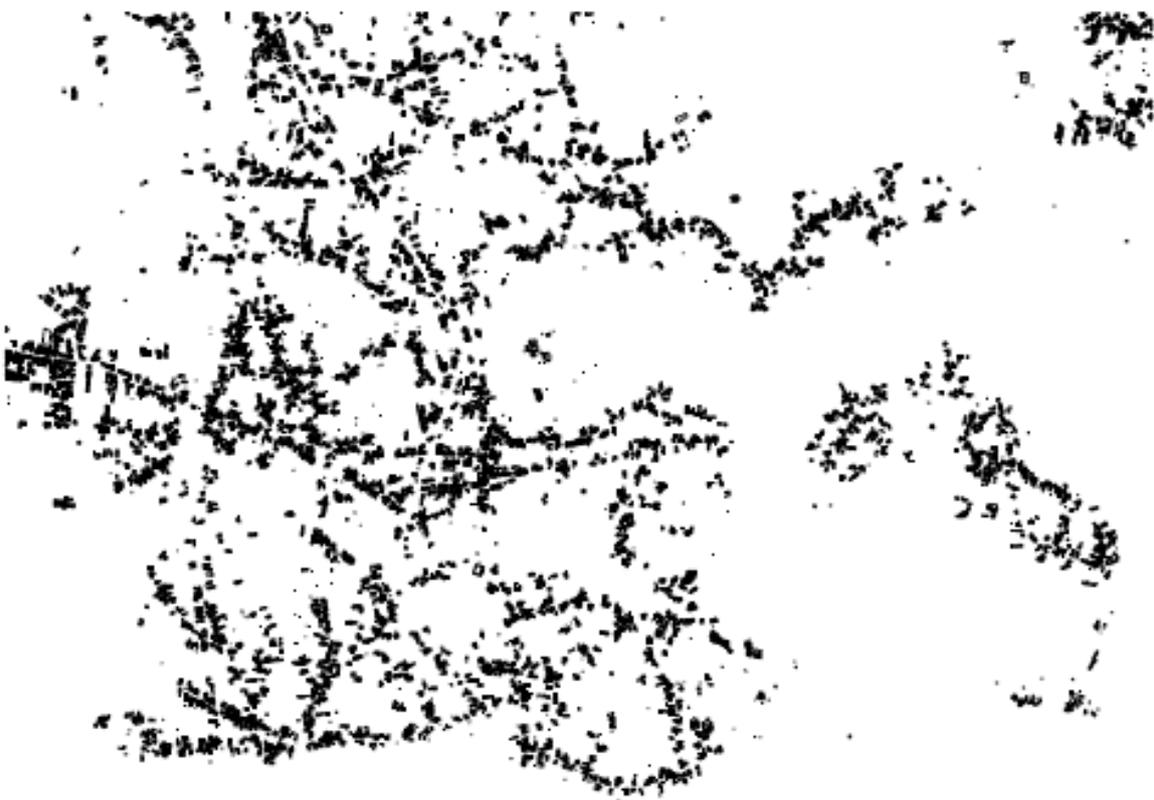


2011

FIGURA 22. POVOAMENTOS EM S. JOÃO
(IMAGEM DE 1995 DO RELATÓRIO ESTRUTURAS URBANAS DO PDM DE OVAR; IMAGEM 2011 – ESTADO ATUAL)



1995



2011

FIGURA 23. POVOAMENTOS EM VÁLEGA
(IMAGEM DE 1995 DO RELATÓRIO ESTRUTURAS URBANAS DO PDM DE OVAR; IMAGEM 2011 - ESTADO ATUAL)

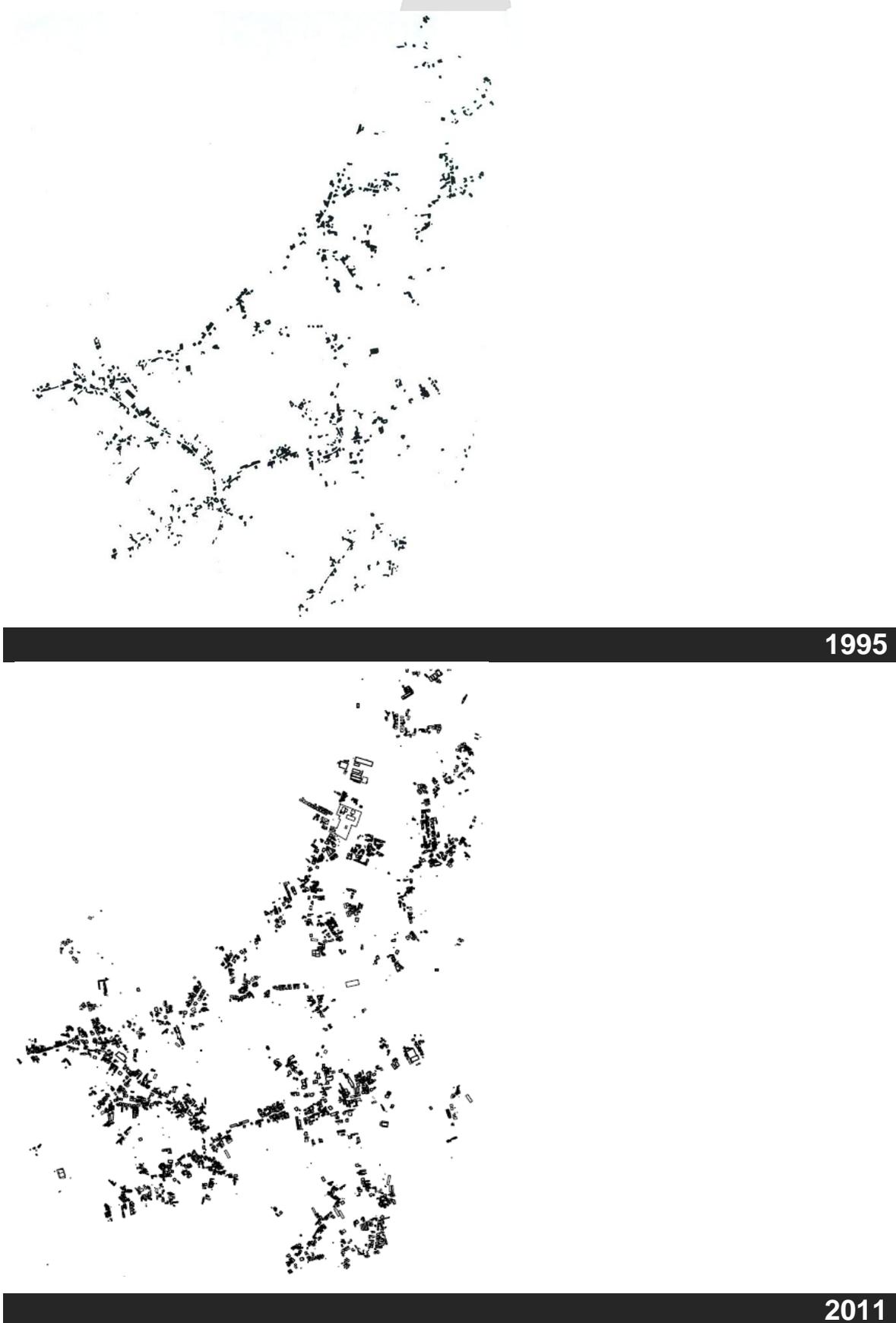


FIGURA 24. POVOAMENTOS EM S. VICENTE
(IMAGEM DE 1995 DO RELATÓRIO ESTRUTURAS URBANAS DO PDM DE OVAR; IMAGEM 2011 – ESTADO ATUAL)



↘ESTADO ATUAL

Em S. João a ocupação ao longo das vias mantém-se como padrão da ocupação urbana. Verifica-se a colmatção de muitos espaços vazios neste povoamento linear mas é notória a influência da cidade de Ovar e a presença da EN 109 na estrutura do aglomerado sendo muito visível a densificação da ocupação nas zonas localizadas entre esta via e a linha de caminho de ferro. A EN 109, por outro lado, foi localização preferencial de unidades industriais, algumas entretanto desativadas, e tem vindo a ser procurada para a instalação de unidades comerciais de maiores dimensões. O caminho de ferro enquanto barreira física foi transposto e a sua presença não ressalta na mancha de ocupação que, nesta zona, é contínua e se encontra ligada a Ovar. Este aglomerado que em 1995 se desenvolvia, essencialmente, ao longo das vias existentes no sentido nascente/poente, é agora recortado por vias no sentido norte/sul que criando quarteirões, alteram um pouco a estrutura anterior. A zona central de S. João tem vindo a ser reforçada com obras de beneficiação de espaços públicos e a instalação de alguns equipamentos.

Em Válega verificou-se a densificação das frentes já constituídas, abertura de novas frentes com a criação de atravessamento das bolsas de solo agrícola no interior dos grandes quarteirões rurais e o reforço de alguns núcleos já existentes como são os casos do Sargaçal e do centro da freguesia junto da Igreja. A escola de ensino básico e secundário a norte do centro de Válega, não promoveu, como se esperava, o prolongamento do aglomerado e o reforço de uma nova centralidade em torno deste equipamento.

No caso de S. Vicente a evolução verificou-se, sobretudo com o preenchimento de espaços vazios ao longo das vias existentes. É notória a densificação no interior dos perímetros urbanos sendo, no entanto, ainda visíveis numerosos espaços vazios. Não se verificou uma redução significativa na dimensão dos quarteirões rurais. Foi reforçada a centralidade na zona envolvente da Escola C+S e ao aparecimento de novas indústrias numa zona onde existiam já algumas unidades e para onde, o PDM, previa a intensificação da localização industrial. Esta zona mantém essencialmente as suas características rurais sendo, também, relevante na sua evolução a presença do Couto Mineiro da Vista Alegre que, pela sua dimensão, condiciona fortemente o crescimento.

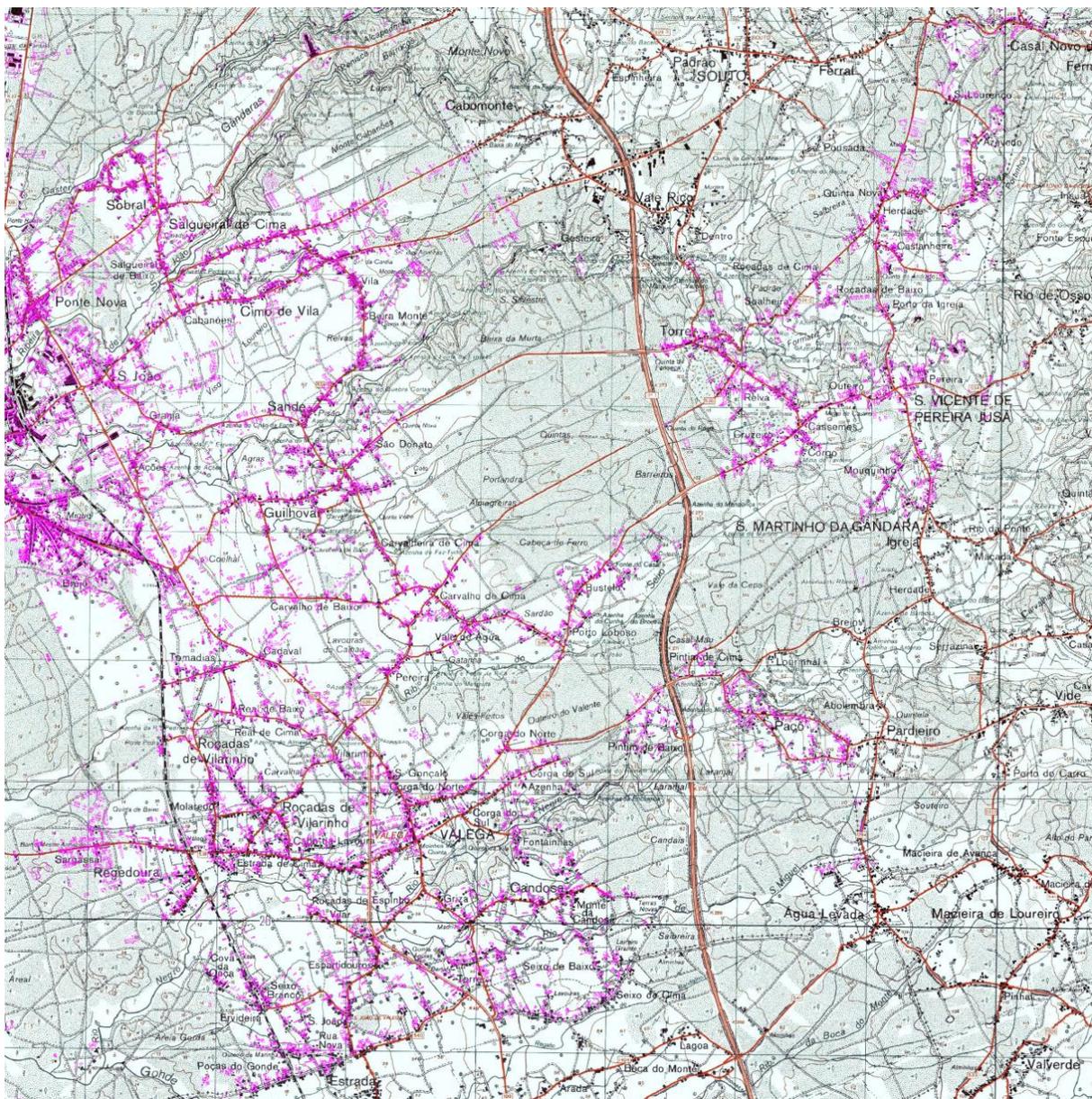


FIGURA 25. EXTRATO DA CARTA MILITAR (1992) COM SOBREPOSIÇÃO DO EDIFICADO ATUAL : S. JOÃO – VÁLEGA – S. VICENTE

Esta Área-característica, exceto nas zonas mais centrais de S. João e Válega, foi a que manteve traços de maior ruralidade e onde a pressão urbanística menos se fez sentir.

Relativamente aos estudos urbanísticos preconizados pelo PDM a situação atual é a seguinte:

- Plano de urbanização de Ovar/S. João – não elaborado;
- Plano de Transformação Espaço Urbano B na Ponte Readada/S. João – Plano publicado;
- Plano de Transformação Espaço Urbano B na Ponte Nova/S. João – este plano foi elaborado mas não concluído. Por dificuldades na sua adaptação às alterações de legislação entretanto ocorridas a Câmara decidiu integrar as propostas estruturantes deste plano no PDM e executar essas



propostas através de projetos avulsos;

- Plano de Transformação Espaço Urbano C em Guilhovai – não elaborado;
- Plano de Urbanização de Válega – não elaborado;
- Plano de Transformação Espaço Urbano C na envolvente da Escola C+S de Válega – não elaborado;
- Plano de Transformação Espaço Urbano B no Centro da Freguesia de Válega – não elaborado;
- Plano de Transformação Espaço Natural Lúdico no Cais do Puchadouro – elaborado um estudo prévio; aguarda indicações por parte da CCDRC se deverá ou não prosseguir a sua transformação em plano de pormenor;
- Plano de Transformação Espaço Urbano B no Centro da Freguesia de S. Vicente – PP em fase final de elaboração;
- Plano de Transformação Espaço Urbano C e Espaço Indústria Transformadora na Herdade, S. Vicente – Foi iniciada a elaboração do Plano de Pormenor da Zona Industrial de S. Vicente de Pereira que englobava as áreas de intervenção previstas para estes dois planos de transformação. Por dificuldade de adaptação às alterações de legislação entretanto ocorridas a Câmara entendeu que as propostas estruturantes deste plano seriam vertidas para o PDM e a sua execução efetuada através de projetos avulsos.

2.1.1.5.ÁREA CARACTERÍSTICA DA FAIXA LITORAL

↳CARACTERIZAÇÃO NO PDM EM VIGOR

É uma área de grandes dimensões que engloba toda a faixa litoral do concelho exceto as áreas envolventes da Ria de Aveiro que foram tratados numa Área-característica própria. Tratava-se de uma área onde predominava o espaço natural, composto por extensas manchas florestadas e todo o cordão dunar. Integrava, igualmente, os aglomerados costeiros. Quase toda a área se encontrava integrada na Reserva Ecológica Nacional e abrangida pelas disposições legais que regulavam a ocupação, uso e transformação da faixa costeira definida entre a linha máxima de preia-mar das águas vivas equinociais e uma linha imaginária paralela a esta, 2 km para o interior. (Decreto Lei nº 302/90, 26 de setembro).

Do ponto de vista da estrutura urbana esta área integrava os aglomerados urbanos correspondentes às praias do concelho (Furadouro, Esmoriz e Cortegaça), que se caracterizavam pela malha de quarteirões reticulada, ocupação urbana concentrada e que funcionavam, essencialmente, como estâncias de veraneio.

Ao longo da EN 327 a ocupação urbana era do tipo linear, com a frente da parcela ocupada pela construção e as traseiras utilizadas para a atividade agrícola e hortícola, complementando a atividade principal. Na zona da Marinha, verificava-se que a ocupação urbana se fazia, igualmente pela ocupação das frentes das vias mas, neste caso, a estrutura formava grandes quarteirões rurais.

A estrutura produtiva desta área estava ligada, predominantemente, à atividade turística. Considerava-se haver ainda carências ao nível das infraestruturas e equipamentos de apoio. A pesca, a agricultura e a pecuária eram atividades em declínio mas ainda mantinham alguma importância no Torrão do Lameiro e Marinha. A pesca, como atividade sazonal, mantinha algum peso nas comunidades piscatórias do Furadouro e da Praia de Esmoriz.

Esta área, do ponto de vista físico, é praticamente plana, tinha uma vasta mancha florestal ao longo da costa e terrenos com boa aptidão agrícola junto à Laguna de Aveiro. A linha de costa tinha já sofrido algumas alterações provocadas por avanços do mar.

O tecido social e identidade cultural desta área têm as suas origens na atividade piscatória que se praticava no mar e na Ria e na agricultura nas margens da Ria, muitas vezes em complemento da pesca. O declínio da pesca e o aumento da procura turística provocou uma alteração gradual dos aglomerados piscatórios em zonas balneares e, conseqüentemente, o afastamento da nova população das raízes culturais dos sítios.

Relativamente aos aglomerados das praias verificava-se uma tendência para a sua transformação gradual em zonas residenciais, com pouco comércio e serviços de apoio, estando a adquirir características de povoação satélite. Ainda nestes aglomerados verificava-se uma massificação do turismo que resultava no crescimento da procura e conseqüente aumento das superfícies construídas reduzindo as áreas naturais que anteriormente permitiam uma fruição com maior desafogo dos espaços naturais. Esta situação era mais visível no Furadouro do que nos restantes aglomerados de praia.

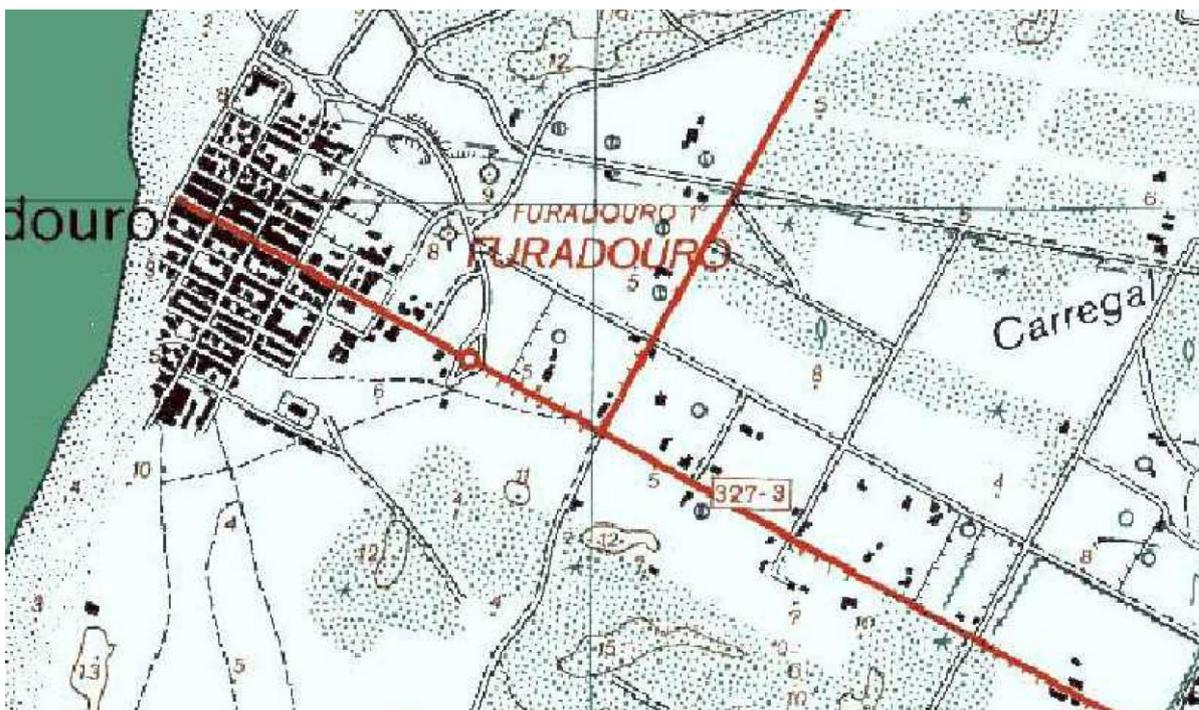


FIGURA 26. EXTRATO DA CARTA MILITAR (1992) : PRAIA DO FURADOURO

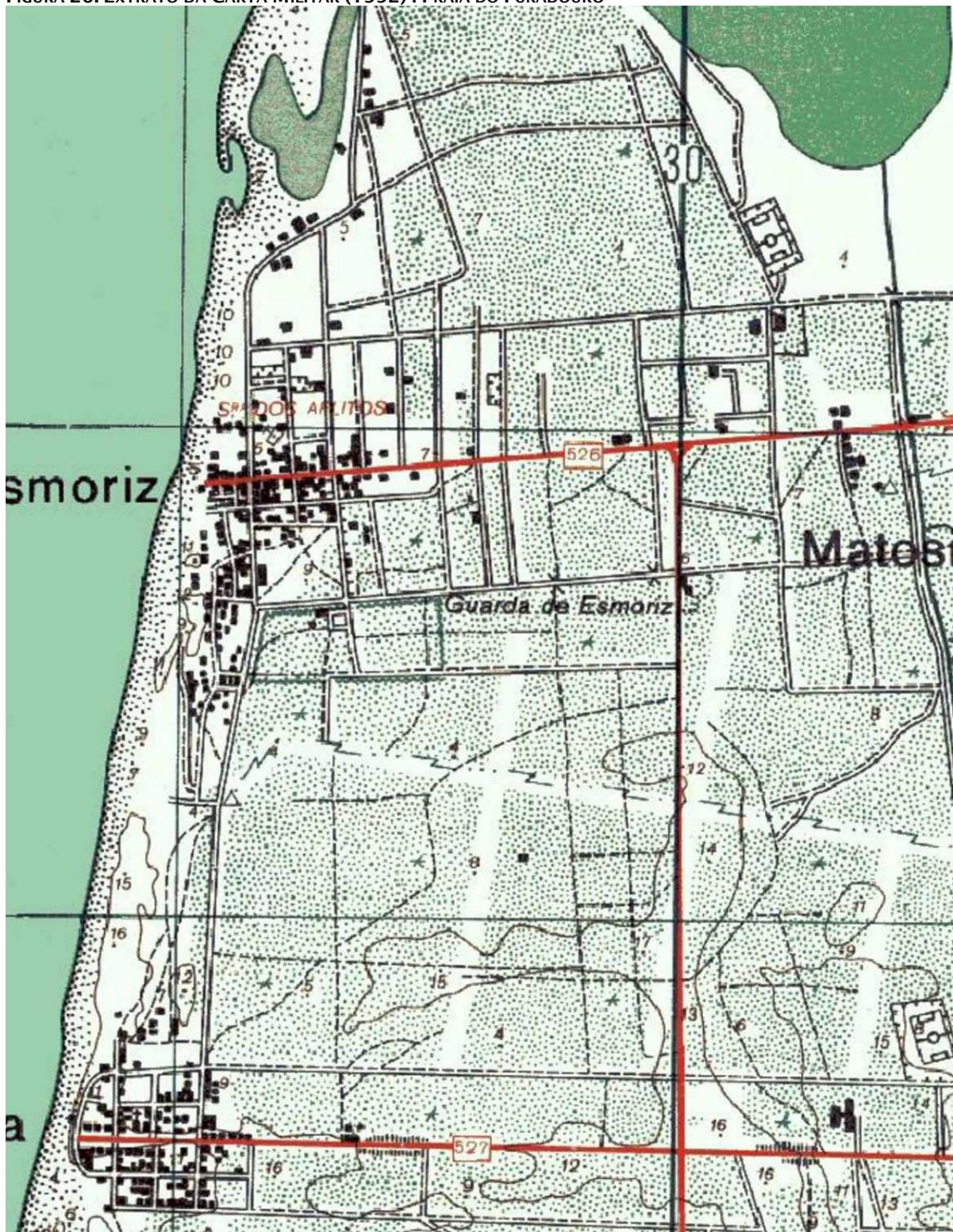


FIGURA 27. EXTRATO DA CARTA MILITAR (1992): PRAIA DE ESMORIZ E PRAIA DE CORTEGAÇA



Considerava-se que toda a área tinha forte vocação para atividades lúdico-turísticas mas que as intervenções a realizar deveriam atender à capacidade de carga prevista de forma a preservar o equilíbrio entre o meio natural e a presença humana, garantido que as suas funções de proteção dos territórios a nascente seriam preservadas.

Ao nível do ordenamento do território o PDM propunha a elaboração dos seguintes estudos urbanísticos:

- Área de Desenvolvimento Espaço Margem – ADEM – com a elaboração de um plano de estrutura e posterior elaboração de estudos urbanísticos de pormenor;
- Estudos urbanísticos de pormenor para a recuperação das zonas degradadas (áreas críticas) localizadas nos aglomerados costeiros de Esmoriz, Cortegaça e Furadouro;
- Estudo urbanístico de pormenor da zona de expansão da Praia de Cortegaça;
- Plano de Pormenor da Zona Lúdico-Desportiva de Cortegaça (encontrava-se em elaboração e em fase de conclusão);
- Estudo de reconversão da Avenida Central e Marginal do Furadouro (encontrava-se em elaboração);
- Estudo para a recuperação do Espaço Natural Degradado junto à Estrada Florestal;
- Estudo de pormenor para a criação de Espaço Natural Lúdico na freguesia de Maceda, Praia de S. Pedro (encontrava-se em elaboração);

↘ESTADO ATUAL

De um modo geral verificou-se um acentuado crescimento dos aglomerados das praias com maior expressão no Furadouro e Praia de Esmoriz. No Furadouro é visível o preenchimento das áreas disponíveis na zona central do aglomerado, correspondente à malha de quarteirões retangulares de pequena dimensão, a intensificação da ocupação ao longo da Avenida do Emigrante e quarteirões adjacentes que, atualmente, se estende até Ovar, e nas áreas a norte onde se verificou um crescimento apoiado, sobretudo, nos dois planos de pormenor em vigor – PP do Quarteirão a Poente da Mata da Bicha e PP do Carregal Norte. A zona a sul da Avenida do Emigrante encontra-se pouco ocupada.



FIGURA 28. POVOAMENTOS EM FURADOURO
(IMAGEM DE 1995 DO RELATÓRIO ESTRUTURAS URBANAS DO PDM DE OVAR; IMAGEM 2011 – ESTADO ATUAL)

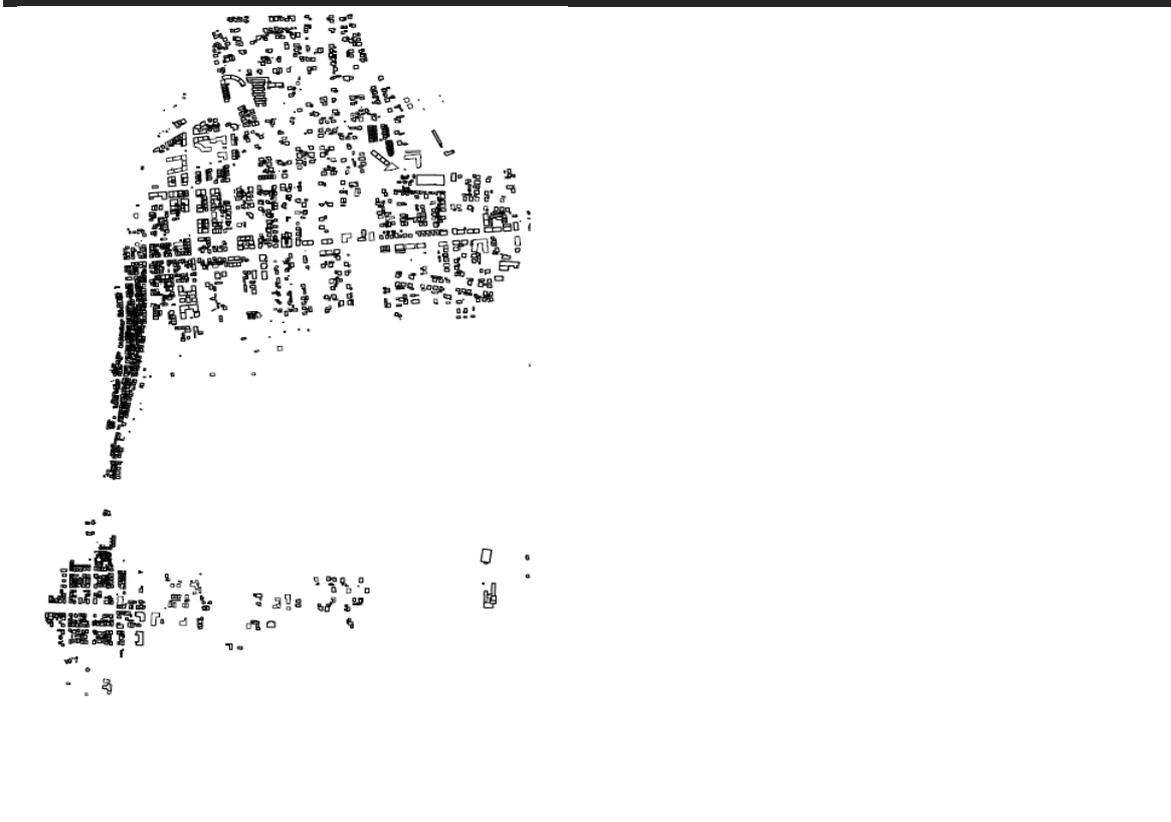


FIGURA 29. POVOAMENTOS EM PRAIA DE ESMORIZ E CORTEGAÇA
(IMAGEM DE 1995 DO RELATÓRIO ESTRUTURAS URBANAS DO PDM DE OVAR; IMAGEM 2011 – ESTADO ATUAL)



Relativamente à Praia de Esmoriz verificou-se a colmatação dos quarteirões existentes e o preenchimento dos espaços vazios com construções de maior volumetria ao longo da Avenida António Coentro de Pinho (Avenida da Praia) que, atualmente, se encontra ligada já à Cidade de Esmoriz, e junto à Avenida Oliveira e Silva e quarteirões a poente, correspondendo às zonas mais centrais do aglomerado. O perímetro urbano estabelecido no PDM encontra-se preenchido quase na totalidade havendo poucos espaços ainda livres.

Na Praia de Cortegaça verificou-se o preenchimento dos quarteirões mais próximos de mar e a densificação ao longo da Avenida da Praia. Nos quarteirões a norte e a sul desta avenida existem ainda áreas não ocupadas significativas.

Nas Praias de Esmoriz e Cortegaça as áreas correspondentes ao Bairro dos Pescadores tem grande densidade de construção, em muitos casos precárias, que se encontram construídas sobre áreas ambientalmente sensíveis. A eliminação destes bairros e o realojamento das suas populações está previsto devendo, posteriormente, estas zonas ser recuperadas ambientalmente.

Relativamente à ocupação urbana ao longo da EN 327 verifica-se o preenchimento de espaços livres nas margem da via e, pontualmente, a partir da Praia do Areíngo a penetração para poente formando quarteirões rurais. Junto à rotunda do Carregal, nó de ligação entre a Avenida do Emigrante, Avenida da Régua e EN 327, existe uma maior concentração de construções. Apesar de ser visível o preenchimento do perímetro urbano existem ainda espaços não ocupados.

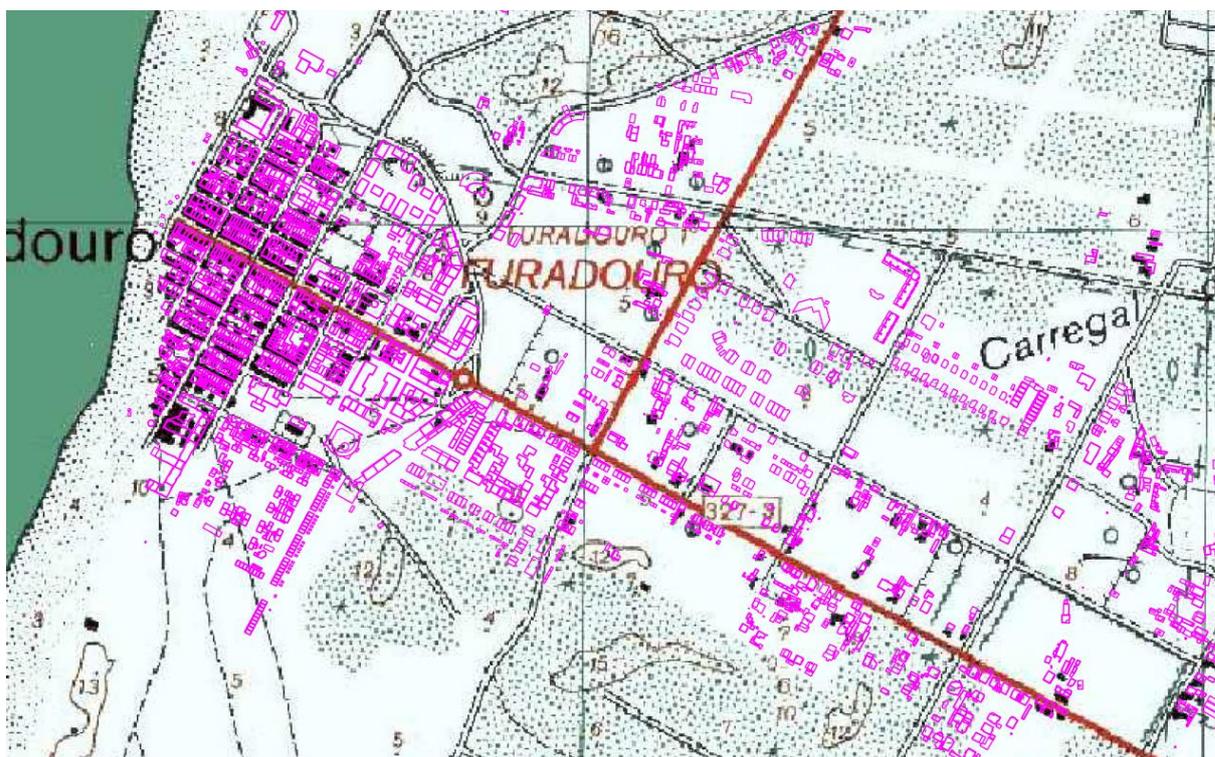


FIGURA 30. EXTRATO DA CARTA MILITAR COM SOBREPOSIÇÃO DO EDIFICADO ATUAL: PRAIA DO FURADOURO

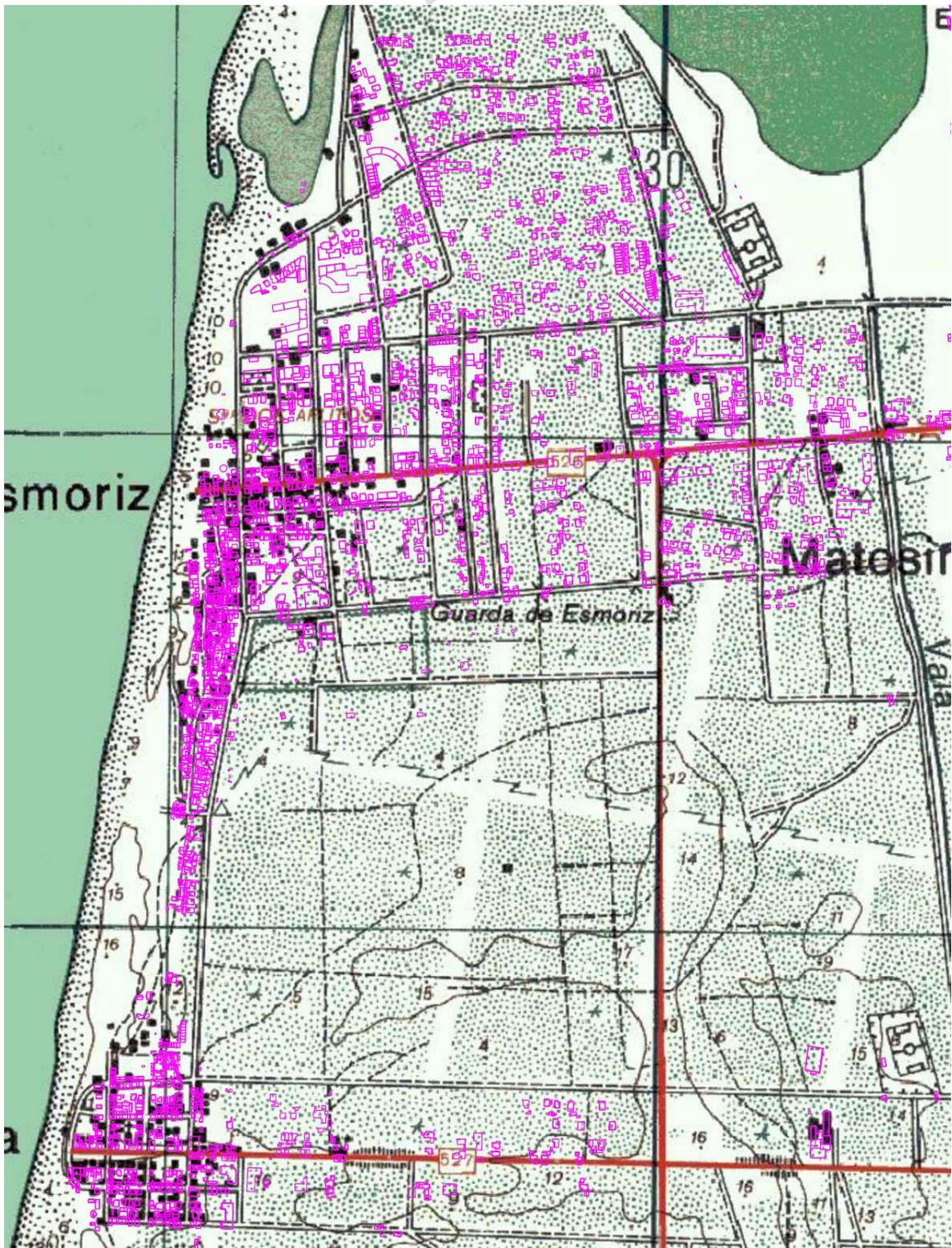


FIGURA 31. EXTRATO DA CARTA MILITAR COM SOBREPOSIÇÃO DO EDIFICADO ATUAL : PRAIA DE ESMORIZ E CORTEGAÇA

No aglomerado da Marinha assistiu-se ao preenchimento do perímetro urbano estabelecido no PDM sendo visíveis, sobretudo a sul/poente, espaços não ocupados.

Relativamente aos estudos urbanísticos preconizados pelo PDM a situação atual é a seguinte:

- Plano de Urbanização da Praia de Esmoriz – em elaboração;
- Plano de Urbanização da Praia de Cortegaça – não elaborado;
- Área de Desenvolvimento Espaço Margem – elaborados os estudos preliminares;
- Planos de Recuperação dos Bairros Piscatórios de Esmoriz e Cortegaça – foi elaborado o PP da Frente de Mar em Esmoriz que, com a entrada em vigor do POOC, não teve seguimento;
- Plano de Transformação Espaço Natural Turístico no Areinho – foi iniciada a elaboração mas atualmente encontra-se suspensa;
- Plano de Transformação Espaço Urbano C no Torrão do Lameiro – não elaborado;
- Plano de Transformação para a criação do Espaço Natural Lúdico na Praia de S. Pedro – não elaborado;
- Plano de Transformação para a criação de Espaço Natural Lúdico na Praia do Torrão do Lameiro – não elaborado;
- Plano de recuperação do Lugar da Tijosa – não elaborado;
- Estudo Urbanístico entre a Capela de N^a Sr.^a da Piedade e a discoteca Fénix – foi elaborado de acordo com as regras definidas no PDM e tem sido utilizado na gestão urbanística;

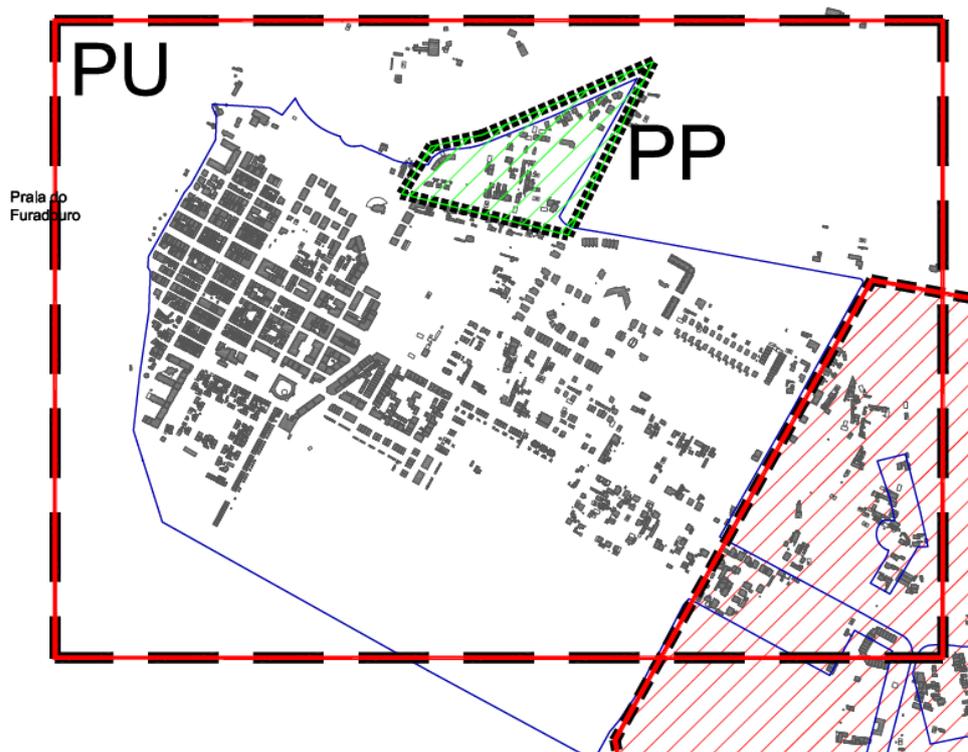


FIGURA 32. SITUAÇÃO ATUAL DOS ESTUDOS URBANÍSTICOS PRECONIZADOS PARA FURADOURO

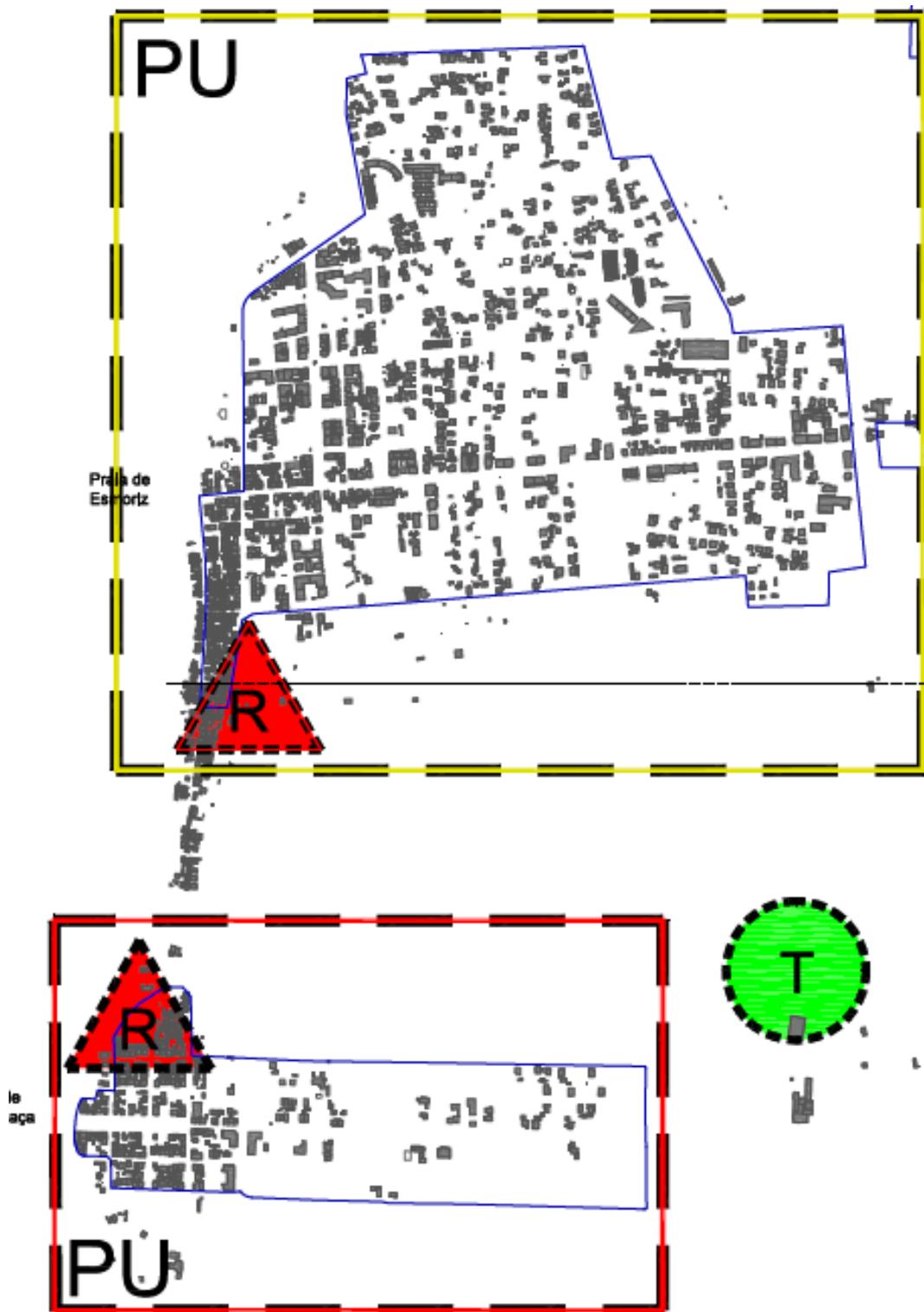


FIGURA 33. SITUAÇÃO ATUAL DOS ESTUDOS URBANÍSTICOS PRECONIZADOS PARA AS PRAIAS DE ESMORIZ E CORTEGACA

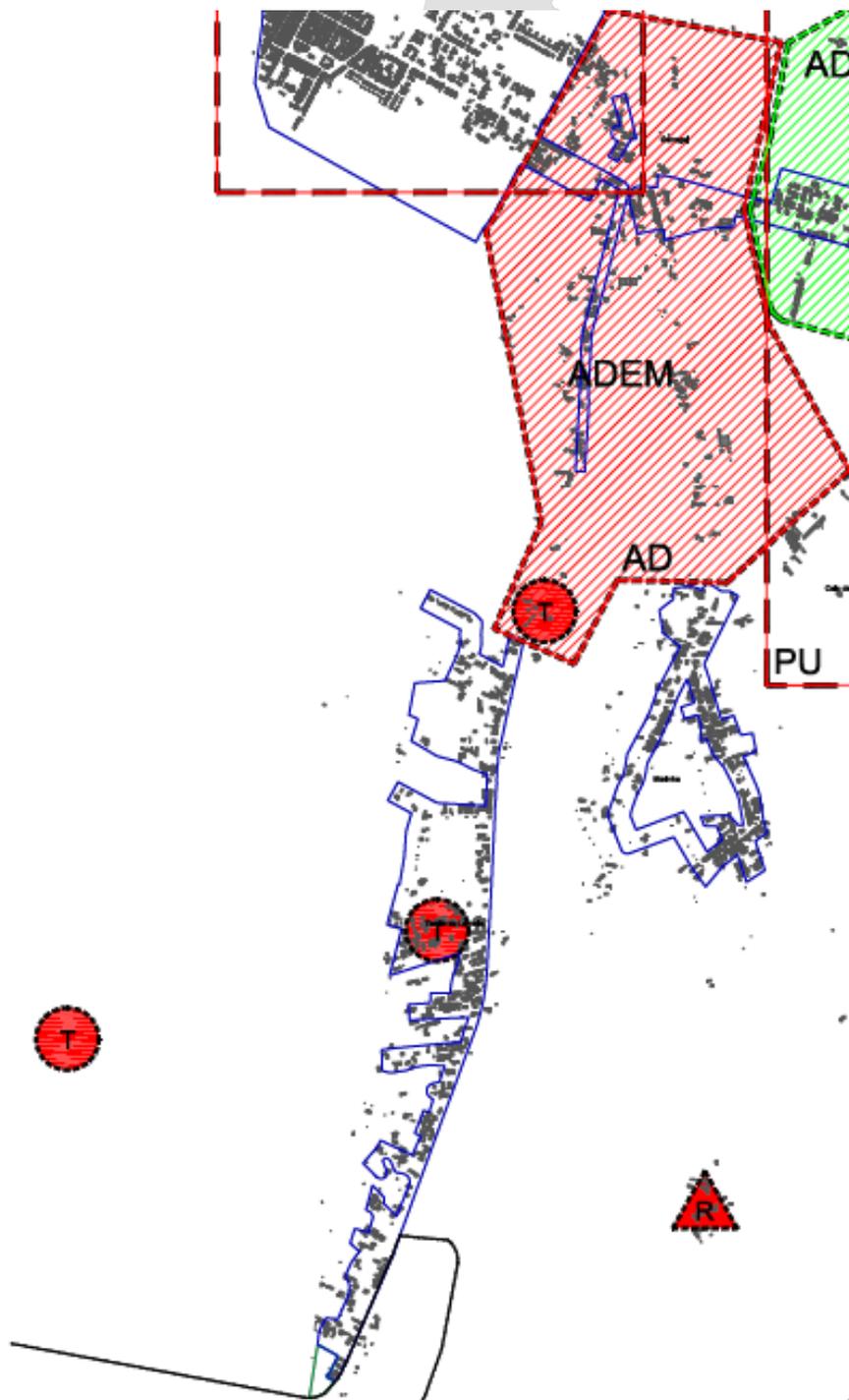


FIGURA 34. SITUAÇÃO ATUAL DOS ESTUDOS URBANÍSTICOS PRECONIZADOS PARA CARREGAL | AREINHO | TORRÃO DO LAMEIRO | MARINHA



2.1.1.6.ÁREA CARACTERÍSTICA DA ZONA LAGUNAR

↘CARACTERIZAÇÃO NO PDM EM VIGOR

Esta área integrava a Barrinha de Esmoriz, a parte da Ria de Aveiro no concelho de Ovar e as áreas inundáveis destes ecossistemas. Tratava-se de uma área sem ocupação urbana.

Era considerada uma área com grande valor ecológico, científico, económico e recreativo. Eram áreas atrativas que potenciavam o desenvolvimento da atividade turística e tinham, por isso, uma crescente importância económica e interesse estratégico para o concelho. Salientava-se o facto destes ecossistemas se encontrarem degradados devido aos níveis de poluição registados e à pressão urbanística existente.

As atividades tradicionais da Ria de Aveiro, apanha de moliço e pesca, tinham já perdido a importância do ponto de vista económico.

Considerava-se importante promover a proteção dos ecossistemas nomeadamente no que se refere ao controlo da poluição e urbanização. Esta preocupação visava a proteção de uma área considerada estratégica para a qualificação do turismo.

Referia-se a importância desta área também nas raízes culturais das populações que a habitavam, salientando-se a importância de manter algumas atividades tradicionais em declínio como a apanha do moliço e a pesca.

A Associação de Município da Ria, que o município de Ovar integrava, era apontada como entidade capaz de promover a reabilitação integrada da área nomeadamente nos domínios do ambiente, gestão dos recursos naturais e ordenamento do território.

Ao nível do ordenamento do território o PDM propunha a elaboração dos seguintes estudos urbanísticos:

- Estudo urbanístico de pormenor para a criação de Espaço Natural Lúdico no Cais do Puchadouro;

↘ESTADO ATUAL

Apesar da importância ecológica destes sistemas, tanto pelo seu papel regulador para a manutenção do ciclo hidrológico como sistemas de transição entre as águas marinhas e continentais sendo constituídas por um mosaico de meios ao qual correspondem vários nichos ecológicos complexos.

A pressão natural, quer pelos níveis elevados do mar quer pela erosão, e antrópica continuam a ser



elevadas.

A Ria de Aveiro e Barrinha de Esmoriz encontra-se num estado crítico de degradação ambiental devido à deposição continuada de sedimentos transportados pelas linhas de água, que têm constituído o destino final de inúmeras descargas de efluentes domésticos e industriais. Esta situação tem vindo a ser agravada pela deficiente renovação de massas de água, consequência de alterações no sistema natural de ligação da destas lagunas ao mar.

Existe um plano de recuperação que já está na fase de implementação e que visa intervenções que se destinem a eliminar a poluição na Barrinha de Esmoriz, atendendo aos riscos existentes para os ecossistemas desta área e para as populações: “Refira-se que a concessão do processo de despoluição da Barrinha à empresa SIMRIA representa um passo importante na recuperação ambiental daquele meio, mas continua a deixar em aberto a questão de se saber qual o organismo ou entidade que vai preservar, valorizar e potenciar aquele espaço e com que meios.” (in Projeto – Lei nº 124/X, 2005)

A Ria de Aveiro também conta vários planos que visam a sua requalificação e valorização. Entre estes planos destacam-se os seguintes desenvolvidos pela Associação de Municípios da Ria (substituída agora pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro):

- Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação da Ria de Aveiro;
- Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro;
- Polis Litoral da Ria de Aveiro

2.1.2. Reservas disponíveis de solo urbano

Para aferir o valor das reservas disponíveis de solo urbano foram medidas as áreas livres dos perímetros urbanos em vigor considerando as edificações existentes e os alvarás de loteamento emitidos. Para o cálculo destas áreas foram criados “buffers” de 50 metros às vias infraestruturadas e “buffers” de 25 metros às últimas edificações e edificações isoladas.

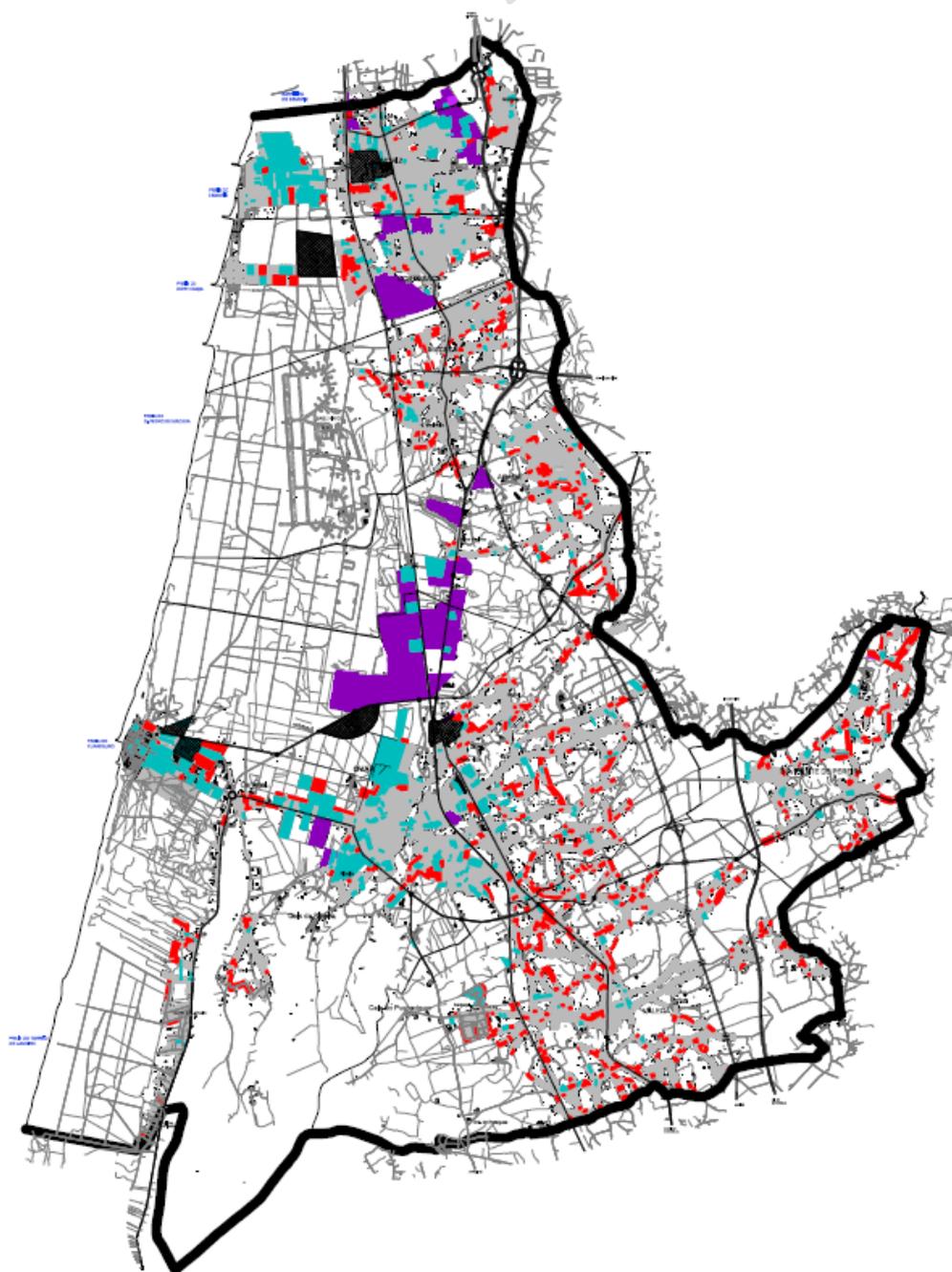
Como últimas edificações foram consideradas as que se encontravam no fim de um determinado perímetro ou da via infraestruturada e aquelas que distavam entre si mais de 25 metros. O espaço sobranter, após a delimitação deste “buffer”, foi considerado área livre. Por edificações isoladas entendem-se aquelas que se encontram afastadas das vias e fora do “buffer” de 50 metros à via infraestruturada.

Após a aplicação destes “buffers,” os espaços sobranter do perímetro urbano do PDM em vigor constituem as áreas livres dos atuais perímetros urbanos.



FIGURA 35 - ESQUEMA ILUSTRATIVO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS LIVRES DOS ATUAIS PERÍMETROS URBANOS

Com base nos critérios atrás descritos foram contabilizadas todas as áreas ainda não ocupadas nos perímetros urbanos em vigor o que permitiu determinar as áreas consolidadas e legalmente comprometidas. A planta e o quadro seguintes constituem o resultado destas operações e demonstram que o somatório das áreas urbanas consolidadas e legalmente comprometidas (incluindo a estrutura ecológica municipal) é de 90% dos perímetros urbanos atuais.



LEGENDA

PERÍMETROS URBANOS EM VIGOR - PDM 1995

[SOLO URBANO E URBANIZÁVEL]

ESPAÇO URBANO EXISTENTE/ESPAÇO PRAIA EXISTENTE

ESPAÇO URBANO POTENCIAL/ESPAÇO PRAIA POTENCIAL

ESPAÇO INDUSTRIAL TRANSFORMADORA EXISTENTE

ESPAÇO INDUSTRIAL TRANSFORMADORA POTENCIAL

ÁREAS LIVRES DOS PERÍMETROS URBANOS

ÁREAS LIVRES EM SOLO URBANO NO PERÍMETRO URB. EM VIGOR

ÁREAS LIVRES EM SOLO INDUSTRIAL NO PERÍMETRO URB. EM VIGOR

COMPROMISSOS URBANÍSTICOS

ALVARÁS DE LOTEAMENTO

PLANO DE PORMENOR EFICAZ

FIGURA 36. ÁREAS URBANAS DISPONÍVEIS NO CONCELHO

QUADRO 1 – ÁREAS URBANAS DISPONÍVEIS NO CONCELHO

SOLO URBANO (EXCUINDO AS ZONAS INDUSTRIAIS E EMPRESARIAIS)				
AGLOMERADO	PERÍMETRO URBANO NO PDM EM VIGOR			
IDENTIFICAÇÃO	ÁREA TOTAL	ÁREAS LIVRES	ÁREAS CONSOLIDADAS E LEGALMENTE COMPROMETIDAS	
	hectares			%
Esmoriz - Praia de Esmoriz	120,7	4	116,7	97%
Cortegaça - Praia de Cortegaça	38,3	6,1	32,2	84%
Esmoriz - Cortegaça	410,8	20,6	390,2	95%
Cortegaça - Relvas	48,3	7,9	40,4	84%
Esmoriz - Godesende	47,5	5,4	42,1	89%
Esmoriz - Campo Grande	2,1	0	2,1	100%
Esmoriz - Monte do Outeiro	1,5	0	1,5	100%
Maceda	145,5	15	130,5	90%
Maceda - Carvalheira	1,4	0	1,4	100%
Maceda - Carvalheira	82,0	10,3	71,7	87%
Arada	229,8	27,4	202,4	88%
Arada - Olho Marinho	15,1	1,1	14,0	93%
Ovar - Praia do Furadouro - Carregal	168,9	13,1	155,8	92%
Ovar - Carregal	1,2	0	1,2	100%
Ovar - Cirbela da Azurreira	1,0	0	1,0	100%
Ovar - Torão do Lameiro	80,6	10,2	70,4	87%
Ovar - Marinha	37,1	6,5	30,6	82%
Ovar	473,7	31,8	441,9	93%
S. João - Sobral	65,4	12,8	52,6	80%
S. João - Salgueiral - Cimo de Vila	135,8	12	123,8	91%
S. João - Sande - Guilhovai	49,7	6,4	43,3	87%
S. João / Válega	192,0	32,2	159,8	83%
Válega - Sargaçal	208,2	24,2	184,0	88%
Válega - Candosa	38,0	5,7	32,3	85%
Válega - Torre - S. João de Válega	114,7	15,1	99,6	87%
Válega - Pintim de Cima	5,9	1,6	4,3	73%
Válega - Pintim de Baixo	11,9	0,8	11,1	93%
Válega - Paçô	25,5	3,3	22,2	87%
S. Vicente - S. Lourenço - Azevedo	46,7	13,9	32,8	70%
S. Vicente - Mata - Herdade - Castanheiro	40,6	8	32,6	80%
S. Vicente - Torre - Relva	50,8	4,9	45,9	90%
S. Vicente Pereira	35,0	4	31,0	89%
S. Vicente - Mouquinho	17,9	4,4	13,5	75%
TOTAL	2.943,6	308,7	2.634,9	90%
* inclui equipamentos urbanos e exclui planos de pormenor em vigor				

2.1.2.1. ESMORIZ/CORTEGAÇA

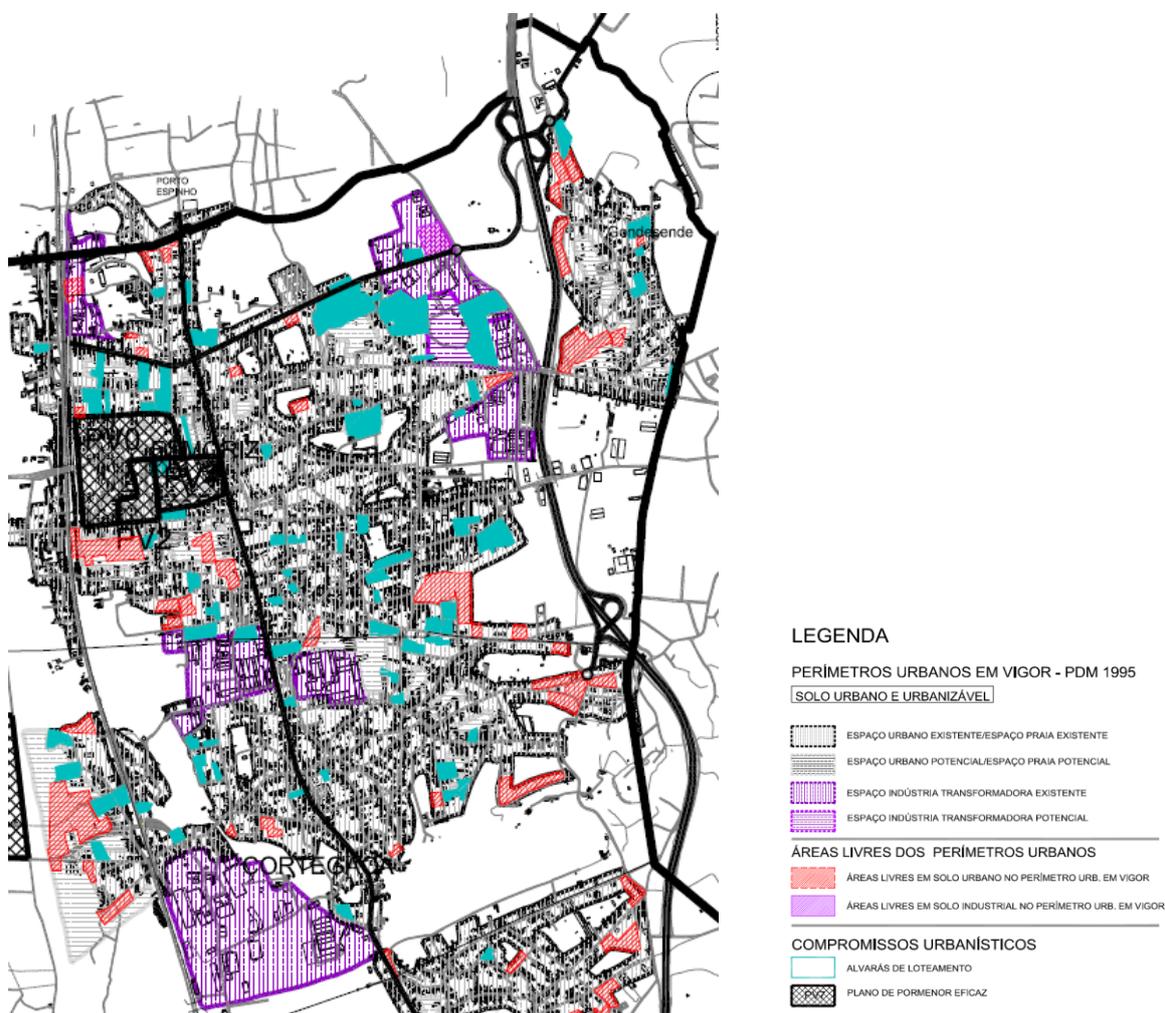


FIGURA 37. ÁREAS URBANAS DISPONÍVEIS: ESMORIZ E CORTEGAÇA

QUADRO 2 - ÁREAS URBANAS DISPONÍVEIS EM ESMORIZ/CORTEGAÇA

ESMORIZ/CORTEGAÇA				
AGLOMERADO	PERÍMETRO URBANO NO PDM EM VIGOR			
IDENTIFICAÇÃO	ÁREA TOTAL	ÁREAS LIVRES	ÁREAS CONSOLIDADAS E LEGALMENTE COMPROMETIDAS	
			hectares	%
Esmoriz - Cortegaça	410,8	20,6	390,2	95%
Cortegaça - Relvas	48,3	7,9	40,4	84%
Esmoriz - Godesende	47,5	5,4	42,1	89%
Esmoriz - Campo Grande	2,1	0	2,1	100%
Esmoriz - Monte do Outeiro	1,5	0	1,5	100%
TOTAL	510,2	33,9	476,3	93%



Os aglomerados de Esmoriz e Cortegaça são áreas densamente povoadas que foram, no período de vigência do PDM, sujeitas a fortes pressões urbanísticas. A maior parte dos perímetros urbanos estabelecidos pelo PDM em vigor encontra-se ocupado ou comprometido pela existência de alvarás de loteamento, licenças para a construção ou pedidos de informação prévia em vigor. As áreas consolidadas e legalmente comprometidas são de 93% no conjunto destes aglomerados. Existem ao longo dos arruamentos parcelas não ocupadas que correspondem, em geral, a terrenos isolados entre construções existentes e que não se constituem como bolsas de terreno capazes de assegurar a expansão e consolidação urbanas. Nalguns casos verifica-se que as áreas disponíveis com dimensão assinalável correspondem a terrenos com acidentes topográficos que dificultam a construção ou, também, áreas que se sobrepõem a linhas de água existentes.

Em Esmoriz existem ainda algumas áreas, classificadas como urbanizáveis no PDM em vigor, que se encontram disponíveis como é o caso dos quarteirões a sul da Avenida da Praia. Verifica-se também a existência de alguns espaços livres nas áreas industriais a norte/nascente da cidade.

Em Cortegaça existem muito poucas bolsas de terrenos disponíveis com dimensão significativa.

2.1.2.2. MACEDA/ARADA



LEGENDA

PERÍMETROS URBANOS EM VIGOR - PDM 1995

SOLO URBANO E URBANIZÁVEL

- ESPAÇO URBANO EXISTENTE/ESPAÇO PRAIA EXISTENTE
- ESPAÇO URBANO POTENCIAL/ESPAÇO PRAIA POTENCIAL
- ESPAÇO INDÚSTRIA TRANSFORMADORA EXISTENTE
- ESPAÇO INDÚSTRIA TRANSFORMADORA POTENCIAL

ÁREAS LIVRES DOS PERÍMETROS URBANOS

- ÁREAS LIVRES EM SOLO URBANO NO PERÍMETRO URB. EM VIGOR
- ÁREAS LIVRES EM SOLO INDUSTRIAL NO PERÍMETRO URB. EM VIGOR

COMPROMISSOS URBANÍSTICOS

- ALVARÁS DE LOTEAMENTO
- PLANO DE PORMENOR EFICAZ

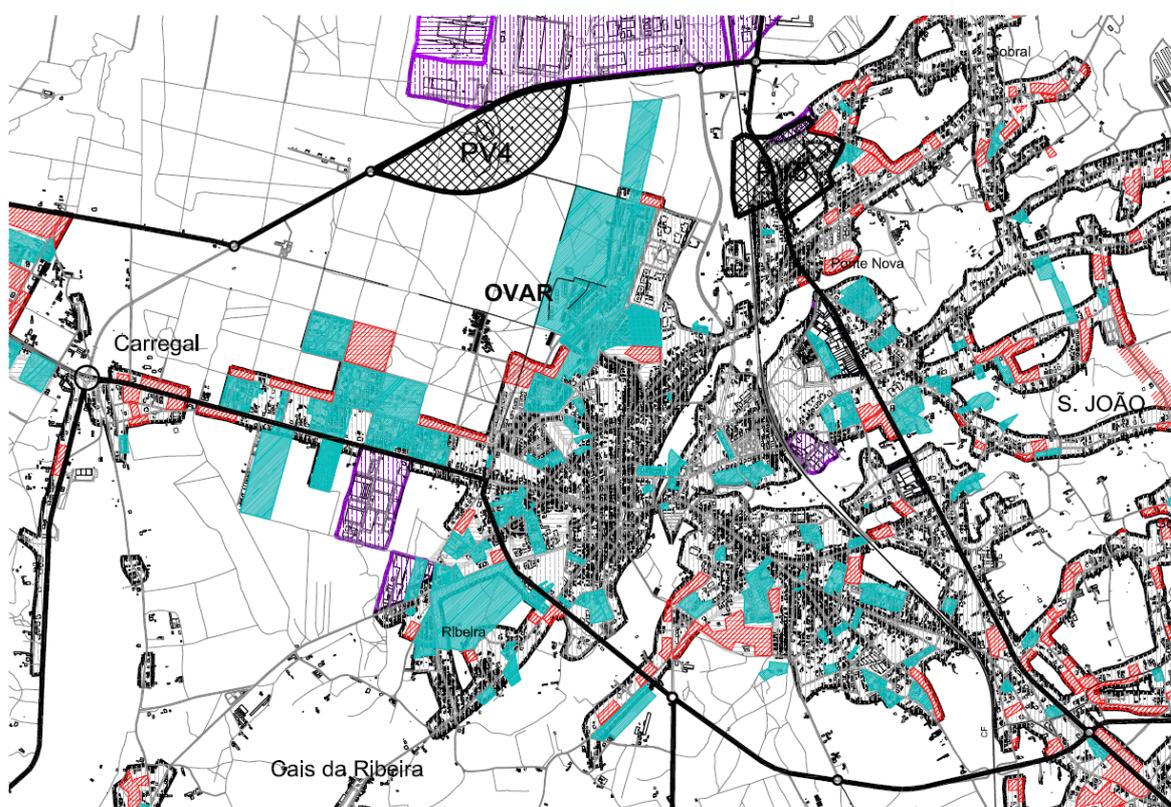
FIGURA 38. ÁREAS URBANAS DISPONÍVEIS: MACEDA – ARADA

QUADRO 3 - ÁREAS URBANAS DISPONÍVEIS EM MACEDA/ARADA

MACEDA/ARADA				
AGLOMERADO	PERÍMETRO URBANO NO PDM EM VIGOR			
IDENTIFICAÇÃO	ÁREA TOTAL	ÁREAS LIVRES	ÁREAS CONSOLIDADAS E LEGALMENTE COMPROMETIDAS	
			hectares	%
Maceda	145,5	15	130,5	90%
Maceda - Carvalheira	1,4	0	1,4	100%
Maceda - Carvalheira	82,0	10,3	71,7	87%
Arada	229,8	27,4	202,4	88%
Arada - Olho Marinho	15,1	1,1	14,0	93%
TOTAL	473,8	53,8	420,0	89%

Em Maceda e Arada, onde o povoamento linear tem grande expressão, verificou-se o preenchimento gradual dos perímetros urbanos. As áreas consolidadas e legalmente comprometidas são aqui de 89%. Em ambos os casos existem algumas frentes urbanas não ocupadas. Nestes aglomerados existem, pelo menos duas áreas disponíveis, que correspondem a perímetros urbanos localizados ao longo de vias inexistentes e que, por esse motivo, não foram ocupados. Em Arada ressaltam três manchas que correspondem a interiores de quarteirões, classificados no PDM em vigor como áreas urbanizáveis, que ainda não se encontram ocupadas.

2.1.2.3.OVAR



LEGENDA

PERÍMETROS URBANOS EM VIGOR - PDM 1995

SOLO URBANO E URBANIZÁVEL

- ESPAÇO URBANO EXISTENTE/ESPAÇO PRAIA EXISTENTE
- ESPAÇO URBANO POTENCIAL/ESPAÇO PRAIA POTENCIAL
- ESPAÇO INDÚSTRIA TRANSFORMADORA EXISTENTE
- ESPAÇO INDÚSTRIA TRANSFORMADORA POTENCIAL

ÁREAS LIVRES DOS PERÍMETROS URBANOS

- ÁREAS LIVRES EM SOLO URBANO NO PERÍMETRO URB. EM VIGOR
- ÁREAS LIVRES EM SOLO INDUSTRIAL NO PERÍMETRO URB. EM VIGOR

COMPROMISSOS URBANÍSTICOS

- ALVARÁS DE LOTEAMENTO
- PLANO DE PORMENOR EFICAZ

FIGURA 39. ÁREAS URBANAS DISPONÍVEIS: OVAR



QUADRO 4 – ÁREAS URBANAS DISPONÍVEIS EM OVAR

OVAR				
AGLOMERADO	PERÍMETRO URBANO NO PDM EM VIGOR			
IDENTIFICAÇÃO	ÁREA TOTAL	ÁREAS LIVRES	ÁREAS CONSOLIDADAS E LEGALMENTE COMPROMETIDAS	
	hectares			%
Ovar - Carregal	1,2	0	1,2	100%
Ovar - Cirbela da Azurreira	1,0	0	1,0	100%
Ovar	473,7	31,8	441,9	93%
TOTAL	475,9	31,8	444,1	93%

Da leitura do quadro verifica-se que as áreas urbanas consolidadas e legalmente comprometidas são em Ovar de 93%.

Em Ovar as reservas de espaços disponíveis podem ser analisadas sob dois pontos de vista, por um lado as áreas urbanas e urbanizáveis existentes que correspondem a parcelas do território não ocupadas e, por outro, o tecido urbano consolidado, que tem sido alvo de processos de renovação e regeneração urbana.

Relativamente às áreas urbanas e urbanizáveis disponíveis assinalam-se, para além da área correspondente à Área de Desenvolvimento Programado – Espaço Urbano (ADP-EU), as áreas a nascente da estação de Ovar, a sul da Escola Secundária Júlio Dinis, a sul do Hospital Francisco Zagalo (Quinta da D.^a Bárbara), na zona da Avenida da Régua e junto ao Carregal.

Na zona junto à estação de caminhos de ferro de Ovar foram iniciados dois planos de pormenor (a nascente a poente da linha) que estabeleciam o ordenamento daquelas áreas. Estes planos ficaram suspensos a aguardar as diretrizes da CP relativamente ao tratamento das áreas sujeitas à sua jurisdição.

As áreas a sul da Escola Secundária Júlio Dinis, classificadas no PDM como urbanizáveis, têm vindo a ser objeto de operações de loteamento que promoveram a sua ocupação restando, ainda, uma área desocupada.

O quarteirão a sul do hospital foi objeto de um estudo urbanístico que não teve sequência. Trata-se de um vazio urbano numa zona central da cidade que tem vindo a ser ocupado como área de estacionamento de apoio ao núcleo de equipamentos existentes na envolvente, relevantes para a cidade, nomeadamente o hospital, o centro de saúde, um colégio privado, equipamentos da Santa Casa da Misericórdia de Ovar - lar de 3^a idade, creche e unidade de apoio a grandes acamados.



A ADP-EU corresponde a uma área do território que o PDM em vigor considerava ter uma localização estratégica e uma vocação acentuada para expansões urbanas e onde ocorriam, à data, intervenções dispersas que se deveriam integrar num desenvolvimento programado e estruturante (artigo 34º do Regulamento do PDM). A intervenção, de acordo com o PDM, seria feita através da implementação de planos de pormenor. Sobre esta área recaíam, desde há muitos anos, expectativas criadas por um Plano de Urbanização elaborado nos anos 70 que não chegou a obter eficácia legal.

Esta área, a par de outras áreas de desenvolvimento previstas, constituía-se assim como uma das apostas estratégicas do PDM que permitiria programar a expansão da cidade de Ovar e onde seria possível prever e programar equipamentos de dimensão relevante bem como novos eixos viários urbanos, estruturantes da ocupação desordenada que até então se fazia sentir, e promover a ligação entre o centro histórico da cidade, a Praia do Furadouro e a rede viária nacional mais próxima. Algumas destas áreas, concretamente a ADP-EU, estavam condicionadas por restrições e servidões de utilidade pública que, por opção técnica, não foram submetidas a desafetação das respetivas servidões ou restrições por se ter entendido, na época, ser mais correto do ponto de vista do ordenamento do território, proceder à sua desafetação à medida que os planos de pormenor fossem sendo desenvolvidos e apenas nas áreas quem para a implementação daqueles instrumentos de gestão territorial, fossem necessários.

Com vista a programar e fasear esta área a Câmara Municipal promoveu a elaboração do Plano de Estrutura da ADP-EU que, de forma integrada, propunha a estruturação viária de toda a área de intervenção e assegurava as ligações à envolvente, previa a instalação e promovia a reserva de espaços para a localização de diversos equipamentos de grande dimensão, apontava uma rede de espaços verdes de enquadramento e determinava as regras urbanísticas, nomeadamente os usos e densidades, a aplicar naquela a área.

Este plano foi aprovado pela Câmara e deveria servir de orientação na elaboração de diversos planos de pormenor que iriam concretizar as propostas nele contidas. Com este objetivo foram iniciados diversos planos de pormenor: PP da Estrada da Marinha, PP da Cova do Frade, PP do Núcleo Desportivo a Norte de Ovar e PP da Estrumada. Também diversos promotores imobiliários e proprietários manifestaram junto da Câmara a intenção de promover a ocupação naquela área da cidade solicitando, para tal, que a autarquia elaborasse outros planos de pormenor com o objetivo de estabelecer as regras para o ordenamento para aquela zona.

Dos planos iniciados apenas o PP do Núcleo Desportivo a Norte de Ovar foi concluído e se encontra em vigor. O PP da Estrumada encontra-se ainda em elaboração tendo os outros dois sido abandonados na sequência de longos processos de negociação com as entidades competentes para a desanexação de algumas áreas integradas na RAN e na REN que não foi possível efetuar. A desanexação de parcelas do território integradas naquelas reservas constituiu-se como um obstáculo



praticamente intransponível e, contrariamente ao que tinha sido uma boa intenção do planeador, tornou-se num entrave à concretização de um dos objetivos estratégicos do PDM. O tempo que decorreu na elaboração na elaboração destes planos foi longo e as sucessivas alterações legislativas que foram ocorrendo obrigaram a constantes adaptações e alterações que, a partir de certa altura, apenas permitiam duas alternativas: reiniciar ou abandonar a sua elaboração. Considerando as dificuldades sentidas durante todo o processo e os custos associados a Câmara optou por suspender a sua elaboração.

Como consequência de todo este processo, de todas a área integrada na ADP-EU apenas as zonas classificadas como urbanas existentes no PDM em vigor foram ocupadas através de operações de loteamento, mantendo o padrão pouco ordenado que já anteriormente a caracterizava e tinha sido apontado como negativo na análise então efetuada. Na área abrangida pelo PP em vigor o desenvolvimento foi feito de forma integrada e ordenada tendo ali sido construído um dos equipamentos desportivos de referência na cidade e uma área comercial a ele associada. Toda a restante área se mantém vazia apesar da forte procura para a sua ocupação que remonta aos anos 70.

Relativamente às zonas urbanas consolidadas, sobretudo no centro histórico da cidade e seguindo a tendência de outras cidades, tem-se vindo a assistir a processos de regeneração urbana nalguns casos com a reabilitação de imóveis degradados noutros com a sua substituição integral. Esta tendência foi estimulada pela autarquia com as obras de requalificação dos espaços públicos que tem vindo a realizar no âmbito das “Parcerias para Regeneração Urbana”, um instrumento de política integrado no Programa Política de Cidades Polis XXI.

2.1.2.4.S. JOÃO/VÁLEGA/S. VICENTE

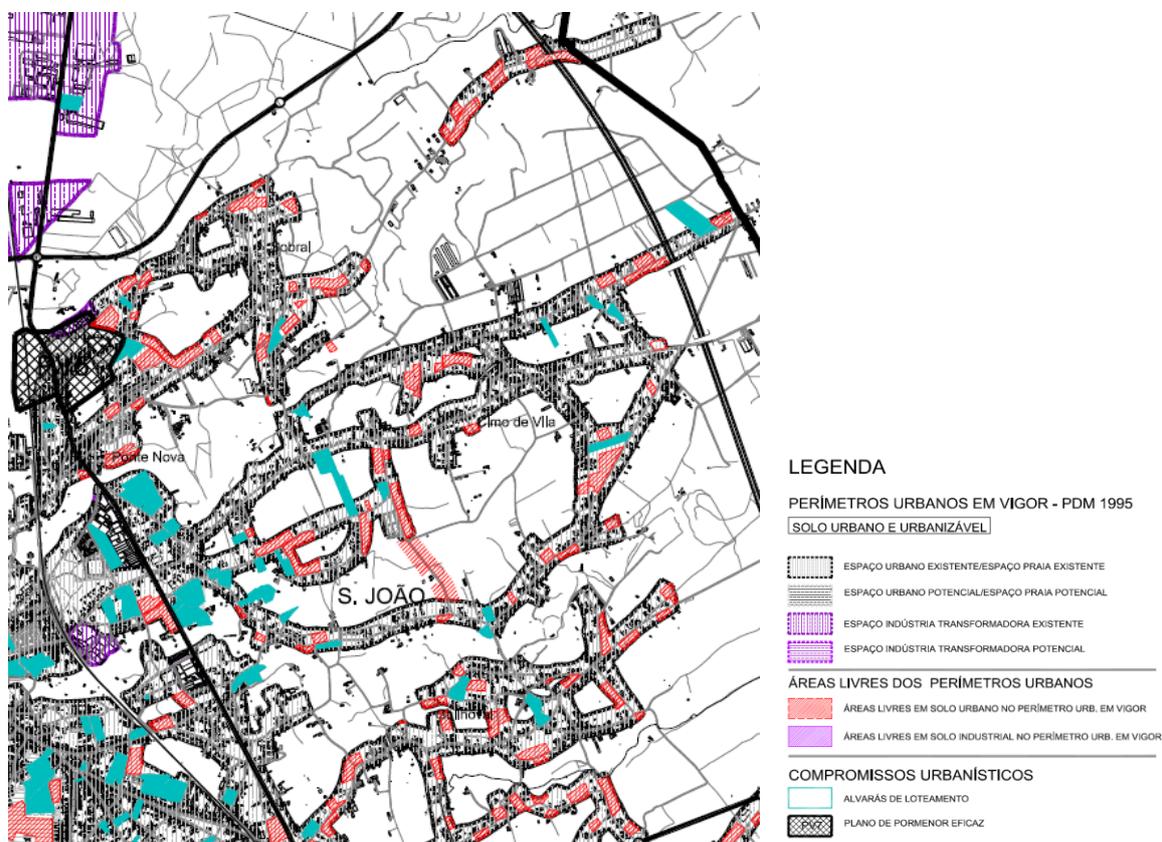


FIGURA 40. ÁREAS URBANAS DISPONÍVEIS: S. JOÃO

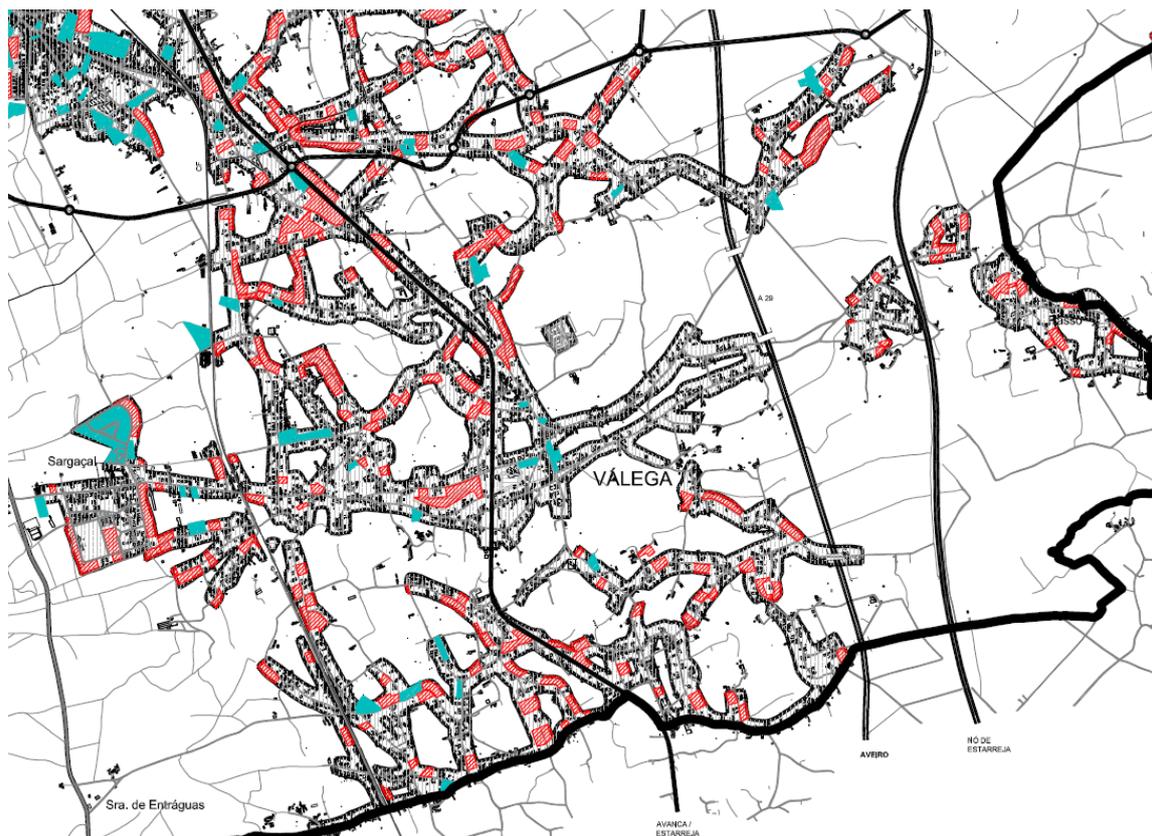
QUADRO 5 - ÁREAS URBANAS DISPONÍVEIS EM S. JOÃO

S. JOÃO				
AGLOMERADO	PERÍMETRO URBANO NO PDM EM VIGOR			
	IDENTIFICAÇÃO	ÁREA TOTAL	ÁREAS LIVRES	ÁREAS CONSOLIDADAS E LEGALMENTE COMPROMETIDAS
hectares				
S. João - Sobral	65,4	12,8	52,6	80%
S. João - Salgueiral - Cimo de Vila	135,8	12	123,8	91%
S. João - Sande - Guilhovai	49,7	6,4	43,3	87%
S. João / Válega	192,0	32,2	159,8	83%
TOTAL	442,9	63,4	379,5	86%

Nestes aglomerados, S. João, Válega e S. Vicente, onde o povoamento linear tem grande expressão, verificou-se o preenchimentos gradual dos perímetros urbanos.

No caso de S. João as áreas consolidadas e legalmente comprometidas são de 86%. Verifica-se que as zonas mais próximas de Ovar se encontram bastante ocupadas havendo a registar a existência de algumas unidades industriais desativadas que, no PDM em vigor, se encontram classificadas como espaço industrial mas dificilmente manterão essa classificação na atual revisão considerando a sua

localização e proximidade com zonas residenciais. À medida que se verifica o afastamento desta zona mais densamente ocupada o povoamento adquire novamente as características de linearidade e as frentes urbanas apresentam poucas áreas livres de grande dimensão.



LEGENDA

PERÍMETROS URBANOS EM VIGOR - PDM 1995

SOLO URBANO E URBANIZÁVEL

ESPAÇO URBANO EXISTENTE/ESPAÇO PRAIA EXISTENTE

ESPAÇO URBANO POTENCIAL/ESPAÇO PRAIA POTENCIAL

ESPAÇO INDÚSTRIA TRANSFORMADORA EXISTENTE

ESPAÇO INDÚSTRIA TRANSFORMADORA POTENCIAL

ÁREAS LIVRES DOS PERÍMETROS URBANOS

ÁREAS LIVRES EM SOLO URBANO NO PERÍMETRO URB. EM VIGOR

ÁREAS LIVRES EM SOLO INDUSTRIAL NO PERÍMETRO URB. EM VIGOR

COMPROMISSOS URBANÍSTICOS

ALVARÁS DE LOTEAMENTO

PLANO DE PORMENOR EFICAZ

FIGURA 41. ÁREAS URBANAS DISPONÍVEIS: VÁLEGA

QUADRO 6 - ÁREAS URBANAS DISPONÍVEIS EM VÁLEGA

VÁLEGA				
AGLOMERADO	PERÍMETRO URBANO NO PDM EM VIGOR			
	IDENTIFICAÇÃO	ÁREA TOTAL	ÁREAS LIVRES	ÁREAS CONSOLIDADAS E LEGALMENTE COMPROMETIDAS
				hectares
Válega - Sargaçal	208,2	24,2	184,0	88%
Válega - Candosa	38,0	5,7	32,3	85%
Válega - Torre - S. João de Válega	114,7	15,1	99,6	87%
Válega - Pintim de Cima	5,9	1,6	4,3	73%
Válega - Pintim de Baixo	11,9	0,8	11,1	93%
Válega - Paçô	25,5	3,3	22,2	87%
TOTAL	404,21	50,71	353,51	87%

Em Válega as áreas urbanas consolidadas e legalmente comprometidas são de 87%. O padrão de crescimento e urbanização é semelhante ao de S. João havendo um pólo de maior concentração urbana na zona do Sargaçal, a poente da freguesia, no centro do aglomerado e ao longo da EN 109. As longo dos caminhos com características mais rurais há algumas frentes disponíveis e, na zona do Cadaval, próximo da EN 109, existe uma área classificada como espaço urbano potencial no PDM em vigor que não foi ocupada.

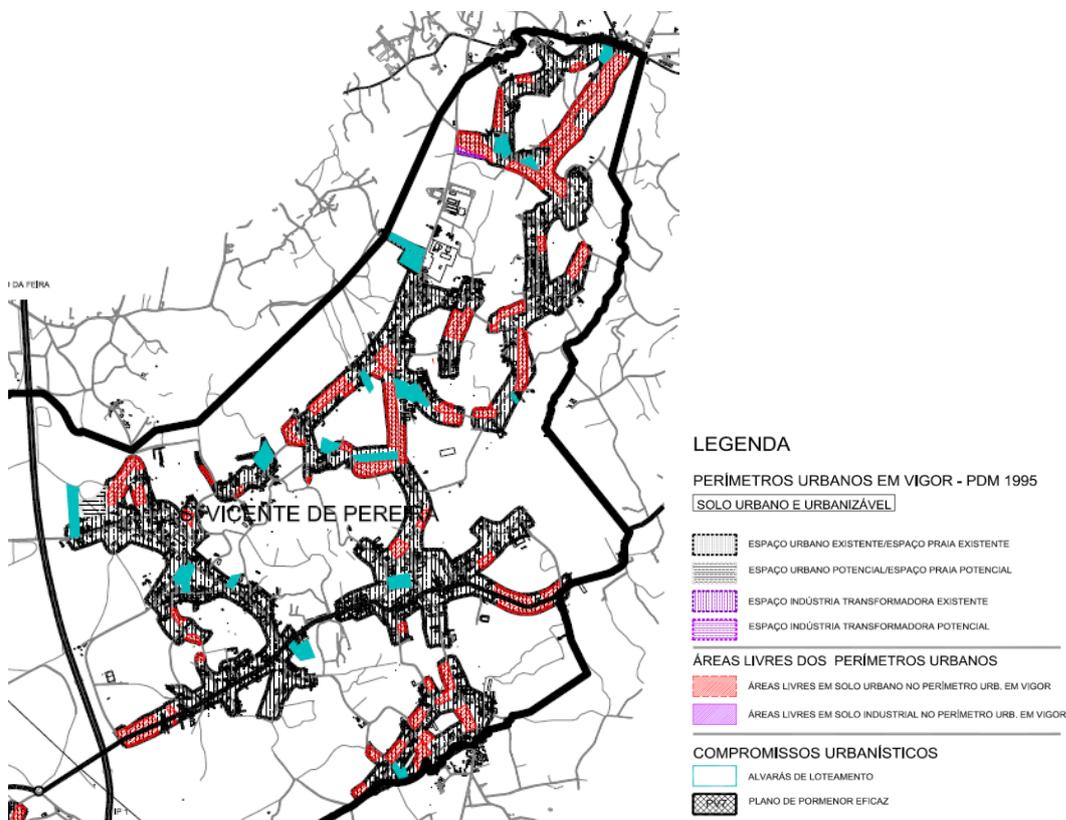


FIGURA 42. ÁREAS URBANAS DISPONÍVEIS: S. VICENTE

QUADRO 7 - ÁREAS URBANAS DISPONÍVEIS EM S. VICENTE

S. VICENTE				
AGLOMERADO	PERÍMETRO URBANO NO PDM EM VIGOR			
IDENTIFICAÇÃO	ÁREA TOTAL	ÁREAS LIVRES	ÁREAS CONSOLIDADAS E LEGALMENTE COMPROMETIDAS	
			hectares	%
S. Vicente - S. Lourenço - Azevedo	46,7	13,9	32,8	70%
S. Vicente - Mata - Herdade - Castanheiro	40,6	8	32,6	80%
S. Vicente - Torre - Relva	50,8	4,9	45,9	90%
S. Vicente - Pereira	35,0	4	31,0	89%
S. Vicente - Mouquinho	17,9	4,4	13,5	75%
TOTAL	191,0	35,2	155,8	82%

No caso de S. Vicente as áreas consolidadas e legalmente comprometidas são de 82%. Verifica-se a ocupação ao longo das vias havendo algumas frentes urbanas ainda desocupadas, em especial nas zonas mais a norte da freguesia.

2.1.2.5. PRAIAS DO FURADOURO, ESMORIZ, CORTEGAÇA E RESTANTES AGLOMERADOS DO LITORAL

Relativamente às praias do concelho verifica-se que houve um grande preenchimento das áreas urbanas e urbanizáveis disponíveis. Nestas zonas, classificadas no PDM em vigor como Espaços Praia existente e potencial, a Resolução de Conselho de Ministros que ratificou o PDM excluiu de ratificação, nos espaços praia existentes e potenciais, a possibilidade de construção numa faixa de 100 metros a contar da linha da máxima preia-mar das águas vivas e equinociais. Por outro lado o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) de Ovar/Marinha-Grande, nos aglomerados das praias de Esmoriz e Cortegaça estabeleceu a realização de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) e regulamentou uma faixa de 50 metros a contar da linha da máxima preia-mar das águas vivas e equinociais. Esta UOPG prevista não foi ainda realizada pela entidade competente o que tem impedido a concretização de inúmeras pretensões e tem criado situações de desigualdade relativamente a áreas adjacentes mas fora dos limites desta UOPG.

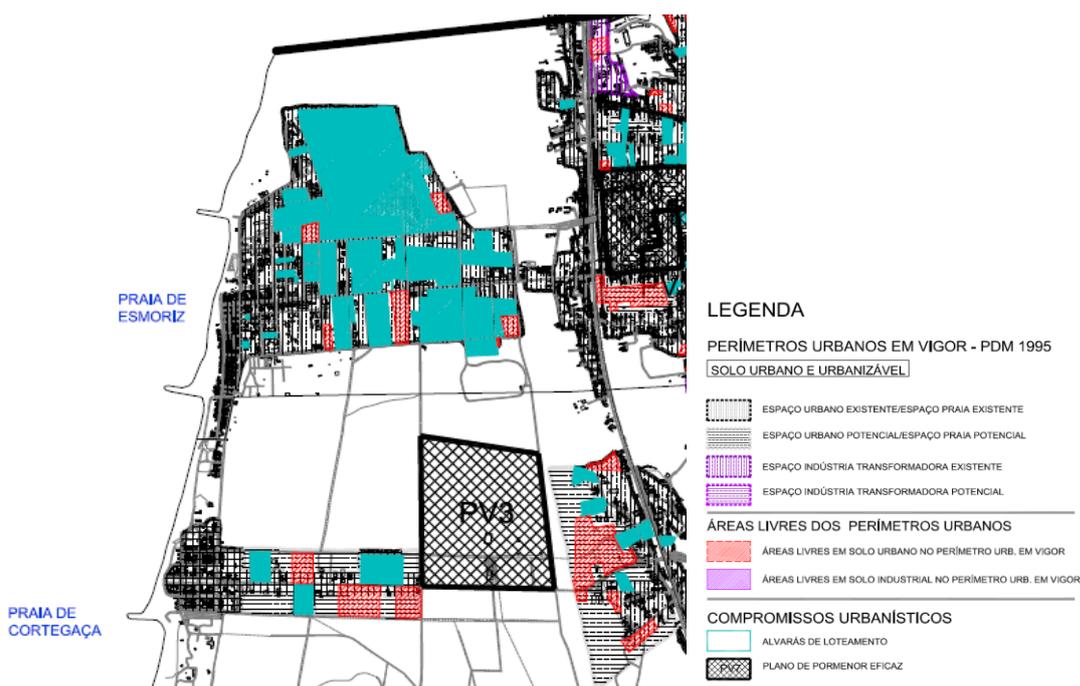


FIGURA 43. ÁREAS URBANAS DISPONÍVEIS: PRAIA DE ESMORIZ E PRAIA DE CORTEGAÇA

QUADRO 8 - ÁREAS URBANAS DISPONÍVEIS NAS PRAIAS DE ESMORIZ E CORTEGAÇA

PRAIAS DE ESMORIZ E CORTEGAÇA				
AGLOMERADO	PERÍMETRO URBANO NO PDM EM VIGOR			
IDENTIFICAÇÃO	ÁREA TOTAL	ÁREAS LIVRES	ÁREAS CONSOLIDADAS E LEGALMENTE COMPROMETIDAS	
			hectares	%
Praia de Esmoriz	120,7	4	116,7	97%
Praia de Cortegaça	38,3	6,1	32,2	84%
TOTAL	159,0	10,1	148,9	94%

Na Praia de Esmoriz praticamente todo o espaço urbano que não se encontra abrangido pelas restrições atrás referidas, encontra-se ocupado ou comprometido por alvarás de loteamento emitidos. São visíveis poucas áreas disponíveis. As áreas urbanas consolidadas e legalmente comprometidas são de 97%.

Na Praia de Cortegaça os quarteirões junto à praia, correspondendo ao aglomerado inicial, encontram-se consolidados e sem áreas desocupadas. Ao longo da Avenida da Praia existem ainda grandes áreas livres. As áreas urbanas consolidadas e legalmente comprometidas são aqui de 84%.

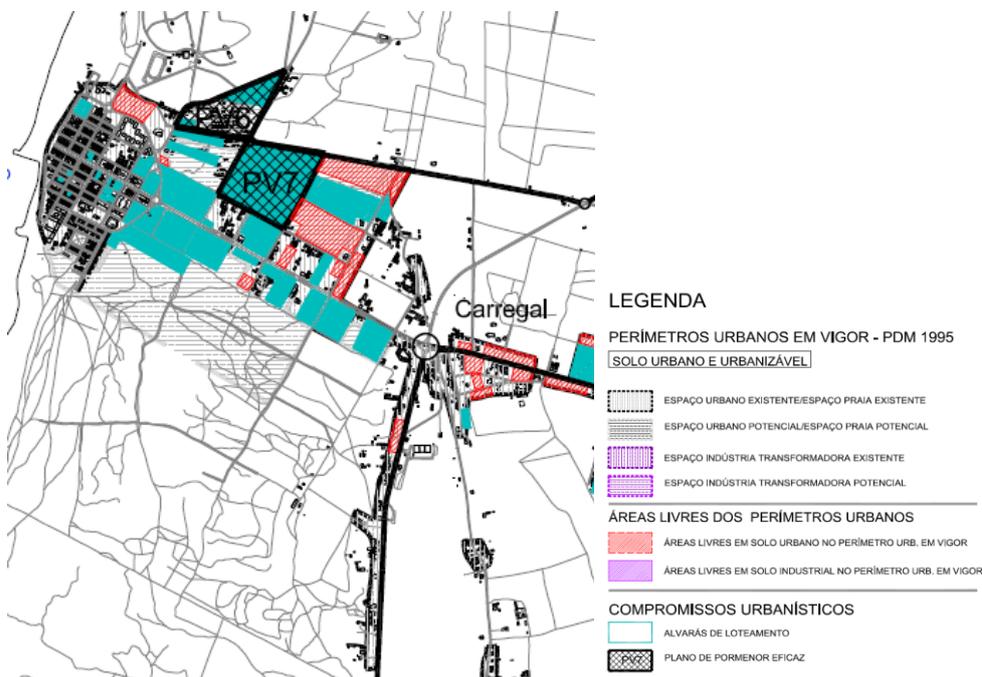


FIGURA 44. ÁREAS URBANAS DISPONÍVEIS: FURADOURO

QUADRO 9 - ÁREAS URBANAS DISPONÍVEIS NA PRAIA DO FURADOURO

PRAIA DO FURADOURO				
AGLOMERADO	PERÍMETRO URBANO NO PDM EM VIGOR			
IDENTIFICAÇÃO	ÁREA TOTAL	ÁREAS LIVRES	ÁREAS CONSOLIDADAS E LEGALMENTE COMPROMETIDAS	
	hectares			%
Praia do Furadouro	168,9	13,1	155,8	92%
TOTAL	168,9	13,1	155,8	92%

No caso do Furadouro as áreas consolidadas e legalmente comprometidas são de 92%. Aqui as áreas classificadas como Espaço Praia Existente no PDM em vigor encontram-se completamente ocupadas ou abrangidas por alvarás de loteamento. Relativamente às áreas classificadas como Espaço Praia Potencial verifica-se que a norte existem apenas duas áreas ainda livres de ocupação e de compromissos urbanísticos. A sul existe uma área de grandes dimensões livre que foi, parcialmente, objeto de um estudo urbanístico para um empreendimento turístico e um plano de pormenor que integrava um campo de golfe e aldeamentos turísticos a ele associados que foi abandonada por dificuldades de aprovação junto dos competentes organismos da administração central do estado.

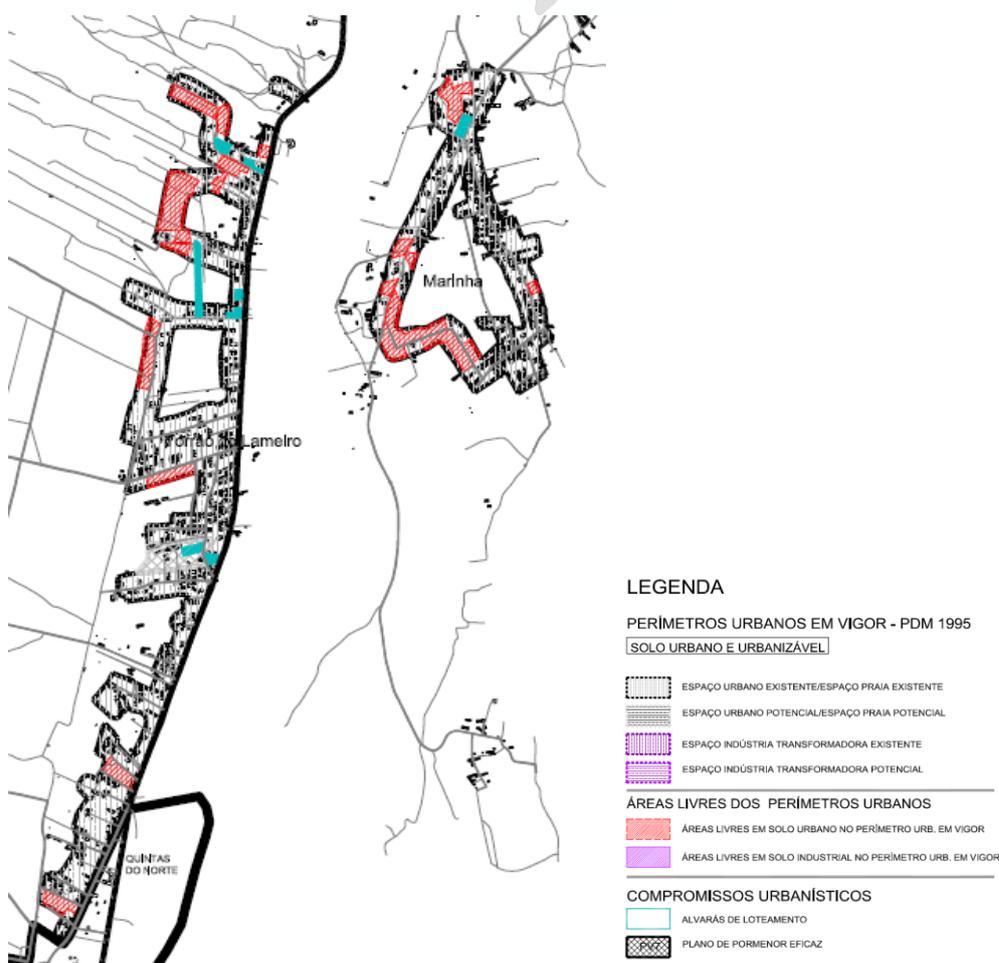


FIGURA 45 - ÁREAS URBANAS DISPONÍVEIS: ZONA LAGUNAR

QUADRO 10 - ÁREAS URBANAS DISPONÍVEIS NA ZONA LAGUNAR

ZONA LAGUNAR				
AGLOMERADO	PERÍMETRO URBANO NO PDM EM VIGOR			
IDENTIFICAÇÃO	ÁREA TOTAL	ÁREAS LIVRES	ÁREAS CONSOLIDADAS E LEGALMENTE COMPROMETIDAS	
			hectares	%
Ovar - Torão do Lameiro	80,6	10,2	70,4	87%
Ovar - Marinha	37,1	6,5	30,6	82%
TOTAL	117,71	16,71	101,01	86%

Nas áreas envolventes da Ria de Aveiro – zona lagunar, áreas consolidadas e legalmente comprometidas são de 86%. Os perímetros urbanos em vigor encontram-se bastante preenchidos havendo poucas áreas livres.



2.2. NÍVEIS DE INFRAESTRUTURAÇÃO

2.2.1. Abastecimento de água

O sistema de abastecimento de água no município de Ovar aquando da elaboração do PDM apesar de se encontrar ligado ao Sistema Regional do Carvoeiro (SRC) era feito através de um elevado número de captações próprias nomeadamente na ZAI – Ovar e S. João de Ovar e ZAI – Esmoriz e Cortegaça. Relativamente à zona de abastecimento ZAIII – Maceda, Arada, S. Vicente Pereira e Gondezende a água era fornecida pela AdDp, e na ZAIV – Válega era fornecida pela empresa Águas do Carvoeiro.

A maioria (+ de 90%) da água de abastecimento captada era de origem subterrânea e apenas uma pequena percentagem de origem superficial. A água era conduzida, através de condutas, a reservatórios, a partir dos quais se fazia a distribuição de água para as respetivas áreas de influência.

A rede de abastecimento no concelho de Ovar era uma rede antiga (+/- 35 anos), situação que poderá ter contribuído para a ocorrência de fugas na rede. As perdas no sistema de abastecimento de água deviam-se a variados fatores, designadamente: água não contabilizada (rega de jardins/espacos públicos, lavagens de pavimentos, nas bocas de incêndio, nos edifícios público, etc), fugas nas infraestruturas, ocorrência de roubos (acrescido da ausência de fiscalização e outras anomalias pontuais), e inexistência de um sistema eficaz e eficiente de deteção.

O PDM é praticamente omissso no que diz respeito às medidas a serem implementadas nesta área. No entanto era apontada uma das principais metas a atingir e que se encontra expressa no quadro seguinte e onde, simultaneamente, se procura perceber se durante a sua vigência esta meta foi sendo implementada ou mesmo atingida.

QUADRO 11. MEDIDAS E INTERVENÇÕES PROPOSTAS NO PDM NO ÂMBITO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Proposta	Execução	Observações
Dotar a totalidade dos espacos de ocupação urbanística com redes públicas de abastecimento de água perspetivadas para o futuro e adequadas às diferentes especificações locais e aos princípios de proteção ambiental defendidos;	Total	-

Fonte: CM Ovar, 2011

Pelos dados obtidos através dos Recenseamentos Gerais da População e da Habitação 1991-2001 o abastecimento de água ao município de Ovar apresentava, em 1991, uma percentagem de 80,9% alojamentos familiares ocupados como residência habitual que dispunha de água canalizada, tendo

vindo a sofrer até à década seguinte um assinalável progresso. Em 2001 a percentagem de alojamentos servidos por abastecimento de água canalizada encontra-se em níveis de praticamente pleno abastecimento, situada em 98,4%, tal como consta do Quadro seguinte.

QUADRO 12. ALOJAMENTOS FAMILIARES OCUPADOS COMO RESIDÊNCIA HABITUAL NO MUNICÍPIO DE OVAR, SEGUNDO A LIGAÇÃO À REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, POR FREGUESIA, NOS ANOS DE 1991 E 2001.

Unidade Geográfica		Não tem água canalizada	Tem água canalizada		Total
			Ligada à Rede Pública	Ligada à Rede Privada	
Arada	1991	209	0	624	624
	2001	34	46	913	959
	Δ 91-01 (%)	-83,7	-	46,3	53,7
Cortegaça	1991	156	482	363	845
	2001	1	970	276	1246
	Δ 91-01 (%)	-99,4	101,2	-24	47,5
Esmoriz	1991	358	977	1184	2161
	2001	23	2648	734	3382
	Δ 91-01 (%)	93,6	171	-38	56,5
Maceda	1991	263	1	722	723
	2001	39	186	881	1067
	Δ 91-01 (%)	-85,2	18500	22	47,6
Ovar	1991	472	3024	483	3507
	2001	66	5010	567	5577
	Δ 91-01 (%)	-86	65,7	17,4	59
S.Vicente Pereira	1991	108	0	474	474
	2001	7	22	647	669
	Δ 91-01 (%)	-93,5	-	36,5	41,1
Válega	1991	640	0	1004	1004
	2001	71	153	1773	1926
	Δ 91-01 (%)	-88,9	-	76,6	91,8
S.João	1991	345	376	1073	1449
	2001	33	1346	686	2032
	Δ 91-01 (%)	-90,4	258	-36,1	40,2
Ovar Total	1991	2551	4860	5927	10787
	2001	274	10381	6477	16858
	Δ 91-01 (%)	-89,3	113,6	9,3	56,3

FONTE: INE, Censos 2001

Segundo os dados o abastecimento de água ao município de Ovar apresentava, em 2001, uma percentagem de 98,4% alojamentos familiares ocupados como residência habitual que dispunha de água canalizada, tendo vindo a sofrer até à década seguinte um progresso. Em 2011 a percentagem de alojamentos servidos por abastecimento de água canalizada encontra-se em níveis de praticamente pleno abastecimento, situada em 99,2%. Existiam em 2011 no concelho apenas 162 alojamentos sem abastecimento de água, sendo que se situam essencialmente nas freguesias de Esmoriz, Ovar e Válega.

QUADRO 13. ALOJAMENTOS FAMILIARES OCUPADOS COMO RESIDÊNCIA HABITUAL NO MUNICÍPIO DE OVAR, SEGUNDO A LIGAÇÃO À REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, POR FREGUESIA, 2011.

Freguesias	Abastecimento Água			
	Com	%	Sem	%
Concelho Ovar	19248	99,2	162	0,8
Arada	1073	98,9	12	1,1
Cortegaça	1324	99,6	5	0,4
Esmoriz	4077	99,1	37	0,9
Maceda	1150	98,8	14	1,2
Ovar	6523	99,5	34	0,5
S. Vicente de Pereira	719	99	7	1
Válega	2220	98,4	37	1,6
S. João	2162	99,3	16	0,7

FONTE: INE, Censos 2011

Conclusão

Sob o ponto de vista de um entendimento estrito, a execução da proposta proveniente do PDM foi conseguida, enquanto realização do projeto apresentado, conforme expresso no quadro seguinte.

QUADRO 14. MEDIDAS E INTERVENÇÕES PROPOSTAS NO PDM NO ÂMBITO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA – NÍVEL DE EXECUÇÃO

Proposta	Execução	Nível de Execução
Dotar a totalidade dos espaços de ocupação urbanística com redes públicas de abastecimento de água perspectivadas para o futuro e adequadas às diferentes especificações locais e aos princípios de proteção ambiental defendidos;	1 (Total)	100%

Recentemente o município de Ovar promoveu a mudança da entidade gestora do abastecimento de água e de saneamento básico, o que veio estabelecer um novo cenário em relação ao que foi preconizado pelo atual PDM. O município deliberou em março de 2010 integrar a AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A. que é a entidade que gere e explora em regime de parceria pública os serviços de água e saneamento relativos ao Sistema de Águas da Região de Aveiro (SARA), pelo

que se prevê a manutenção de um serviço alargado, otimizado e de qualidade para o município.

2.2.2.Saneamento básico

O sistema de saneamento básico, sob o aspeto da drenagem e tratamento das águas residuais domésticas evidenciava, à data da elaboração do PDM, poucas infraestruturas de apoio. O tratamento e destino final de águas residuais constituíam, conjuntamente com a drenagem e coleta, um serviço público de importância vital em diversos domínios, nomeadamente no sanitário.

Cerca de 92% dos alojamentos do Concelho de Ovar em 1991 era servida pela Rede de Saneamento Básico. Contudo, verifica-se a existência de alguns lugares que não se encontram servidos. Em 2001 o sistema abrangia já cerca de 98% da população.

QUADRO 15. ALOJAMENTOS NO CONCELHO DE OVAR, SEGUNDO A LIGAÇÃO À REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS, POR FREGUESIA, NOS ANOS DE 1991 E 2001.

Unidade Geográfica		Não tem sistema de esgotos	Tem sistema de esgotos			Total
			Particular (f. séptica, etc.)	Outras Situações	Rede Pública	
Arada	1991	65	685	105	0	790
	2001	35	960	8	3	971
	Δ 91-01 (%)	-46,2	40,1	-92,4	-	22,9
Cortegaça	1991	80	916	18	21	955
	2001	3	742	43	466	1251
	Δ 91-01 (%)	-96,3	-19	138,9	2119	31
Esmoriz	1991	212	2173	107	134	2414
	2001	28	1322	58	2016	3396
	Δ 91-01 (%)	-86,8	-39,2	-45,8	1404,5	40,7
Maceda	1991	47	793	181	0	974
	2001	36	1057	15	8	1080
	Δ 91-01 (%)	-23,4	33,3	-91,7	-	10,9
Ovar	1991	252	976	98	2687	3761
	2001	75	1065	57	4487	5609
	Δ 91-01 (%)	-70,2	9,1	-41,8	67	49,1
S.Vicente Pereira	1991	78	487	48	-	535
	2001	7	663	8	-	671
	Δ 91-01 (%)	-91	36,1	-83,3	-	25,4
Válega	1991	198	1294	162	0	1456
	2001	83	1875	49	11	1935
	Δ 91-01 (%)	-58,1	44,9	-69,8	-	32,9
S. João	1991	211	1294	108	111	1630
	2001	30	1875	58	423	2049
	Δ 91-01 (%)	-85,8	44,9	-46,3	281,1	25,7
Ovar Total	1991	1143	8735	827	2953	12515
	2001	297	9252	296	7414	16962
	Δ 91-01 (%)	-74	5,9	-64,2	151,1	35,5

FONTE: INE, Censos 2001

De acordo com os dados, em 2001 cerca de 98% dos alojamentos do Concelho de Ovar eram servidos pela rede de drenagem de águas residuais; apesar de já ser um valor bom, no último período intercensitário esse valor passou a 99,4%. Contudo, verifica-se ainda a existência de alguns alojamentos nas freguesias de Esmoriz, Ovar e Válega sem rede de drenagem de águas residuais.

QUADRO 16. ALOJAMENTOS NO CONCELHO DE OVAR, SEGUNDO A LIGAÇÃO À REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS, POR FREGUESIA, 2011.

Freguesias	Esgotos			
	Com	%	Sem	%
Concelho Ovar	19284	99,2	159	0,8
Arada	1073	98,9	12	1,1
Cortegaça	1327	99,6	5	0,4
Esmoriz	4081	99,1	38	0,9
Maceda	1156	98,9	13	1,1
Ovar	6529	99,4	37	0,6
S. Vicente de Pereira	721	98,9	8	1,1
Válega	2229	98,6	32	1,4
S. João	2168	99,4	14	0,6

FONTE: INE, Censos 2011

O PDM possuiu uma série de medidas/intenções a serem implementadas nesta área para as quais se procura perceber se durante a vigência do PDM foram sendo alcançadas, conforme explicitado no quadro seguinte.

QUADRO 17. MEDIDAS E INTERVENÇÕES PROPOSTAS NO PDM NO ÂMBITO DO SANEAMENTO BÁSICO

Proposta	Execução	Observações
Dotar a totalidade dos espaços de ocupação urbanística com redes públicas de saneamento perspectivadas para o futuro e adequadas às diferentes especificações locais e aos princípios de proteção ambiental defendidos;	Parcial	Ver Plano de Investimentos da AdRA
Para minorar os efeitos provocados pelas fossas sépticas é necessário: - Sensibilizar a população, técnicos de construção civil e construtores para os efeitos nefastos da má conceção e limpeza inadequada - Fomentar programas de limpeza - Incentivar as pessoas cujas áreas de habitação estejam cobertas por rede de saneamento e não disponham de ligação à rede o façam	Nenhuma	Têm sido realizadas ações de Fiscalização.
A densificação e expansão do espaço urbano exigem o alargamento da rede de saneamento assim como a cobertura por sistemas de tratamento (ETAR) cuja capacidade se torna insuficiente, como é o caso da ETAR de Ovar	Parcial	Ver Plano de Investimentos da AdRA

Fonte: CM Ovar, 2011

Conclusão



A nível da execução das propostas relativas à área do saneamento básico, verificamos pelo quadro seguinte, que estas ficaram aquém das expectativas, tendo-se atingido um nível de execução da ordem dos 33%.

QUADRO 18. MEDIDAS E INTERVENÇÕES PROPOSTAS NO PDM NO ÂMBITO DO SANEAMENTO BÁSICO – NÍVEL DE EXECUÇÃO

Proposta	Execução	Nível de Execução
Dotar a totalidade dos espaços de ocupação urbanística com redes públicas de saneamento perspectivadas para o futuro e adequadas às diferentes especificações locais e aos princípios de proteção ambiental defendidos;	0,5 (Parcial)	0,33%
Para minorar os efeitos provocados pelas fossas sépticas é necessário: - Sensibilizar a população, técnicos de construção civil e construtores para os efeitos nefastos da má conceção e limpeza inadequada - Fomentar programas de limpeza - Incentivar as pessoas cujas áreas de habitação estejam cobertas por rede de saneamento e não disponham de ligação à rede o façam	0 (Nenhuma)	
A densificação e expansão do espaço urbano exigem o alargamento da rede de saneamento assim como a cobertura por sistemas de tratamento (ETAR) cuja capacidade se torna insuficiente, como é o caso da ETAR de Ovar	0,5 (Parcial)	

Fonte: CM Ovar, 2011

Como já se referiu no ponto relativo ao abastecimento de águas, o município integra desde 2010 a AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A. que gere abastecimento de água para consumo público e o saneamento de águas residuais urbanas dos municípios envolvidos. Espera-se assim, uma otimização e um reforço gradual da qualidade dos serviços prestados neste domínio.

2.2.3.Recolha e tratamento de resíduos

O panorama descrito no que concerne à recolha e tratamento de resíduos sólidos aquando da elaboração do PDM era de que de um modo geral, todo o município se encontrava abrangido pelo sistema municipal de recolhas de lixo. Os resíduos eram transportados para uma única lixeira, sendo posteriormente aterrados.

Por conseguinte, o PDM identificava algumas medidas a implementar no que diz respeito a esta área.

QUADRO 19. MEDIDAS E INTERVENÇÕES PROPOSTAS NO PDM NO ÂMBITO DO RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS

Proposta	Execução	Observações
Sistema de tratamento de resíduos sólidos compatível com os objetivos da qualidade ambiental e adequados às diferentes situações (tipo de resíduos);	Total	Em virtude de integrar a ERSUC
De modo a acabar com os problemas provocados pela Lixeira propõe-se: - Substituir a lixeira por um sistema de tratamento adequado - Recuperar o local da lixeira	Total	Não se aplica, já não há lixeira há 12 anos.
No que toca à recolha de resíduos sólidos urbanos deve-se alargar a atual recolha seletiva a outras áreas e outros produtos	Total	-
- Estudo tendo em vista encontrar a solução mais adequada para o problema recolha seletiva/deposito/tratamento dos resíduos sólidos, e posteriormente implementação das ações indicadas;	Total	Proposta descontextualizada da realidade - ERSUC

Fonte: CM Ovar, 2011

Dados sobre a recolha seletiva de resíduos revelam que no ano de 2011, a mesma se cifrou em 1922,053 toneladas (t) totais, sendo 1085,180 t de vidro, 573,420 t de papel, 262,680 t de embalagens e 0,773 t de pilhas.

Conclusão

Relativamente à recolha e tratamento de resíduos o nível de execução é largamente positivo, pois durante o período a vigência do PDM foi atingida a plenitude dos objetivos propostos, como se pode verificar pelo quadro seguinte.

QUADRO 20. MEDIDAS E INTERVENÇÕES PROPOSTAS NO PDM NO ÂMBITO DO RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS - NÍVEL DE EXECUÇÃO

Proposta	Execução	Nível de Execução
Sistema de tratamento de resíduos sólidos compatível com os objetivos da qualidade ambiental e adequados às diferentes situações (tipo de resíduos);	1 (Total)	100%
De modo a acabar com os problemas provocados pela Lixeira propõe-se: - Substituir a lixeira por um sistema de tratamento adequado - Recuperar o local da lixeira	1 (Total)	
No que toca à recolha de resíduos sólidos urbanos deve-se alargar a atual recolha seletiva a outras áreas e outros produtos	1 (Total)	
- Estudo tendo em vista encontrar a solução mais adequada para o problema recolha seletiva/deposito/tratamento dos resíduos sólidos, e posteriormente implementação das ações indicadas;	1 (Total)	

Fonte: CM Ovar, 2011

Esta situação, advém em larga escala da formalização do Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos do Litoral Centro (ERSUC), em 1996 composto por um total de 36 municípios.

No âmbito da recolha e tratamento de resíduos a integração no sistema da ERSUC, com a consequente resolução do problema da lixeira, com o seu encerramento e requalificação ambiental, e a atual recolha, transporte e deposição com meios e locais adequados para o seu armazenamento e tratamento são etapas de realce no tempo decorrido.

2.3. EQUIPAMENTOS

No PDM em vigor foi realizado um trabalho de caracterização dos equipamentos coletivos do concelho de Ovar. Estes englobam os estabelecimentos de ensino, de ensino para pessoas com necessidades especiais, de formação profissional, de saúde, da segurança social, de prevenção e segurança pública, de equipamentos hoteleiros, de equipamento desportivo, de cultura e recreio, da administração pública, de comunicações e transportes, de equipamentos religiosos e de espaços verdes.

Ao nível da dotação e programação de equipamentos o PDM detetou uma série de debilidades/necessidades que foram elencadas no relatório dos Equipamentos Coletivos. Apresentamos nos quadros seguintes as medidas/intervenções preconizadas pelo atual PDM, sistematizadas por áreas de atuação: ensino, ensino especial, saúde e prevenção e segurança pública.

QUADRO 21. MEDIDAS E INTERVENÇÕES PROPOSTAS NO PDM NO ÂMBITO DO ENSINO

Proposta	Execução	Observações
As escolas pré-primárias de Ovar n.º 1, S. João (Cabanões) e S. Miguel encontravam-se degradadas.	Parcial	Pré-primária de Ovar está temporariamente num espaço arrendado. Irá integrar o C.E. dos Combatentes (em construção). S. Miguel sofreu beneficiação profunda, também irá integrar o C.E dos Combatentes.
A escola secundária de Esmoriz necessitava de 1 ginásio.	Total	-
A escola secundária Júlio Dinis necessitava de recreio, ginásio e campo de jogos.	Total	-
A escola secundária nº 1 de Ovar apresentava como carências imediatas uma sala de audiovisuais e laboratório de eletrónica. A nível da melhoria das instalações havia a necessidade de: adaptar o refeitório, reformular o posto de transformação, renovar os pavimentos desportivos, ajardinar o espaço envolvente, renovar o anfiteatro. Sentia-se também a necessidade de reforçar a iluminação pública, construção de passeios nas ruas circunvizinhas, zona de estacionamento e uma maior vigilância pelas autoridades competentes.	Total	Escola objeto de reformulação profunda

Fonte: CM Ovar, 2011

**QUADRO 22. MEDIDAS E INTERVENÇÕES PROPOSTAS NO PDM NO ÂMBITO DO ENSINO ESPECIAL**

Proposta	Execução	Observações
Estava prevista a construção pela CERCIVAR de um bloco com 6 salas e uma área de 240m ² , destinado a alunos da pré-escolaridade e escolaridade.		Sem Informação
Estava prevista a construção de um Lar Residencial para deficientes pela CERCIVAR, em terreno contíguo às atuais instalações, com uma área de cerca de 7000m ² , em conjunto com a Santa Casa da Misericórdia de Ovar.	Nenhuma	Foi publicada a Revisão e Ampliação do PP da Área Envolvente do núcleo escolar a Norte de Ovar, que prevê esta situação.

Fonte: CM Ovar, 2011

QUADRO 23. MEDIDAS E INTERVENÇÕES PROPOSTAS NO PDM NO ÂMBITO DA SAÚDE

Proposta	Execução	Observações
As unidades de saúde estavam insuficientemente equipadas a nível de técnicos de saúde e equipamentos. A unidade de saúde do Furadouro não apresentava as mínimas condições de higiene e segurança, com a instalação elétrica fora das normas regulamentares.		Sem Informação
Problemas a nível da falta de manutenção das unidades de saúde de Esmoriz e Cortegaça.		Sem Informação

Fonte: CM Ovar, 2011

QUADRO 24. MEDIDAS E INTERVENÇÕES PROPOSTAS NO PDM NO ÂMBITO DA PREVENÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

Proposta	Execução	Observações
O posto da GNR de Esmoriz possuía instalações inadequadas, o que impede o aumento de efetivos.		Sem Informação
A GNR de Ovar sentia a necessidade em termos de equipamento em viaturas e de novo aquartelamento para o Posto de Esmoriz, para o qual tinha aprovado o projeto, aguardando-se a entrega do terreno.		Sem Informação
A esquadra da PSP sentia carências ao nível do pessoal e instalações. As instalações têm necessidade de ampliação e manutenção.		Sem Informação

Fonte: CM Ovar, 2011



Para além da concretização das propostas previstas, importa referir que foram realizados pela autarquia investimentos de requalificação de equipamentos existentes, bem como a construção de outros que não se encontravam previstos, mas que se afiguram de extrema importância para o Município. Assim, nos últimos anos foram criados e melhorados no Município equipamentos de ensino, sociais, culturais, desportivos e de saúde, que constituíram investimentos importantes, sob o ponto de vista do impacto positivo causado a todas as camadas da população concelhia, os passamos a elencar:

- Habitação Social nos terrenos do antigo Matadouro Municipal, Ovar;
- Edifício Sede da Junta de Freguesia de S. João de Ovar;
- Jardim de Infância da Vinha e Beneficiação da Escola, S. João;
- Beneficiação da Escola Primária, Furadouro;
- Jardim de Infância do Sargaçal, Válega;
- Jardim de Infância da Escola da Relva;
- Centro Escolar dos Combatentes, Ovar;
- Centro Escolar de Ovar-Norte, Ovar;
- Centro Escolar de Válega;
- Centro Escolar de Maceda;
- Centro Escolar de Cortegaça;
- Pavilhão Gimnodesportivo de Arada;
- Pavilhão Gimnodesportivo de Maceda;
- Centro de Arte de Ovar;
- Espaço Jovem, Ovar;
- Reconversão da Casa- Museu Júlio Dinis, Ovar;
- Unidade de Saúde Familiar de Válega.
- Extensão de Saúde e Arranjo dos respetivos espaços exteriores, S. João;

Conclusão

Ao nível da dotação e programação de equipamentos elaborada no PDM, apresentamos o nível de execução, sistematizado nos quadros seguintes, pelo vários domínios de intervenção do município.

No entanto, o município ao longo da vigência do Plano demonstrou possuir uma boa capacidade de desenvolvimento e dinâmica apostando, através de investimentos importantes, num conjunto de novos equipamentos que causaram impacto positivo junto da população, constituindo uma mais valia ao município de Ovar.

No que diz respeito aos equipamentos de ensino, o nível de execução das propostas foi bastante positivo, tendo-se atingido um nível de concretização de 87,5%.



QUADRO 25. MEDIDAS E INTERVENÇÕES PROPOSTAS NO PDM NO ÂMBITO DO ENSINO – NÍVEL DE EXECUÇÃO

Proposta	Execução	Nível de Execução
As escolas pré-primárias de Ovar n.º 1, S. João (Cabanões) e S. Miguel encontravam-se degradadas.	0,5	87,5%
A escola secundária de Esmoriz necessitava de 1 ginásio.	1	
A escola secundária Júlio Dinis necessitava de recreio, ginásio e campo de jogos.	1	
A escola secundária nº 1 de Ovar apresentava como carências imediatas uma sala de audiovisuais e laboratório de eletrónica. A nível da melhoria das instalações havia a necessidade de: adaptar o refeitório, reformular o posto de transformação, renovar os pavimentos desportivos, ajardinar o espaço envolvente, renovar o anfiteatro. Sentia-se também a necessidade de reforçar a iluminação pública, construção de passeios nas ruas circunvizinhas, zona de estacionamento e uma maior vigilância pelas autoridades competentes.	1	

Fonte: CM Ovar, 2011

2.4. PATRIMÓNIO

Ao nível da valorização do Património construído o PDM indicava os seguintes Imóveis de Interesse Público:

- Capela dos Passos de Ovar, Decreto n.º 37450, de 16 de junho de 1949
- Casa de Júlio Dinis, Decreto n.º 29/84, de 25 de junho

Recentemente foi classificado como Conjunto de Interesse Público a:

- Igreja de St.ª Marinha, Matriz de Cortegaça e Jazigos do Cemitério Velho em Cortegaça, Portaria n.º 174/2013, DR, 2.ª série, n.º 67, de 05.04.2013.

Durante a vigência do PDM foram classificados alguns Imóveis de Interesse Municipal em resultado do esforço de promoção do património por parte do município:

- Casa da Família Nunes da Silva e Capela anexa, Edital n.º 9/2005 de 03.02.2005
- Capela da Sr.ª do Bom Sucesso e Imóvel adjacente do princípio do séc. XVIII, Edital n.º 8/2005 de 09.02.2005
- Núcleos de Palheiros da Praia de Esmoriz e da Praia de Cortegaça, Edital n.º 127/2004 – II série AP, 19.02.2004
- Centro Histórico de Pereira Jusã, em Válega, composto por Cas da Capela de N.ª Sr.ª da Conceição e Sagrada Família, Casa da Antiga Câmara ou Tribunal de Pereira Jusã, Edital n.º 167/2004 – II série AP, 01.03.2004



2.5. ACESSIBILIDADES

As acessibilidades concelhias efetuam-se através da rede viária e da rede ferroviária. Em relação ao sistema viário municipal, o mesmo cobria praticamente todo o município, enquanto a nível da rede ferroviária o concelho é servido pela Linha do Norte.

No PDM em vigor encontram-se delimitados os espaços canais definidos pela rede viária nacional e municipal, bem como pela rede ferroviária com uma cobertura global de todo o território.

Em relação ao sistema viário caracterizado no PDM os principais aspetos a anotar prendem-se com a hierarquização da rede viária em vias distribuidoras principais, vias distribuidoras secundárias e acessos locais. Procurou-se então, definir uma rede viária adaptada aos requisitos de circulação e ao desenvolvimento programado para o concelho, articulando a rede viária com outras propostas no âmbito do PDM. Dessas propostas há a destacar as previsões de novas zonas de ocupação urbanística.

A posição geográfica de Ovar no cordão litoral Português, coloca-o numa posição privilegiada no que concerne às dinâmicas territoriais, estando no entanto, sujeito a uma enorme pressão de tráfego quer urbano quer de atravessamento.

Em relação às intervenções a realizar o PDM referia as seguintes propostas conforme podemos observar pelo quadro seguinte:

QUADRO 26. MEDIDAS E INTERVENÇÕES PROPOSTAS NO PDM NO ÂMBITO DA REDE VIÁRIA

Proposta	Execução	Observações
Itinerário Complementar 1 (IC1) integra a Rede Viária Nacional Complementar, conforme traçado e nós previstos na Planta de Ordenamento do presente Plano;	Total	Embora a travessia do concelho tenha sido efetuada na totalidade, o traçado adotado não coincide com a constante da Carta de Ordenamento
Distribuidora Principal Municipal – Circular Norte Esmoriz/Cortegaça -, e respetivas ligações (a Poente) com passagem superior de Esmoriz e a Nascente (com IC1 e com a via Distribuidora Principal Municipal Variante à EN109;	Nenhuma	Foi elaborado o Projeto de Execução
Distribuidora Principal da rede viária municipal – Variante à EN109 que terá como pontos extremos – a Norte o limite dos concelhos de Ovar e Espinho e – a Sul – o entroncamento da EN109 com a EN327 bem como as respetivas ligações – a Poente – à rede viária municipal secundária e - a Nascente – ao IC1;	Parcial	Completado o troço que atravessa a freguesia de Esmoriz; previsto em projeto o troço que liga o acesso ao Nó de Cortegaça da A29 com a CS de Cortegaça. Entendeu-se que seria de abandonar o traçado para Sul (Maceda / Arada)
Distribuidora Principal Municipal – Circular Sul Esmoriz/Cortegaça – (com passagem superior em Cortegaça) que estabelecerá a ligação Praia de Cortegaça/Zona Industrial de Cortegaça/Variante à EN109;	Nenhuma	Encontra-se em elaboração o Projeto de Execução

Reformulação do perfil transversal da EN109 em Esmoriz e Cortegaça tendo em vista a sua transformação numa via urbana geradora de funções urbanas qualificadas;	Nenhuma	Elaborado o PP a Sul da Avenida dos Correios, em Esmoriz, que prevê a reformulação do perfil entre a Av. Correios e a Av. da Praia
Restabelecimento 25 e respetivas ligações à rede de acessos locais à Variante à EN109 e ao IC1 que estabelecerá a ligação em Maceda entre a EN109 e o IC1;	Parcial	R25 construído. Ligação à EN109 (a Sul) em projeto – EP, SA – aproveitando o troço desativado do IC1.
Distribuidora Secundária Municipal que estabelecerá a ligação entre o lugar de Carvalheira e a Variante à EN109 junto ao limite Norte da Área de Desenvolvimento Programado de Espaço Indústria à EN109;	Nenhuma	Deverá ser reavaliada, face à nova proposta de estruturação da ADPEI
Passagem superior à via férrea na - ADPEI – e ligação entre a EN109 e a Variante à EN109;	Parcial	Construída a passagem, mas com ligação apenas à EN109
Correção (alternativa) ao traçado da EN223 prevendo-se a ligação desta via à EN327 (a Sul da ADPEI). Construção dos nós e restabelecimentos conforme Planta de Ordenamento;	Parcial	Alterada devido à nova opção de traçado da A29. Não se concretizaram as ligações à ADPEI, que deverão ser reavaliadas face ao novo enquadramento
Continuação da Distribuidora Principal (Circular Sul Cidade de Ovar) – para Nascente – até ao concelho de Oliveira de Azeméis na freguesia de S. Martinho da Gândara (com passagem superior sobre o IC1) e – para Norte – até novo cruzamento (previsto) com a Av. da Régua (zona de expansão Poente da Cidade de Ovar);	Nenhuma	Atualmente o PDM de OAZ não prevê atribuir a esta via o carácter inicialmente previsto. Deverá ser estudada uma ligação alternativa a SJM com características de Distribuidora Principal.
Variante à EN327 entre o nó do Furadouro (proposto no cruzamento com a Estrada do Lamarão) e o limite Sul do concelho e reformulação do carácter da atual EN327 no troço referido;	Nenhuma	Continua a ser pertinente (intervensões POLIS, p. ex.) a reformulação do carácter
Construção de todas as passagens desniveladas – inferiores e superiores – previstas para atravessamento da linha do caminho de ferro	Parcial	Está em estudo uma ponte na Ponte Nova. Todas as outras estão construídas, embora não coincidam exatamente com as propostas constantes da Carta de Ordenamento.

Fonte: CM Ovar, 2011

Conclusão

As intervenções ocorridas em matéria da rede de acessibilidades que percorrem ou atravessam o município melhoraram os níveis de serviço, quer em termos do aumento da cobertura quer em termos da correção de traçados e melhoria das condições de circulação e segurança das vias. No entanto, essas melhorias apenas tiveram 29% de nível de execução das propostas do PDM, conforme exposto no quadro seguinte, sendo as restantes melhorias, outras intervenções não programadas.

**QUADRO 27. MEDIDAS E INTERVENÇÕES PROPOSTAS NO PDM NO ÂMBITO DO REDE VIÁRIA – NÍVEL DE EXECUÇÃO**

Proposta	Execução	Nível de Execução
Itinerário Complementar 1 (IC1) integra a Rede Viária Nacional Complementar, conforme traçado e nós previstos na Planta de Ordenamento do presente Plano;	1	29%
Distribuidora Principal Municipal – Circular Norte Esmoriz / Cortegaça -, e respetivas ligações (a Poente) com passagem superior de Esmoriz e a Nascente (com IC1 e com a via Distribuidora Principal Municipal Variante à EN109);	0	
Distribuidora Principal da rede viária municipal – Variante à EN109 que terá como pontos extremos – a Norte o limite dos concelhos de Ovar e Espinho e – a Sul – o entroncamento da EN109 com a EN327 bem como as respetivas ligações – a Poente – à rede viária municipal secundária e - a Nascente – ao IC1;	0,5	
Distribuidora Principal Municipal – Circular Sul Esmoriz / Cortegaça – (com passagem superior em Cortegaça) que estabelecerá a ligação Praia de Cortegaça / Zona Industrial de Cortegaça / Variante à EN109;	0	
Reformulação do perfil transversal da EN109 em Esmoriz e Cortegaça tendo em vista a sua transformação numa via urbana geradora de funções urbanas qualificadas;	0	
Restabelecimento 25 e respetivas ligações à rede de acessos locais à Variante à EN109 e ao IC1 que estabelecerá a ligação em Maceda entre a EN109 e o IC1;	0,5	
Distribuidora Secundária Municipal que estabelecerá a ligação entre o lugar de Carvalheira e a Variante à EN109 junto ao limite Norte da Área de Desenvolvimento Programado de Espaço Indústria à EN109;	0	
Passagem superior à via-férrea na - ADPEI – e ligação entre a EN109 e a Variante à EN109;	0,5	
Correção (alternativa) ao traçado da EN223 prevendo-se a ligação desta via à EN327 (a Sul da ADPEI). Construção dos nós e restabelecimentos conforme Planta de Ordenamento;	0,5	
Continuação da Distribuidora Principal (Circular Sul Cidade de Ovar) – para Nascente – até ao concelho de Oliveira de Azeméis na freguesia de S. Martinho da Gândara (com passagem superior sobre o IC1) e – para Norte – até novo cruzamento (previsto) com a Av. da Régua (zona de expansão Poente da Cidade de Ovar);	0	
Variante à EN327 entre o nó do Furadouro (proposto no cruzamento com a Estrada do Lamarão) e o limite Sul do concelho e reformulação do carácter da atual EN327 no troço referido;	0	
Construção de todas as passagens desniveladas – inferiores e superiores – previstas para atravessamento da linha do caminho de ferro	0,5	

Fonte: CM Ovar, 2011

Ao longo da vigência do PDM, a rede viária municipal, tem vindo a ser alvo de diversas atuações, que embora não se encontrassem propostas no PDM, vieram em muito melhorar o Município ao nível das acessibilidades.

2.6. AMBIENTE

A temática ambiental mereceu por parte do PDM uma vasta reflexão que se materializou em várias propostas elencadas no quadro seguinte.

QUADRO 28. MEDIDAS E INTERVENÇÕES PROPOSTAS NO PDM NO ÂMBITO DO AMBIENTE

Proposta	Execução	Observações
Atuação interconcelhia na recuperação da Ria e Barrinha de Esmoriz	Parcial	Tarefas em curso (POLIS)
Sensibilização da população agrícola para os problemas nefastos do uso indiscriminado de produtos químicos;	Parcial	-
Estudo das características dos processos de fabrico e dos efluentes produzidos, de forma a definir as medidas mitigadoras a tomar	Total	Decorre dos processos de licenciamento industrial e tem-se verificado bom cumprimento
Criar sistemas disciplinadores de acesso às praias designadamente com a construção de passadiços;	Parcial	Construídos passadiços a Norte do Furadouro e em Esmoriz
Não construir parques de estacionamento sobre as dunas;	Sem informação	Todas as obras entretanto efetuadas na orla costeira foram objeto de apreciação pelo INAG
Não construir vias paralelas à linha de Costa	Sem informação	Todas as obras entretanto efetuadas na orla costeira foram objeto de apreciação pelo INAG
Propaganda de sensibilização/educação ambiental;	Total	Realização frequente na campanha da ABAE
- Definir uma carta de usos para os diversos cursos de água para definir os parâmetros de qualidade compatíveis, estabelecidos por lei	Nenhuma	-
- Estudos necessários tendo em vista a recuperação dos biótopos Barrinha de Esmoriz e Ria de Aveiro;	Parcial	Tarefas em curso (POLIS)
- Implementação das ações necessárias à recuperação dos biótopos Ria de Aveiro e Barrinha de Esmoriz: - Delimitar as áreas mais sensíveis e/ou mais ameaçadas, classifica-las e dota-las de medidas específicas de proteção e valorização; - Delimitar e restringir as áreas de construção; - Articular os tipos e formas de turismo de acordo com as especificidades locais, não só numa perspetiva de promoção turística mas, sobretudo, de preservação do ambiente; - Na definição da rede viária tentar não criar acessos que drenem, diretamente, um fluxo de pessoas e veículos incompatível com a capacidade de carga do meio	Parcial	Tarefas em curso (POLIS)
- Criar incentivos para as indústrias, disseminadas no espaço urbano e incompatíveis com este, se instalarem em zonas industriais adequadas	Sem informação	-

Maior fiscalização das fontes poluidoras, sobretudo de industriais que lançam efluentes, tendo em vista a aplicação da lei, tratamento ou eliminação, e a melhoria da qualidade do ambiente natural	Parcial	Fiscalização municipal conta também com a colaboração da GNR/SEPNA e PSP na área ambiental
Fiscalização periódica das explorações pecuárias e ordenhas e criar programas de sensibilização sobre os efeitos nefastos das explorações domésticas	Parcial	-
Na seleção e regulamentação das indústrias a instalar: - Faseamento da ocupação das zonas industriais; - Ordenamento das zonas industriais segundo o tipo de indústria de forma a rentabilizar sistemas de tratamento; - Definição dos consumos máximo de água permitido; - Definir sistema de tratamento de efluentes líquidos; - Definir as características dos efluentes passíveis de serem admitidos em eventuais ETAR's coletivas e criar mecanismos de controlo após a entrada em elaboração da indústria - Estabelecer regras de retirada e ou armazenamento de resíduos sólidos passíveis de se integrarem na recolha geral dos urbanos - Na definição dos índices de ocupação ter preocupações de garantir o combate ao incêndio.	Parcial	-

Fonte: CM Ovar, 2011

Ao longo da vigência do PDM, a vertente ambiental, tem vindo a ser alvo de diversas atuações que vieram em muito melhorar o Município a nível do seu património ecológico e natural.

Conclusão

As intervenções ocorridas em matéria ambiental apresentam 55% de nível de execução das propostas do PDM, conforme exposto no quadro seguinte, sendo as restantes melhorias, outras intervenções não programadas. Neste valor não se encontram refletidas as situações em que não existe informação sobre a sua execução, ou seja, se estas intervenções foram ou não executadas.

QUADRO 29. MEDIDAS E INTERVENÇÕES PROPOSTAS NO PDM NO ÂMBITO DO AMBIENTE - NÍVEL DE EXECUÇÃO

Proposta	Execução	Nível de Execução
Atuação interconcelhia na recuperação da Ria e Barrinha de Esmoriz	0,5 (Parcial)	55%
Sensibilização da população agrícola para os problemas nefastos do uso indiscriminado de produtos químicos;	0,5 (Parcial)	
Estudo das características dos processos de fabrico e dos efluentes produzidos, de forma a definir as medidas mitigadoras a tomar	1 (Total)	
Criar sistemas disciplinadores de acesso às praias designadamente com a construção de passadiços;	0,5 (Parcial)	
Não construir parques de estacionamento sobre as dunas;	Sem informação	
Não construir vias paralelas à linha de Costa	Sem informação	
Propaganda de sensibilização/educação ambiental;	1 (Total)	
- Definir uma carta de usos para os diversos cursos de água para definir os parâmetros de qualidade compatíveis, estabelecidos por lei	0 (Nenhuma)	

- Estudos necessários tendo em vista a recuperação dos biótopos Barrinha de Esmoriz e Ria de Aveiro;	0,5 (Parcial)	
- Implementação das ações necessárias à recuperação dos biótopos Ria de Aveiro e Barrinha de Esmoriz: - Delimitar as áreas mais sensíveis e/ou mais ameaçadas, classifica-las e dota-las de medidas específicas de proteção e valorização; - Delimitar e restringir as áreas de construção; - Articular os tipos e formas de turismo de acordo com as especificidades locais, não só numa perspetiva de promoção turística mas, sobretudo, de preservação do ambiente; - Na definição da rede viária tentar não criar acessos que drenem, diretamente, um fluxo de pessoas e veículos incompatível com a capacidade de carga do meio	0,5 (Parcial)	
- Criar incentivos para as indústrias, disseminadas no espaço urbano e incompatíveis com este, se instalarem em zonas industriais adequadas	Sem informação	
Maior fiscalização das fontes poluidoras, sobretudo de indústrias que lançam efluentes, tendo em vista a aplicação da lei, tratamento ou eliminação, e a melhoria da qualidade do ambiente natural	0,5 (Parcial)	
Fiscalização periódica das explorações pecuárias e ordenhas e criar programas de sensibilização sobre os efeitos nefastos das explorações domésticas	0,5 (Parcial)	
Na seleção e regulamentação das indústrias a instalar: - Faseamento da ocupação das zonas industriais; - Ordenamento das zonas industriais segundo o tipo de indústria de forma a rentabilizar sistemas de tratamento; - Definição dos consumos máximo de água permitido; - Definir sistema de tratamento de efluentes líquidos; - Definir as características dos efluentes passíveis de serem admitidos em eventuais ETAR's coletivas e criar mecanismos de controlo após a entrada em elaboração da indústria - Estabelecer regras de retirada e ou armazenamento de resíduos sólidos passíveis de se integrarem na recolha geral dos urbanos - Na definição dos índices de ocupação ter preocupações de garantir o combate ao incêndio.	0,5 (Parcial)	